

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**WESLEY OLIVEIRA KETTLE**

**UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO  
(OU *LANDI, ESSE CONHECIDO*): UM OUTRO SIGNIFICADO DA  
DESCRIÇÃO DAS PLANTAS E ANIMAIS DO GRÃO-PARÁ**

Belém  
2010

**WESLEY OLIVEIRA KETTLE**

**UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO  
(OU *LANDI, ESSE CONHECIDO*): UM OUTRO SIGNIFICADO DA  
DESCRIÇÃO DAS PLANTAS E ANIMAIS DO GRÃO-PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho.

Belém  
2010

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA**

---

Kettle, Wesley Oliveira

Um súdito capaz no Vale Amazônico (ou Landi, esse conhecido): um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará / Wesley Oliveira Kettle ; orientador, Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho. – 2010.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

1. Landi, Antônio José, 1713-1791. História natural. Descrição das plantas e animais da Capitania do Grão-Pará. 2. Amazônia - Política e governo – Sec. XVIII. 3. Amazônia – História – Séc. XVIII. I. Título.

CDD - 22. ed. 508.811

---

**WESLEY OLIVEIRA KETTLE**

**UM SÚDITO CAPAZ NO VALE AMAZÔNICO  
(OU *LANDI, ESSE CONHECIDO*): UM OUTRO SIGNIFICADO DA  
DESCRIÇÃO DAS PLANTAS E ANIMAIS DO GRÃO-PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho.

Data da aprovação:

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho (UFPA)  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lorelai Brilhante Kury (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

---

Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron (UFPA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Mourão

Belém  
2010

A Deus, que me ajuda em tudo  
A memória de meu avô, Orivaldo, que amou a História,  
A meus pais, que me ensinam a vivê-la.

## **AGRADECIMENTOS**

Todos aqueles que passaram pela experiência de elaboração de uma dissertação, sabem o quanto é importante o apoio de amigos dedicados e companheiros para a realização exitosa do trabalho final. Agradeço a todos que contribuíram, com boa vontade, para que chegássemos até aqui.

Agradeço ao Professor Mauro Cezar Coelho, meu orientador, pelas críticas pontuais, o acompanhamento eficaz e rígido, fundamentais para o encaminhamento que essa dissertação tomou. Minha gratidão, não só pelas conversas formais e informais que mantivemos, mas sobretudo pela confiança depositada neste trabalho, sendo isso fundamental para que, diante das adversidades, eu pudesse ter tranquilidade para concluí-lo. Meu muitíssimo obrigado.

Ao professor Aldrin Moura de Figueredo, agradeço pela generosidade intelectual e pela disponibilidade com que sempre se colocou quando por mim procurado, desde os primeiros contatos ainda na graduação. Seu incentivo e suas sugestões contribuíram decisivamente para a realização do curso e da dissertação que ora apresento.

Meu sincero agradecimento ao professor Geraldo Mártires Coelho, por sua contribuição direta e efetiva na orientação deste trabalho até o Exame de Qualificação. Agradeço por sua crítica pertinente e pelas indicações de leitura, me ajudando no amadurecimento desta dissertação.

Ao professor Rafael Ivan Chambouleyron e a professora Leila Mourão, que ministraram as disciplinas da linha de pesquisa “História e Natureza”, agradeço a imensa contribuição para o aprofundamento de questões teóricas importantes e a análise minuciosa que fizeram dos textos apresentados por mim para discussão. Suas observações, sugestões, dicas, críticas, informação da localização de documentos e empréstimo de bibliografia foram essenciais nesta caminhada.

Alguns amigos e colegas de profissão foram fundamentais, também.

Minha gratidão a Moema Alves, pelos debates, confrontos e questionamentos, os quais contribuíram para o amadurecimento da minha reflexão sobre o argumento deste trabalho. Pelo apoio com a bibliografia, por sua atenção e, acima de tudo, pela especial amizade. Carinhosamente a Marília França, pela atenção indispensável e pela compreensão nos momentos mais importantes.

Domingos Oliveira e Alinnie Santos leram e discutiram o trabalho em diversos momentos, indicando pontos nebulosos e sugerindo alterações que pudessem contribuir com um texto mais claro e dinâmico, ajudando na revisão, lendo a dissertação em busca de incorreções. Sem estas leituras, os erros seriam em número maior do que os existentes – os quais são de minha total responsabilidade. Meu muitíssimo obrigado.

Agradeço aos caros colegas historiadores Mirtes Lima e Luciano Lima pelos debates, e, acima de tudo, pela amizade e o companheirismo, construídos ao longo do curso.

Dedico esta dissertação a meus pais: a Walkírio, meu pai, pelo apoio que me tem dado ao longo de toda minha vida; a Madeleine, minha mãe, uma mulher de propósito, inspiração de perseverança para alcançar meus objetivos. Pelo exemplo de vida e trabalho, pelo amor dispensado e pelo bom humor, obrigado.

A memória de meu avô, Orivaldo Gonzaga, por ter me ensinado que a humildade é a maior qualidade de um homem e que a vitória se alcança com fé, coragem, trabalho e livros. Com ele aprendi como viver com esperança e bom humor. Com muita saudade, obrigado.

*E tu, Daniel, encerra estas palavras e sela este livro, até ao fim do tempo; muitos correrão de uma parte para outra, e o conhecimento se multiplicará.*

Livro do profeta Daniel 12:4



## RESUMO

Elaborada em meio às intervenções da administração portuguesa no Vale Amazônico, a *Descrição de várias Plantas, Frutas, Animais, Aves, Peixes, Cobras, raízes, e outras coisas semelhantes que se acham nesta Capitania do Grão Pará*, de Antonio Landi, escrita entre os anos de 1772 e 1773, tem sido vista pela historiografia como resultante dos interesses da Coroa portuguesa. Este trabalho tem por objeto de estudo tal descrição, propondo uma compreensão distinta da comumente aceita, de que a *Descrição das plantas e dos animais da capitania do Grão Pará* surgiu como um desdobramento lógico das políticas metropolitanas. Sendo assim, não se trata de uma formulação sugerida ou determinada pela burocracia colonial, mas de um trabalho motivado a partir das demandas coloniais. Por outro lado, esta dissertação buscou compreender as intenções próprias da condição de colono do arquiteto italiano, evitando conceber sua produção como naturalista apenas como um reflexo do pensamento científico europeu. Antes, buscando entender essa atividade como relacionada ao contexto da dinâmica colonial local. Dessa forma, este estudo procura evidenciar que as práticas e contornos próprios da sociedade do Vale Amazônico foram determinantes para a elaboração do trabalho de História Natural de Antonio Landi.

**Palavras-chave:** Landi. Colônia. Vale Amazônico.

## ABSTRACT

Drawn up amid the interventions of the Portuguese administration in the Amazon Valley, Antonio Landi's *Descrição de várias Plantas, Frutas, Animais, Aves, Peixes, Cobras, raízes, e outras coisas semelhantes que se acham nesta Capitania do Grão Pará*, written between the years of 1772 and 1773, has been seen by History as a result of the interests of the Portuguese Crown. This present work has as object of study such description, providing an understanding which is distinct from the commonly accepted one: *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará* emerged as a logical extension of the metropolitan policies. Thus, it is not a formulation suggested or determined by the colonial bureaucracy, but a work motivated by colonial demands. Moreover, this thesis aimed to understand the intents which were proper of the Italian architect's condition of settler, avoiding to conceive his production as a naturalist only as a reflection of the scientific thinking in Europe. Formerly, seeking to understand this activity as something related to the context of the local colonial dynamics. Thus, this study seeks to demonstrate that the practices and specific shapes of the Amazon Valley society were instrumental in the development of Antonio Landi's Natural History work.

**Key words:** Landi. Colony. Amazon Valley.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO: LEITURAS DE UM INVENTÁRIO: IDENTIDADE, GENIALIDADE E HISTORIOGRAFIA</b> .....	20
<b>SEGUNDO CAPÍTULO: DESCRIÇÕES DA NATUREZA NA COLÔNIA: LANDI DESENHADOR, SENHOR DE ENGENHO E NATURALISTA</b> .....	46
APROXIMANDO-SE DA NATUREZA COLONIAL: O TRATADO DE MADRI E A DEMARCAÇÃO DE LIMITES.....	49
A TRAJETÓRIA DE ANTONIO LANDI NO VALE AMAZÔNICO .....	58
SÚDITOS CAPAZES EM UM LABIRINTO DE DESORDENS:INTERESSES COLONIAIS.....	77
<b>TERCEIRO CAPÍTULO: O DISCURSO POLÍTICO NAS DESCRIÇÕES DE ANTONIO LANDI</b> .....	90
HOMEM E A NATUREZA NO SETECENTOS .....	93
SUGESTÕES POLÍTICAS NA DESCRIÇÃO DE ANTONIO JOSÉ LANDI .....	110
OS DENTES DO CAVALO DADO: SEGUNDAS INTEÇÕES NA DEDICATÓRIA DE ANTONIO LANDI .....	132
<b>CONCLUSÃO</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151
FONTES .....	152
BIBLIOGRAFIA.....	155

## LISTA DE E SIGLAS

- AHMB - Arquivo Histórico do Museu Bocage.
- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino.
- ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- APEP - Arquivo Público do Estado do Pará.
- BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- CNCDP - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- EDIPUCRS - Editora Universitária da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.
- EDIUPF - Universidade de Passo Fundo.
- EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense.
- EDUFPA - Editora da Universidade Federal do Pará.
- EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo.
- ICALP - International Colloquium on Automata, Languages and Programming.
- IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
- MCM-IHGB - MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3v.
- NAEA - Núcleo de altos Estudos Amazônicos.
- UAL - Universidade Autônoma de Lisboa.
- UFPA - Universidade Federal do Pará.

- UFPE - Universidade de Pernambuco.
- UNESP - Universidade Estadual Paulista.
- UNIFAP - Universidade Federal do Amapá.
- UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul.
- USP - Universidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

*Da terra formou, pois, o Senhor Deus todos os animais do campo e todas as aves do céu, e os trouxe ao homem, para ver como lhes chamaria; e tudo o que o homem chamou a todo ser vivente, isso foi o seu nome. Assim o homem deu nomes a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais do campo.” Gênesis 2,19 e 20*

Natureza. Um termo pouco determinado em si e carregado de significado. Em sua definição mais geral, indica o conjunto das coisas que existem, particularmente, os princípios constitutivos essenciais. Segundo Edmund Ronald Leach, a idéia do que seja natureza está intimamente relacionada a uma determinada sociedade, portanto é a cultura que cria e inventa essa ideia. A concepção da ideia de natureza é um processo dinâmico dos seres humanos transformando-se ao longo do tempo,

Quando exprimimos os nossos pensamentos empreendendo ações que impõem modificações no ambiente, simplificamos drasticamente o fluxo da nossa experiência direta [...] impondo assim uma ordem artificial <sup>1</sup>.

Robin George Collingwood também considera a percepção sobre a natureza uma construção a partir de múltiplos fatores culturais, permitindo que possamos conhecê-la como uma percepção fabricada, artificial, por não ser natural a todos os seres humanos compreenderem o conjunto dos seres vivos de uma única forma. Segundo o referido autor, cada cultura reconhece a flora e a fauna a partir de seus valores, elegendo uns em detrimento de outros. Em fins do século XVIII, a visão moderna de natureza, que hoje conhecemos, começa ser formada, “baseada na analogia entre os processos do mundo natural, estudados pelos cientistas da natureza, e as vicissitudes dos problemas humanos, estudadas por historiadores” <sup>2</sup>.

As relações que os homens estabelecem com o mundo natural são variadas e continuamente construídas, reconhecendo a cultura produzida a partir dessa interação como determinada pela ação e consciência humanas. De acordo com Antonio Carlos Diegues, os animais, as plantas, os seres humanos, tudo que

<sup>1</sup> LEACH, Edmund Ronald. *Natureza/Cultura*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5. p. 14.

<sup>2</sup> COLLINGWOOD, Robin George. *A Idéia da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. p. 16.

tem vida transforma essa natureza, todavia esse processo é diferente para os seres humanos devido à consciência<sup>3</sup>.

Quando os homens relatam suas observações sobre o mundo natural nos permitem observar como se reconhecem diante das demais espécies e revelam suas intenções em relação à natureza. Raymond Williams aponta para a importância de olhar a ideia de natureza por meio da história, chamando a atenção para a complexidade do tema, especialmente na segunda metade do século XVIII. Considera a percepção pragmática, inclinada a racionalidade, encontrada nos catálogos e inventários sobre o mundo natural setecentista, uma atitude não espontânea ou sem conexões, mas sim resultante do acúmulo de interpretações do homem sobre o tema “natureza”, uma fabricação humana possuidora de sua historicidade<sup>4</sup>.

Analisando essa problemática da percepção humana sobre o mundo natural, Robert Lenoble considera que apesar de a Natureza conservar seu aspecto físico ao longo do tempo, o homem tem percebido essa mesma Natureza de maneiras completamente diferentes, cada observação fruto de seu tempo, expressando aspectos científicos e morais indispensáveis para o estudo histórico que pretende compreender a ideia de Natureza dos sujeitos, julgando como inexistente a figura de observadores “puros”<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva que considera os homens de ciência “de carne e osso”, e suas narrativas construídas a partir das ideias que os cercam, seu cotidiano, suas necessidades e suas intenções políticas, Robert Lenoble considera que

(...) entre as ideias globais que se edificam em redor dele e da Natureza, ele escolhe por si, e quando descobre algo novo, este algo de novo inscreve-se num conjunto. As mais das vezes, considera uma honra dar um sentido histórico à sua ciência; e, ainda que opte por se retirar do mundo para estudar, ao lado do seu “laboratório” tem sempre o seu “oratório.”<sup>6</sup>

As palavras de Robert Lenoble acima destacadas evidenciam a

<sup>3</sup> DIEGUES, Antonio Carlos. *The myth of untamed nature in the brazilian rainforest*. São Paulo: EDUSP, 1998. p.136.

<sup>4</sup> WILLIAMS, Raymond. Ideas of nature. In: *Selected essays*. London: Verso, 1989. p. 67 e 72.

<sup>5</sup> LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 27-28.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 29.

ocorrência do discurso político no trabalho científico, ou seja, as idéias científicas ao longo do século XVIII são construídas a partir das necessidades morais e sociais. Sendo assim, devemos analisar os pressupostos intelectuais como parte de todo um sistema de pensamento do homem de ciência, tomando suas observações como parte ativa no processo de descrição do mundo que o cerca sem desconsiderarmos suas necessidades imediatas, especialmente aquela exploratória<sup>7</sup>.

Essa discussão sobre a natureza contribuiu em nosso trabalho para pensarmos como, na segunda metade do século XVIII, o mundo natural foi percebido no Vale Amazônico por sujeitos como Antonio Landi. Essa natureza foi utilizada como um lugar no qual os agentes históricos poderiam expressar suas qualidades, manifestando seus atributos e habilidades, projetando-os como súditos capazes de servir ao Império português, no intuito de serem beneficiados com uma melhor posição na sociedade colonial.

Trataremos, portanto, de como Antonio Landi, ao descrever essa natureza, expressou suas intenções próprias como sujeito do século XVIII, morador do Vale Amazônico, utilizando-se do texto científico para se qualificar como um súdito útil ao Império luso, como parte da estratégia que buscava uma melhor condição na sociedade colonial.

Dessa forma, essa dissertação trata das relações políticas e de poder na sociedade colonial do século XVIII no Vale Amazônico, e como a apreensão da natureza serviu para o estabelecimento, concretização e ampliação dessas relações.

Ao longo do século XVIII as produções no campo da História Natural evidenciaram com mais intensidade essa atitude dos homens de ciência em expressar suas observações por meio de uma linguagem racional e científica. Antonio Landi<sup>8</sup>, membro da Comissão Demarcadora de Limites enviada ao Vale amazônico com o objetivo de demarcar os limites dos domínios das monarquias ibéricas, escreveu seu trabalho de História Natural: *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*<sup>9</sup>, entre os anos de 1772 e 1773. Embora a produção

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 31.

<sup>8</sup> Mencionado nos escritos italianos como Giuseppe Antonio ou somente Antonio; ficará conhecido em Portugal e no Brasil como António José Landi.

<sup>9</sup> O título completo da obra, em italiano, é *Descrizione di varie Piante, Frutti, Animali, Passeri, Pesci, Biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Pará* Antonio.



desse tipo de trabalho fosse de interesse da administração colonial, nesta dissertação a descrição realizada pelo arquiteto italiano é entendida como uma iniciativa nascida a partir das demandas próprias da colônia. Apesar da divulgação dos sistemas naturais europeus, defendemos que as motivações que levaram Antonio Landi a realizá-lo encontram-se sobretudo na sua experiência no Vale Amazônico.

Esta dissertação, portanto, trata desse trabalho de História Natural, dos significados que ele tomou na historiografia, das intenções que motivaram sua elaboração e que orientaram seu conteúdo. Nesse sentido, ela considera seu autor como um sujeito participante da sociedade colonial portuguesa no Estado do Grão-Pará e Maranhão agindo sobretudo em benefício de seus interesses. Assim o recorte cronológico adotado inicia-se com a chegada de Antonio Landi no Vale Amazônico. Ele termina por volta do ano de 1778 quando o arquiteto italiano já figura como um súdito conhecido por seus serviços à administração local. O período destacado tem a intenção de compreender a trajetória de Antonio Landi e seu projeto de ampliação das relações sociais com sujeitos politicamente influentes, em que a elaboração da Descrição pretendeu contribuir.

Por meio da análise das intenções dos moradores da colônia portuguesa na América, em especial de Antonio Landi no Vale Amazônico, no que se refere ao desejo de ampliar suas relações sociais e a utilização dos trabalhos de História Natural nesse sentido, pretendemos desenvolver uma reflexão que perceba a elaboração do texto científico como um discurso sobretudo político, orientado pelas questões próprias da colônia e não apenas como um desdobramento do projeto metropolitano de resgate da ciência no Ultramar ou como um reflexo de trabalhos semelhantes realizados na Europa.

O estudo sobre o aspecto político das descrições sobre a natureza elaboradas pelo arquiteto italiano exigiu uma análise dedicada do manuscrito de História Natural de Antonio Landi publicado por Nelson Papavero<sup>10</sup> e por Isabel

---

Optamos, no entanto, por nos referir a ela pela seguinte denominação: *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*.

<sup>10</sup> Tradução para o português, contando com algumas descrições incompletas. PAPAVERO, Nelson et al. *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

Mayer Godinho Mendonça<sup>11</sup>. Dentre o universo de documentos referentes a esse tema destacam-se as Cartas Régias endereçadas ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, as Correspondências do Governo do Estado do Maranhão com a Metrópole e as Correspondências de diversos com esse Governo, disponíveis em versão digitalizada pelo Projeto Resgate, elaborado entre os Arquivos Públicos brasileiros e o Arquivo Histórico Ultramarino<sup>12</sup>. Neles, foi possível perceber a trajetória de Antonio Landi e seus interesses políticos como morador do Vale Amazônico. Consideramos essa uma observação que torna nosso trabalho original, pois analisa o trabalho científico escrito pelo arquiteto italiano não como um reflexo dos anseios metropolitanos ou das teorias científicas européias, mas como parte do projeto de ampliação das relações na sociedade colonial, orientado sobretudo a partir das questões próprias da dinâmica social local.

Com efeito, procurando atingir os objetivos propostos, dividimos esta dissertação em três capítulos: no primeiro, intitulado ***Leituras de um Inventário: identidade, genialidade e historiografia***, discutimos qual relação a produção historiográfica estabeleceu com o texto de História Natural realizado por Antonio Landi. Nele, defendemos que as representações sobre esse Inventário, presentes na literatura acadêmica, buscam criar a figura de um Homem de Ciência Genial.

Assim, argumentamos que essa consideração da genialidade de Antonio Landi faz parte da construção de uma memória histórica sobre o passado da Amazônia. Donato Melo Junior, Augusto Meira Filho e Leandro Tocantins foram três dos principais intelectuais a contribuírem com essa elaboração de uma identidade amazônica a partir de valores do passado colonial, demonstrando que, além de arquiteto, o italiano também foi um homem com habilidades de naturalista, o que o tornaria genial por transitar em diversos campos do conhecimento. Essa criação da figura de um homem de ciência genial na Amazônia Setecentista seria fundamental para as intenções de valorizar o passado Amazônico.

<sup>11</sup> Transcrição do manuscrito italiano. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

<sup>12</sup> As referências à documentação encontram-se nas notas de rodapé. Por meio de abreviaturas indicamos o arquivo ou a publicação onde se encontra o documento. No caso dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, o primeiro número, após a abreviatura, refere-se a caixa, o segundo refere-se ao número do documento ou a folha de referência. Em relação ao manuscrito de História Natural de Landi, encontrado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, por nós conhecido e consultado por meio das publicações de Nelson Papavero e Isabel Mayer Godinho Mendonça, o primeiro número após a abreviatura refere-se ao códice, enquanto o segundo refere-se à folha.

O capítulo, portanto, trata das leituras e interpretações realizadas pela literatura acadêmica sobre o trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi. Nosso objetivo não é criticar os autores citados no intuito de condená-los por suas interpretações, mas sim reconhecermos quais intenções influenciaram suas observações, direcionando seus posicionamentos. Esse primeiro texto inicia a dissertação situando o ponto de vista que baseia seu argumento, sem deixar de reconhecer a importância das informações apresentadas pelos autores que critica.

Trataremos da elaboração da *Descrição das plantas e animais do Grão Pará* levando em conta a condição do autor de morador da colônia. Assim, o título que demos ao trabalho, “Landi, esse conhecido”, indica a percepção dessa condição do arquiteto italiano, diferente daquela encontrada na obra *Landi, esse desconhecido*<sup>13</sup>, de Augusto Meira Filho.

O segundo capítulo, ***Descrições da natureza na colônia: Landi desenhador, senhor de engenho e naturalista***, trata do contexto encontrado por Antonio Landi ao chegar ao Grão-Pará, com a responsabilidade de exercer a função de desenhador da Comissão Demarcadora de Limites, apresentando sua trajetória no Vale Amazônico, evidenciando sua busca por demonstrar suas habilidades aos administradores coloniais no intuito de chamar-lhes a atenção.

O capítulo, portanto, busca mostrar Antonio Landi como colono, que escolheu estabelecer relações com sujeitos que pudessem contribuir politicamente e economicamente, então, apontamos que é inadequado pensar seu trabalho com a História Natural um resultado direto e automático do projeto metropolitano, sem qualquer relação com sua condição de morador da colônia.

Assim, o terceiro capítulo, ***O discurso político nas descrições de Landi***, complementa o argumento da dissertação. O século XVIII, sobretudo sua segunda metade, conheceu, por parte das principais nações européias, um interesse e uma necessidade por explorar os recursos naturais existentes em suas possessões coloniais. Reconhecendo esse interesse, muitos sujeitos que pretendiam ampliar suas relações sociais realizaram trabalhos que sugeriam formas de transformar as

---

<sup>13</sup> MEIRA Filho, Augusto. *Landi, esse desconhecido*. Rio de Janeiro: Conselho. Federal de cultura. 1976.

espécies em riqueza com o objetivo de projetarem-se como súditos fiéis, contribuindo com seus projetos de ampliação do poder.

Este último capítulo, portanto, trata de como a Descrição das plantas e animais elaborada por Antonio Landi apresenta sua visão de natureza a partir de sua condição como morador da colônia, sugerindo como melhor explorar a fauna e a flora do Vale amazônico e destacando que benefícios isso traria para a Coroa. O capítulo busca evidenciar o caráter colonial e político do Inventário, destacando como o autor, por meio das descrições, tentou persuadir seus leitores se apresentando como um funcionário capaz de assumir cargos de confiança e se colocando à disposição para colaborar com projeto de exploração da Colônia e conseqüentemente se beneficiando dele.

Devemos, antes de concluirmos, reafirmar o quanto esta dissertação deve à produção bibliográfica que lhe antecede, pois é a partir das informações adquiridas por meio de sua leitura que buscamos apresentar uma nova interpretação do manuscrito de História Natural de Antonio Landi. Não recusamos a importância das teorias classificatórias em voga no século XVIII na Europa, tampouco desconsideramos a influência das políticas metropolitanas no Vale Amazônico.

Este trabalho pretende, também, evidenciar que as ações dos sujeitos que compuseram a sociedade colonial no Vale amazônico não foram planejadas pelos interesses da Coroa portuguesa, ou seja, não devem ser resumidas a simples reflexos dos interesses metropolitanos. Ações como a elaboração do Inventário sobre a Natureza de Antonio Landi demonstram que esses sujeitos procuravam estratégias de sobrevivência e ampliação das relações sociais que lhes garantissem benefícios políticos e econômicos a partir de questões nascidas sobretudo na dinâmica da sociedade colonial.

Gostaríamos de esclarecer nossa opção por utilizar, ao longo deste estudo, a expressão *Vale Amazônico*. Ao longo da pesquisa citávamos o lugar onde Antonio Landi atuou como desenhador da Comissão Demarcatória de Limites como *Amazônia*. Mauro Cezar Coelho chamou-nos atenção para o fato de que a noção de Amazônia como região apenas se constituiu no século XIX. Aceitamos, portanto, sua sugestão de nos referirmos ao lugar de atuação da Comissão que Antonio Landi fez

parte utilizando a expressão *Vale Amazônico*, cunhada por Arthur Cezar Ferreira Reis<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993. 2 v.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

### LEITURAS DE UM INVENTÁRIO: IDENTIDADE, GENIALIDADE E HISTORIOGRAFIA

Avarentos eram quase todos os conquistadores: - estimavam o solo pelos metais preciosos que colhiam; - resgatavam os supostos prisioneiros de guerra para terem escravos a seu serviço, nada mais miravam que não fosse o benefício particular de cada um. À custa do suor e sacrifício dos selvagens. Esta é a triste verdade, que os fatos irão pouco e pouco confirmando.

---

Domingos Antonio Raiol

Há uma história, fácil e cômoda, feita de generalizações, de sínteses, de símbolos, que dispensando-se de indagar miudamente os fatos e as intenções que os presidem ou inspiram, vai canonizando personagens e glorificando ações, que de mais perto e à melhor luz vistas são realmente execráveis.

---

José Veríssimo

Domingos Antonio Raiol<sup>1</sup> e José Veríssimo<sup>2</sup> apresentaram críticas em relação ao significado e às interpretações históricas da dominação portuguesa no período colonial. Ambos, escritores liberais, construíram uma compreensão pessimista da história colonial, destacando o que chamavam de "poder despótico", qualificado como atrasado, denunciando o autoritarismo de uma política violenta e pautada por desmandos, considerando serem esses os motivos do estado de pobreza em que se encontraram o Grão-Pará e o Maranhão.

Domingos Antonio Raiol e José Veríssimo compartilhavam de uma leitura que reconhecia a colônia como símbolo de uma história de opressão estrangeira, na qual se encontraria a origem dos problemas que assolavam a sociedade paraense.

---

<sup>1</sup> RAIOL, Domingos Antonio. A abertura do Amazonas. In: \_\_\_\_\_. *Obras de Domingos Antonio Raiol, Barão de Guajará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. p. 19.

<sup>2</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Belém: EDUFPA, 1970. p. 147.

Os agentes da Coroa eram considerados como símbolos de um poder autoritário que teria impedido o desenvolvimento econômico dessa sociedade.<sup>3</sup>

Os diversos textos produzidos ao longo do período colonial, assim como seus autores, foram interpretados, em fins do século XIX e início do século XX, como testemunhas de um período de dominação da metrópole portuguesa. Os súditos leais ao Rei de Portugal, como Antonio Landi, representavam

O velho, o ultrapassado, o antigo regime. A imagem era do aristocrata, do senhor de engenho, do proprietário de escravos e do apadrinhado da coroa portuguesa. O fim do século XIX lia a colônia com desdém e, mais do que isto, procurava riscar do mapa esses tempos da dominação portuguesa<sup>4</sup>.

Era preciso ter cautela ao se referir ao passado amazônico, pois, parecia estar nele a explicação de muitas mazelas sofridas pela sociedade paraense do período<sup>5</sup>, o Antigo tinha como sinônimo o atraso.

Para Jacques Le Goff<sup>6</sup>, esse tipo de leitura do passado, que colocava em oposição o Antigo e o Moderno, foi motivado pelo advento do Iluminismo. As novas formas de ciência, literatura e arte, desencadearam a ideia de que o Antigo representava algo superado, enquanto que o moderno se apresentava como progressista.

Ainda no século XIX, Antonio Ladislau Monteiro Baena realizou seu estudo corográfico<sup>7</sup>, destacando o fim do período colonial e valorizando uma história independente em relação a Portugal. No intuito de construir uma minuciosa descrição da Província do Pará, ele contou com a figura de Antonio Landi, na função

<sup>3</sup> Sobre a construção da história colonial de Domingos Antonio Raiol ver: RICCI, Magda. O Império lê a colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 29-37. Sobre a interpretação de José Veríssimo referente ao passado colonial ver: BEZERRA NETO, José Maia. Os males de nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. In: \_\_\_\_\_; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Op. cit.*, 2002. p.39-66.

<sup>4</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. As memórias do Tempo de Landi. In: *Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia*, 2003, Belém: Anais do Seminário. Belém: 2003. Disponível em: <[www.forumlandi.com.br/biblioteca/Arq/transmissao.pdf](http://www.forumlandi.com.br/biblioteca/Arq/transmissao.pdf)>. Acesso em 16 mai. 2008.

<sup>5</sup> Cf. BEZERRA NETO, José Maia. *Op. cit.*, 2002. p. 39-66.

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996. p. 14.

<sup>7</sup> BAENA, Antonio Ladislau. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

de arquiteto da cidade, reconhecendo seu trabalho na construção de edificações e sua participação na vida religiosa<sup>8</sup>.

Antonio Baena buscou entender a configuração do espaço urbano que se apresentava diante dele, apontando por meio desse estudo as possibilidades da província em retirar da natureza benesses rentáveis. Antonio Landi foi referido por ele como um personagem que participou diretamente da construção da cidade, envolvido na dinâmica da economia local a favor da metrópole, representante do período colonial<sup>9</sup>.

Apesar de nos propormos focar o trabalho de Antonio Landi sobre a História Natural, não podemos deixar de reconhecer que foi sua atividade como arquiteto que lhe conferiu grande notoriedade. A partir do século XX, um grupo importante de historiadores e estudiosos da arquitetura passou a reivindicar uma leitura que reconhecesse o passado colonial como positivo, utilizando a figura do arquiteto bolonhês para valorizar a história da Amazônia, especialmente a história da cidade de Belém do Pará.

Este capítulo trata de como o Inventário da Natureza formulado por Antonio Landi, tem sido utilizado pela literatura acadêmica como um elemento de valorização do passado colonial, e de como esse passado, o Inventário e seu próprio autor deixaram de representar o atraso, símbolos de um tempo de dominação, para se tornarem, no argumento desses letrados, pontos de partida de trajetória vitoriosa do Vale Amazônico guiada pela administração metropolitana, discurso que procurava valorizar toda a história desse lugar. Reconhecemos que se trata de uma intenção ousada e, já anunciamos, será realizada nos limites desta primeira parte – quando poderia ser ele próprio objeto de todo o trabalho. Apesar dessa limitação, é essencial que a apresentemos.

Esta dissertação trata do caráter expresso no trabalho de História Natural de Antonio Landi, o qual é visto, por grande parte dos analistas, como representação direta dos anseios da Coroa portuguesa, relacionado ao projeto civilizador e como reflexo dos trabalhos de História Natural europeus.

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 189.

<sup>9</sup> Sobre o Ensaio Corográfico de Antonio Ladislau Monteiro Baena ver BARROS, Michelle Rose Menezes de. *“Germes de Grandeza”*: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850). 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.



O argumento em questão, no entanto, sem deixar de considerar a existência de um projeto português de civilização para o Vale Amazônico e o desenvolvimento da História Natural na Europa, abdica da ideia que reconhece o Inventário da Natureza de Antonio Landi como um desdobramento do projeto metropolitano de desenvolvimento do pensamento científico no Império Ultramarino. O objetivo a ser exposto a seguir pretende demonstrar que o texto de História Natural de Antonio Landi foi elaborado, também, a partir dos interesses do autor na condição de morador da colônia envolvido na dinâmica local. Nesse sentido, o argumento dialoga com a historiografia e por isso é importante situá-la.

Os intelectuais empenhados na criação de uma identidade da cidade de Belém, capital do Pará, buscaram incessantemente narrar o passado com um objetivo definido: criar o imaginário da cidade moderna, por meio de um discurso que misturaria história e poesia. Segundo Jacques Le Goff, as incertezas quanto ao futuro levaram o homem a olhar para o passado e encontrar nele alguma esperança<sup>10</sup>.

Alguns intelectuais na Amazônia se debruçaram sobre o tema da identidade da cidade. Dentre eles, Donato Mello Júnior, Augusto Meira Filho e Leandro Tocantins utilizaram a figura de Antonio Landi como um representante do período colonial, o qual trouxe modernidade para a Amazônia<sup>11</sup>. Grifa-se, portanto, um empenho pela valorização das construções do passado, com o propósito de demonstrar o progresso da cidade amazônica ao longo do tempo.

Milton Santos<sup>12</sup> discute essa valorização do passado como fenômeno que teve por objetivo individualizar o lugar; ou seja, diferenciando-o dos demais, assegurando sua importância, dando novo significado ao passado do lugar.

A valorização da Amazônia como lugar singular se fez utilizando uma das dimensões mais importantes desse processo – o passado. As edificações coloniais constituíram uma importante parte da paisagem que marcou e diferenciou a cidade

<sup>10</sup> Le Goff, Jacques. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>11</sup> MELLO Júnior, Donato. *Antonio José Landi*. Arquiteto de Belém, percussor da arquitetura neoclássica no Brasil. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973; MEIRA, Filho. Augusto. *O Bi-secular Palácio de Landi*. Belém: Grafisa, 1976 [A primeira edição é de 1972]; TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec. 1994. p. 178.

de Belém. Para isso, o estudo dos estilos artísticos conferiu valor ao conjunto arquitetônico.

Historiador da arte e pesquisador dos estilos artísticos, Donato Mello Júnior preocupou-se, em sua produção acadêmica, no enquadramento das edificações aos estilos, localizando o início do processo de *classicização* das artes em Portugal e especialmente no Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX. O pesquisador em questão realizou um levantamento documental sobre a vinda do grupo de artistas franceses para o Brasil em 1816: Missão Artística Francesa.

A pesquisa de Donato Mello Júnior, interrompida pelo seu falecimento, procurava explicar a contribuição estética e, de alguma maneira, a institucionalização do ensino artístico, efetivada com a criação da Academia Imperial de Belas Artes em 1826, influenciando os arquitetos, escultores, gravadores e pintores. Essa preocupação fez parte do contexto da busca por uma “certidão de nascimento” do neoclassicismo no Brasil, suas características e, conseqüentemente, pela demonstração das fundações da nação e a “legítima e virtuosa” preocupação do Estado Nacional em guiar as atividades literárias e artísticas<sup>13</sup>.

Entre os resultados de suas análises, a questão da originalidade se destaca como a principal, relacionada com o advento do neoclassicismo no Brasil. No debate sobre onde apareceu, primeiramente, a arquitetura neoclássica no Brasil, Donato Mello Júnior concluiu que Antonio Landi foi o precursor do neoclassicismo, por meio da arquitetura, no País.

Em nossas histórias de arte e nos referentes aprendia-se que o neoclassicismo chegara com a Missão Artística Francesa de 1816, sem alusão às tendências classicizantes que a antecederam. Destas a mais importante e pioneira no Brasil foi a contribuição landiana em Belém em sua maior parte chegada a nós bem ou mal conservada, adulterada ou não, e até em ruínas.<sup>14</sup>

Sua publicação, intitulada *Antonio José Landi, arquiteto de Belém, percussor da arquitetura neoclássica no Brasil*<sup>15</sup>, patrocinada pelo Estado do Pará, demonstra o esforço pela construção de uma identidade da cidade de Belém, que

<sup>13</sup> MELLO Júnior, Donato. *Op. cit.*, 1973. p. 4D.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 4D.

<sup>15</sup> *Id.*

poderia se colocar à disposição da História do Brasil. Referindo-se ao arquiteto Antonio Landi, Donato Mello Júnior afirmava:

Belém deve a ele uma herança arquitetônica singular no Brasil Colônia: conheceu ela, com prioridade, as formas eruditas de uma arquitetura classicizante, neopaladiana, precursora do estilo neoclássico que, aqui no Brasil, só chegaria na segunda metade do século XIX pelas mãos de outro grande arquiteto Grandjean de Montigny, criador depois do estilo imperial brasileiro, o nosso neoclássico tropical.<sup>16</sup>

Donato Mello Júnior considerou em suas pesquisas, além do trabalho com arquitetura, a atividade realizada por Antonio Landi como gravador. Tinha, também, conhecimento de sua produção de História Natural, a serviço da Comissão Demarcadora de Limites, não pelo Inventário da Natureza, mas por supostos desenhos guardados na Biblioteca Municipal do Porto e pela correspondência com o Governador da Província.

Hoje sabemos que Landi, além de arquiteto e de construtor também foi documentarista de História Natural e gravador. [...] os desenhos da Biblioteca Municipal do Porto revelam o documentarista de Botânica e Zoologia, [...] e as cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado mostram aspectos humanos de sua pessoa e alguns documentos apontam o funcionário desenhador contratado para servir numa partida do Norte que veio para a definição dos limites luso-espanhóis na Amazônia<sup>17</sup>.

Apesar de seu trabalho de Arquiteto ser o fundamento do argumento de Donato Mello Júnior, ele reconhecia em Antonio Landi um homem que serviu à Coroa de outras maneiras, valorizando sua figura como funcionário com habilidades em diversas áreas da ciência.

O trabalho de Donato Mello Júnior estava relacionado à restauração do Palácio do Governo, que compunha o projeto de valorização do passado da cidade de Belém.

Hoje graças a um movimento de revalorização dos bens culturais, artísticos ou históricos, bem compreendido pelo governador Fernando Guilhon, o Palácio landiano voltou, em grande parte após criteriosa restauração e documentada reconstituição às suas intenções plásticas e arquitetônicas, onde possível, graças inclusive ao reconhecimento do seu valor pelo Ministério de Educação, através do apoio financeiro do seu Ministro Jarbas

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 4C.

<sup>17</sup> Ibid., p. 4E.

Passarinho e assessoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.<sup>18</sup>

O argumento de Donato Mello Júnior, que afirmava Antonio Landi como arquiteto da cidade de Belém, servia para fundamentar as ações do governo do Estado. Estava apoiado por outros setores da administração estadual e federal, demonstrando uma preocupação mais ampla quanto à valorização do passado nacional, incluindo o destaque à preservação do passado religioso da capital paraense: “Um novo orgulho para Belém, mais um ponto turístico da cidade e um futuro pólo cultural e religioso”<sup>19</sup>.

Referindo-se ao Palácio dos Governadores, Donato Mello Júnior ressaltava:

Felizmente Belém, tem, nestes últimos anos, conservado este monumento bi-secular que testemunha o valor de uma enorme e importante obra de Arquitetura, sinal da força da Igreja nos Anais de Belém Colonial, monumento e bem cultural do Pará e do Brasil também.<sup>20</sup>

Foi nesse contexto, que Donato Mello Júnior contou com as edificações de Antonio Landi para fundamentar sua sugestão de uma Amazônia pioneira na arquitetura, no Brasil. Ainda podemos destacar outra obra do mesmo autor apoiada pela Sociedade dos Amigos de Belém, *Iconografia de Belém do Grão Pará: plantas do século XVIII*<sup>21</sup>, que compunha o projeto de valorização da capital paraense a partir do seu passado. A abertura da obra foi escrita pelo então vereador Augusto Meira Filho, considerando Donato Mello Júnior “um dos mais fiéis admiradores de Belém”. Nela, informa que o autor da obra, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afeiçoara-se pela capital paraense, após lecionar na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará.

Segundo Augusto Meira Filho, o que trouxe o “reconhecido estudioso” Donato Mello Júnior ao Pará foi sua paixão pelo trabalho artístico de Antonio Landi, no Brasil e na Europa. Em Belém, ele encontraria o “maior manancial de investigação da vida e obra do consagrado arquiteto de Bolonha”, produzindo

<sup>18</sup> Ibid., p. 4E.

<sup>19</sup> Ibid., p. 4F.

<sup>20</sup> Ibid., p. 4G.

<sup>21</sup> Id.. *Iconografia de Belém do Grão Pará: plantas do século XVIII*. Belém: Sociedade dos Amigos de Belém, 1970.

conhecimento importante para a história do Pará, por meio de minuciosa investigação nos arquivos do mesmo Estado<sup>22</sup>.

Com esta obra, *Iconografia de Belém do Grão-Pará*, Donato Mello Júnior, que havia sido premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, divulga a história da cultura luso-brasileira na capital paraense, apresentando plantas desenhadas no século XVIII como elementos utilizados pela administração metropolitana para configurar o espaço brasileiro, registrando a estratégia do Estado português, enquanto atribuía valor ao trabalho do arquiteto.

A cartografia vetusta da Amazônia constitui um acervo preciosismo resultante da expansão portuguesa e uma fonte documentária que muito ajudou o Brasil a defender seus limites setentrionais baseados nas monumentais “Memórias” do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco.<sup>23</sup>

As obras consultadas por Donato Mello Júnior, como de Francisco Marques Sousa Viterbo, Antonio Baena, Manuel Barata e Alexandre Rodrigues Ferreira, provavelmente, levaram-no a consolidar sua pretensão de atribuir grande importância às atividades realizadas por Antonio Landi. Provavelmente, o mesmo objetivo o levou a buscar por fundamentação, que justificou a pesquisa em bibliotecas e arquivos em Belém, no Rio de Janeiro e em Portugal.

Francisco Marques Souza Viterbo, historiador português, fez referência ao códice de História Natural de Antonio Landi ao escrever uma série de biografias de arquitetos, cartógrafos, desenhadores, naturalistas, engenheiros e fortificadores, publicadas na Revista Militar (1893-1895)<sup>24</sup>. O referido historiador ressaltou a contribuição e o esforço que os portugueses empreenderam na construção de várias edificações que valorizaram a Amazônia e a cidade de Belém. Anos depois, repetiu sua leitura das obras de Antonio Landi, ao construir uma biografia do arquiteto italiano em seu Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos<sup>25</sup>.

Os documentos coloniais, assim como as edificações, deixaram, particularmente, de representar um tempo em que o Brasil era colônia, subjugado e

<sup>22</sup> Ibid., p. 5.

<sup>23</sup> Ibid., p. 7.

<sup>24</sup> VITERBO, Francisco Marques Souza. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*, v. 2. Lisboa: Panorama, 1962-1964. v. 2.

<sup>25</sup> Id. *Diccionario historico e documental dos architectos e engenheiros constructores portugueses ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922. 3 v.

escravista, para, por meio de um discurso oficial, ganharem valor como marcos da erudição arquitetônica, testemunhos de um passado de homens que lutaram pela constituição de uma soberania nacional. A figura de Antonio Landi foi alçada à condição de personagem fundamental, atribuindo-lhe uma espécie de paternidade que firmaria essa “certidão do nascimento” da cidade e poderia servir para a valorização da história do Brasil. Os traços “paladianos” materializariam aquele propósito, tornando-os visíveis aos olhos dos moradores da cidade, mesmo precisando de um discurso pautado pelas balizas acadêmicas da história da arte.

A preocupação com a construção da Memória era um objetivo fundamental no discurso de Donato Mello Júnior, no do qual Antonio Landi seria aquele que daria sentido a todo conjunto arquitetônico da cidade de Belém, pois seu traço europeu garantiria o mérito do reconhecimento<sup>26</sup>. O arquiteto italiano, portanto, fez parte fundamental na constituição dessa Memória.

A Grécia, o Egito, a Itália, a França, a Espanha, a Alemanha, a Inglaterra, o Japão e muitos outros países sabem da importância da “Memória” de suas culturas e têm no Turismo uma de suas fontes de renda. Aqui mesmo já começamos: o Aleijadinho, as cidades históricas de Minas e Salvador são pólos do nosso turismo cultural.<sup>27</sup>

O argumento de Donato Mello Júnior se fez utilizando, também, a comparação entre Aleijadinho e Antonio Landi. Para ele, Aleijadinho foi esquecido por algum tempo, mas havia recuperado prestígio por meio de várias biografias, inclusive estrangeiras. Operação semelhante estaria acontecendo com Antonio Landi: uma “revalorização” da importância de suas construções para arquitetura nacional. O estudioso da arte destacava ainda o ambiente desfavorável vencido por Antonio Landi para realizar suas atividades, caracterizando o arquiteto bolonhês como autor de grandes obras mesmo em condições precárias, como ocorreu, por exemplo, em Barcelos e mesmo em Belém<sup>28</sup>.

Além de contribuir para a formação de uma Memória sobre a cidade de Belém e Antonio Landi, Donato Mello Júnior ganhou reconhecimento nacional por seus trabalhos. Foi laureado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil em 1968, com

<sup>26</sup> Sobre esse aspecto ver: ALVES, Moema; KETTLE, Wesley. Em Busca da paternidade: Landi e a invenção da cidade histórica. Revista Estudos de Amazônicos. 2009 (no prelo).

<sup>27</sup> MELLO Júnior, Donato. *Op. cit.*, 1973. p. 52.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 120.

direito a citação na grande imprensa. O professor e arquiteto Paulo Santos, reconheceu o trabalho *Iconografia de Belém* como original e uma “contribuição de grande valia para a cultura histórica luso-brasileira”, subsidiando os estudos de arquitetura no Brasil e em defesa do Patrimônio histórico e Artístico da Nação<sup>29</sup>.

Dessa forma, podemos reconhecer que a figura de Antonio Landi, por meio de trabalhos como de Donato Mello Júnior, era divulgada, inserida em uma versão da história do Brasil, chamando atenção para a cidade de Belém. Esse estudioso, no entanto, não esteve só.

Por meio de argumentos e objetivos semelhantes aos de Donato Mello Júnior, Augusto Meira Filho também se valeu da arquitetura da cidade para atribuir valor histórico à Belém do Pará. Especialmente as edificações coloniais foram exemplos utilizados por Augusto Meira Filho em uma espécie de resgate de uma história considerada por ele esquecida e indispensável.

Nascido em Belém no ano de 1915, Augusto Meira Filho foi escritor, poeta, historiador, engenheiro e político. Participou ativamente da vida pública da cidade na condição de vereador, sugerindo, como presidente da Câmara Municipal, projetos que visavam à preservação do conjunto arquitetônico belemense. Destacou-se na década de 1970 como um dos mais importantes intérpretes da formação histórica de sua cidade natal<sup>30</sup>.

Augusto Meira Filho trabalhou na construção de uma história da cidade de Belém sob a ótica da conquista político-econômica lusitana, tendo como argumento principal a ideia de que a capital paraense possuía como destino histórico exercer o papel de centro catalisador do progresso do Vale Amazônico. Tal certeza se confirmaria *lendo* os acontecimentos que constituíram a história de Belém, a partir de um olhar que buscava anotar o aprimoramento da cidade. Augusto Meira Filho desenvolveu seu argumento por meio de interpretações de documentos históricos, recolhidos em arquivos brasileiros e, como no caso do códice de História Natural de Antonio Landi, arquivos portugueses.

<sup>29</sup> SANTOS, Paulo F. Apud MELLO Júnior, Donato. *Op. cit.*, 1970. p. 52.

<sup>30</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Do traçado de Landi ao Plasmador da cidade: a obra historiográfica de Augusto Meira Filho. In: BEZEERA, Neto, José Maia; FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Diálogos entre História, literatura & memória*. Belém: Paka-tatu, 2007. p. 329-330.

O argumento do “arquiteto genial” foi amplamente defendido e divulgado por Augusto Meira Filho por meio de obras como *Landi – esse desconhecido*<sup>31</sup> e *O Bi-secular Palácio de Landi*<sup>32</sup>. Tais obras evidenciam a tentativa de resgatar a biografia do arquiteto bolonhês Antonio Landi, valorizando seu trabalho com História Natural, além de valorizar o conjunto de edificações do século XVIII encontrado em Belém.

A produção de Augusto Meira Filho se fez na reivindicação de um lugar de destaque para a cidade de Belém, para isso valeu-se da obra de Antonio Landi interpretando-o como arquiteto inovador. No Congresso de História do Segundo Reinado, promovido pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro no ano de 1975, ele apresentou um trabalho que demonstrava a ocorrência de atividades artísticas, especialmente a pintura, no Segundo Reinado, na Província do Grão-Pará<sup>33</sup>, apontando acontecimentos que valorizariam a história da cidade. Seu argumento tinha sempre como finalidade principal caracterizar o passado da cidade de Belém como composto por fatos relevantes, evidenciando uma trajetória de progresso da cidade.

Em *Contribuição à história de Belém*<sup>34</sup>, Augusto Meira Filho informou aos leitores uma seleção de eventos que, segundo ele, valorizaram a cidade de Belém por meio de seu passado. Podemos perceber um esforço considerável nesse projeto de demonstrar os eventos que deveriam estar presentes na narrativa histórica da Amazônia.

A ideia de progresso da cidade baseou o pensamento de Augusto Meira Filho, portanto, em *Evolução histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história*<sup>35</sup>, ele tentou comprovar a trajetória ascendente da cidade, apresentando aspectos que deveriam ser percebidos como componentes da história do Grão-Pará. Assim, por meio de seu discurso, demonstrava elementos positivos que caracterizariam a cidade como um lugar singular.

<sup>31</sup> MEIRA Filho, Augusto. *Op. cit.*, 1976.

<sup>32</sup> Id. *O Bi-secular Palácio de Landi*. *Op. cit.*, 1976.

<sup>33</sup> Id. *Contribuição à história da pintura na província do Gram-Pará no segundo reinado: esboço biográfico de um artista esquecido*. Belém: Sagrada Família, 1975.

<sup>34</sup> Id. *Contribuição à história de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973-1974. p. 2v.

<sup>35</sup> Id. *Evolução histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história*. Belém: [s.n.], 1976.



As diversas fases de sua política evolutiva, vendo-se em termos de espaço, vencera um longo período de formação no século anterior. E essa formação, no conceito infinito de tempo, não seria mais do que um módulo, um ambiente de um estágio, de um prelúdio, de um intermezo da grande paisagem urbanística, em cujo painel cores mais vibrantes e mais profundas marcariam substancialmente, seu desenvolvimento a partir da metade do século, por assim dizer, depois de 1753.<sup>36</sup>

De acordo com o pensamento de Augusto Meira Filho, a partir da chegada da Comissão Demarcadora de limites, a cidade conheceu um novo e evoluído estágio. Seria o apogeu da administração metropolitana na Amazônia, consequência da experiência trazida pelos técnicos e artistas que compunham a comissão: “Daquele instante de renovação e de valorização dos homens de governo e da própria terra, Belém do Grão Pará ganharia os primeiros fluidos de seu grandioso porvir”.<sup>37</sup>

O argumento de Augusto Meira Filho baseia-se também, nas transformações do espaço urbano, assimiladas como símbolos do progresso que a cidade de Belém experimentou, no decorrer de sua trajetória, levando-o a eleger o século XVIII como o período em que teve início o movimento de progresso. Para ele, a cidade deveria reconhecer o “braço colonizador” como agente dessa prosperidade, sempre no sentido do litoral para o sertão<sup>38</sup>.

A transformação urbanística da cidade foi, para Augusto Meira Filho, o sinal de um futuro promissor. Os moradores seriam transformados pela nova organização imposta pelos colonizadores<sup>39</sup>. O *tom* otimista do autor seguiu, narrando a trajetória ascendente da cidade, a partir dos marcos arquitetônicos. A figura de Antonio Landi foi evocada para valorizar ainda mais esse passado.

A imensidão verde, os pássaros coloridos e curiosos, as plantas exóticas, tudo, enfim revelando à sensibilidade do artista peninsular, aquela sensação de beleza de um mundo encantado que viria descobrir nos confins da América. Todas as coisas, no rio Negro, na Amazônia, contribuíram para extasiar o nosso bolonhês perdido e encantado nas florestas imensuráveis do grande Vale.<sup>40</sup>

<sup>36</sup> Ibid., p. 495.

<sup>37</sup> Id.

<sup>38</sup> Ibid., p. 498.

<sup>39</sup> Ibid., p. 502.

<sup>40</sup> Ibid., p. 578.

A história de evolução, construída por Augusto Meira Filho, considera Antonio Landi um intelectual que se doou pelo progresso da Amazônia. Descrevendo sua trajetória, relatou que o italiano escolheu não retornar a sua terra natal, “crescendo em sua alma uma enorme vontade de permanecer neste país, nestas terras do Grão Pará e da Amazônia brasileira”<sup>41</sup>.

A relação de Augusto Meira Filho com a figura de Antonio Landi esteve circunscrita à defesa do seu argumento, segundo o qual Belém teria sido protagonista de uma trajetória progressiva, de aprimoramento. Antonio Landi participava dessa trajetória emprestando sua genialidade, constituindo-se em um dos heróis da História da Amazônia. Isso porque o arquiteto italiano teria se colocado à disposição do projeto português de modernizar a cidade de Belém e seus moradores.

O entendimento da figura de Antonio Landi como um “grande homem”, presente na narrativa de Augusto Meira Filho, revela um discurso que faz parte de uma tradição da historiografia brasileira que, desde os primeiros anos da República, cultua a teoria das grandes personalidades, figuras da elite dominante, que ocuparam postos de destaque no Estado, na Igreja, na vida política, econômica ou intelectual. História essa que, para Geraldo Coelho, trazia em seu interior uma “fração da ideologia da classe dominante”<sup>42</sup>.

Completando a caracterização desse Landi herói e genial, Augusto Meira Filho demonstrou como o arquiteto bolonhês se comportou de maneira sensível e atenciosa diante da natureza do Vale Amazônico. Por meio desse encaminhamento, ele buscou criar a figura de um homem sem pretensões de exploração, mas caracterizando o projeto português para a colônia como uma iniciativa puramente comercial.

Para afirmar a grandeza da obra de Antonio Landi, Augusto Meira Filho utilizou comparações com reconhecidos artistas: “Aleijadinho em Minas, Grand-Jean de Montigni no Rio e Louis Léger Vauthier no Recife, o nosso Landi representaria a mesma grandeza artística no Grão Pará”<sup>43</sup>. Outros intelectuais como Robert Smith e

---

<sup>41</sup> Id.

<sup>42</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Ed. da UFPA, 1981. p. 8-11.

<sup>43</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão Pará*, Op. cit., 1976. p. 585.

Germain Bazin foram citados por Augusto Meira Filho como estudiosos que reconheceram a genialidade do trabalho de Antonio Landi.

Em sua interpretação, Augusto Meira Filho reconheceu o arquiteto bolonhês como um homem “à frente de seu tempo”, por sua influência na transformação do espaço urbano da cidade. Os resultados dessas transformações também se caracterizariam como vanguardistas, inclusive à frente do Rio de Janeiro<sup>44</sup>. Essa visão deveria tornar a cidade de Belém singular, consciente de um passado glorioso, sem dever nada a qualquer outra capital.

Augusto Meira Filho demonstrava a importância de Antonio Landi, apresentando sua formação em Bolonha e a importância de sua experiência e habilidade no processo de transformação do espaço urbano colonial. Da mesma forma, o arquiteto foi reconhecido como dono de uma sensibilidade ímpar diante da natureza, sendo citado como admirador e pesquisador da região amazônica<sup>45</sup>.

Por meio da análise de edificações como a capela, existente no interior do Palácio Lauro Sodré, Augusto Meira Filho reconheceu marcas que caracterizariam o trabalho de Antonio Landi. A Capela do Senhor dos Passos também foi mencionada por ele que, mesmo sem qualquer comprovação documental<sup>46</sup>, afirmava fazer parte da produção de Antonio Landi, estabelecendo semelhanças arquitetônicas entre a “Capela Pombo” e a “Capela do Palácio Lauro Sodré”:

Nota-se nesta casa religiosa [...] a semelhança impressionante de seus detalhes arquiteturais com o projeto de Landi destinado à Capella do Palácio. Creio não haver mais dúvida sobre a presença do nosso Landi à capelinha tradicional da Família Pombo.<sup>47</sup>

O discurso do político, engenheiro e historiador Augusto Meira Filho faz parte dessa construção identitária da cidade de Belém a que temos nos referido, e a utilização da figura de Antonio Landi converge na afirmação dessa verdade. O

<sup>44</sup> Ibid., p. 584.

<sup>45</sup> Ibid., p. 577.

<sup>46</sup> Sobre a Capela Pombo e sua relação com a figura de Antonio Landi ver: KETTLE, Wesley Oliveira. *Capela Viva do senhor morto: usos do oratório público no Grão-Pará do século XVIII*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008; OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. *Capela Pombo*, Belém/Pa: Interpretação e Perspectivas, 2008, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>47</sup> MEIRA, Filho, Augusto. *O Bi-secular Palácio de Landi*. Op. cit., 1976. p. 57.

arquiteto italiano torna-se parte desse entendimento da formação histórica de Belém, reforça a busca pela compreensão de uma história que evoluiu tendo sua origem na colonização portuguesa, mas que seguiu seu próprio caminho.

A história concebida por Augusto Meira Filho é formada por homens ilustres que trouxeram civilidade e inovação à cidade, transformando a paisagem. Ela busca conscientizar seu leitor sobre a importância de atentar para essa tradição da história de Belém em abrigar e produzir intelectuais capazes de fazer o espaço urbano progredir.

Em *Landi, esse desconhecido (o naturalista)*<sup>48</sup>, Augusto Meira Filho utilizou como fonte principal de sua discussão o Inventário da Natureza produzido pelo arquiteto italiano. Para ele, a sociedade paraense e a comunidade científica deveriam reconhecer a importância do trabalho de História Natural realizado pelo arquiteto bolonhês. Dessa forma, Augusto Meira Filho buscou reforçar a ideia da existência de uma tradição amazônica de intelectuais capazes de desenvolver atividades em diferentes campos da ciência.

O Inventário da Natureza de Antonio Landi assume, então, a condição de certificado do trabalho como Naturalista, demonstrando que, na Amazônia, existiu, ainda no século XVIII, uma preocupação científica em catalogar as espécies naturais. Segundo Augusto Meira Filho, além de arquiteto, Antonio Landi também se debruçou sobre a investigação da natureza, o que o tornaria figura indispensável no projeto de valorização da Amazônia por meio de seu passado.

O prefácio escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis, que abre a obra *Landi, esse desconhecido*, contribuiu para a interpretação das ações portuguesas como empreendimentos civilizadores do Vale Amazônico. O Inventário do arquiteto italiano foi reconhecido como fruto de um “esforço de integração”, promovido por “uma política de valorização” da Amazônia. Para o referido autor, o Inventário da Natureza de Antonio Landi expressava a preocupação do arquiteto em desvendar os mistérios da floresta<sup>49</sup>.

As observações de Augusto Meira Filho, contidas na obra *Landi, esse desconhecido*, tinham por premissa divulgar o trabalho de História Natural do

<sup>48</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Landi, esse desconhecido* Op. cit., 1976.

<sup>49</sup> Ibid., p. 11-12.

arquiteto italiano. Todavia, discorreu sobre sua atividade como arquiteto régio e, de maneira secundária, pontuou a importância do Inventário das plantas e animais amazônicos. Não parece, portanto, ter sido seu objetivo discutir com profundidade a *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*, mas registrar como as espécies foram catalogadas e principalmente divulgar o álbum com desenhos atribuídos a Antonio Landi. Augusto Meira Filho reivindicou o reconhecimento do arquiteto italiano também como Naturalista, de modo a qualificá-lo como pioneiro da ciência na Amazônia, reconstituindo assim um passado glorioso que acompanhou as tendências europeias de inovação quanto à investigação da Natureza.

A divulgação por parte de Augusto Meira Filho, do trabalho de História Natural do arquiteto bolonhês, objetivava registrar que a Amazônia conheceu esse tipo de anotação científica muito antes que outras localidades do Brasil. Dessa forma, a aquisição dos manuscritos microfilmados assume a condição de ação patriótica, pois significaria atestar a existência do pensamento científico em território amazônico ainda no século XVIII. Segundo ele, “os desenhos de Antonio José Landi revelam ter sido ele o iniciador dessa pesquisa em termos amazônicos, antecipando-se a tudo quanto hoje se conhece atribuído a outros mestres do século XIX”.<sup>50</sup>

É importante considerar o que propõe a historiografia (aquela de caráter profissional) sobre as investigações sobre a Natureza, no século XVIII, aos moldes da nova ciência e sua relação com o Iluminismo em Portugal e também em suas possessões na América. Segundo Fernando Novais, as ciências naturais desenvolvidas em Portugal, durante a segunda metade do século XVIII, foram sendo fortemente influenciadas pelo Iluminismo Francês, o que teria, por consequência, gerado grande impacto na condução da política colonial na América portuguesa.<sup>51</sup>

Em *Aspectos da Ilustração no Brasil*, Maria Odila da Silva Dias<sup>52</sup> demonstra que as vertentes mais políticas do pensamento iluminista não tiveram tanto destaque quanto às correntes utilitaristas, na forma pela qual a metrópole portuguesa, inserida no ambiente religioso lusitano<sup>53</sup>, agia em relação às suas

<sup>50</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Landi, esse desconhecido*. Op. cit., 1976. p. 12.

<sup>51</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 224.

<sup>52</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, p. 105-170, 1968. p. 138.

<sup>53</sup> Pedro Calafate pontua que a Ilustração e a religião não são campos de excludentes, pois em Portugal estabeleceu-se um Iluminismo relacionado à ideia de providência divina ou da natureza.

possessões na América. Segundo a historiadora, as questões de ordem teórica assumiram um lugar secundário, enquanto isso uma ciência prática orientava as ações do Estado e daqueles que investigavam a natureza, aproximando definitivamente, por meio da circulação de informações e mercadorias, Portugal do discurso científico utilizado pelos impérios coloniais, inglês e francês<sup>54</sup>.

Essa corrente pragmática, que tomou corpo a partir de meados do século XVIII e criticava a ausência de um estudo mais sistemático e útil ao desenvolvimento da metrópole, sustenta, também, o argumento de Roger Chartier, o qual considera que o Iluminismo se caracterizou como um movimento que transpôs os limites do campo filosófico para se tornar um conjunto de transformações sociais<sup>55</sup>.

Geraldo Mártires Coelho reconhece a influência do Iluminismo no Vale Amazônico sob a forma de “monarquia esclarecida”, a qual presidia as “ações dos agentes sociais na gestão política do Estado português”, por meio dos exemplos do Marquês de Pombal, em Lisboa, e de Francisco Xavier Mendonça Furtado, no Grão-Pará. Dessa forma, os domínios portugueses no Vale Amazônico teriam conhecido o Iluminismo e todos os elementos fundadores do seu discurso. Os trabalhos de Antonio Landi seriam, portanto, símbolos do projeto civilizacional lusitano e expressariam o esforço pela invenção da Amazônia Pombalina<sup>56</sup>.

De outra forma, Benedito Nunes e Aldrin Figueiredo<sup>57</sup> argumentam que as atitudes da intelectualidade, durante a “época de Landi” no Vale Amazônico, não nos permitem estabelecer um diálogo com o Iluminismo, mas somente a partir do século

---

Sobre esse aspecto Jacques Roger denominou de “utilitarismo devoto”, compreendido por Kury na análise do abade Pluche. CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994; ROGER, Jacques. *Les Sciences de la vie dans la pensée française du XVIIIe. siècle*. Paris: Albin Michel, 1993; KURY, Lorelai. *Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio*. In: SOARES, Luís Carlos (Org.). *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff. 2001.

<sup>54</sup> Richard Grove considera que a circulação de informações entre essas nações européias evidenciam uma rede de dados com dimensões globais, constatando que no século XVIII já haveria uma “consciência planetária” nesse sentido. Ver GROVE, Richard. *Green imperialism: Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1995.

<sup>55</sup> CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 1990. p. 25.

<sup>56</sup> COELHO, Geraldo Mártires. Linguagem e utopia: figuras do discurso civilizacional pombalino na Amazônia. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia, 2003, Belém. *Anais eletrônicos*. Belém: 2003. Disponível em: <www.forumlandi.com.br/biblioteca/Arq/transmissao.pdf>. Acesso em: 16/05/2008.

<sup>57</sup> NUNES, Benedito; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Op. cit.*, p. 19-28.

XIX. De acordo com essa perspectiva, os trabalhos de Antonio Landi deveriam ser interpretados percebendo seu distanciamento geográfico que o separava da Europa.

Ainda sobre a influência do Iluminismo nas ações implementadas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, no contexto de um projeto civilizacional pombalino, podemos considerar o trabalho de Mauro Cezar Coelho e seu argumento de que o Iluminismo não foi determinante na elaboração dessas ações. Em seu estudo sobre a elaboração do Diretório dos Índios, reconhece que a pressão dos colonos, derivada da antiga demanda por mão-de-obra, originou essa legislação colonial. De acordo com essa perspectiva, questões próprias à dinâmica local, como o controle e distribuição de mão-de-obra, o Tratado de Madri e a delimitação das fronteiras também influenciaram diretamente o pensamento no Vale Amazônico, não apenas as necessidades da Metrópole<sup>58</sup>.

As considerações de Augusto Meira Filho se inserem, então, em uma discussão do século XX ao que estava acontecendo no cenário nacional, contamos com a historiografia sobre o caráter do Iluminismo luso-brasileiro sem, contudo, dar conta de questões estruturais, para a compreensão da questão, como demonstra a digressão exposta anteriormente. Essa “licença” do autor paraense, pode ser entendida por meio da análise de Maria de Nazaré Sarges, segundo a qual as obras e publicações de meados do século XX, além de procurarem valorizar o passado de Belém, selecionaram os fatos que a memória do povo paraense deveria guardar, consolidando uma história escrita e escolhida pelo governo, além de buscar amenizar as ações autoritárias de o governo militar, que punia seus contestadores<sup>59</sup>.

Outro importante autor que utiliza a figura de Antonio Landi para compor seu argumento foi Leandro Tocantins. Utilizando uma linguagem poética, ele descreveu as construções projetadas pelo arquiteto bolonhês na obra *Santa Maria de Belém do Grão Pará*<sup>60</sup>. O historiador e sociólogo, liricamente, lista, descreve e busca dar sentido histórico a uma série de palácios, igrejas, solares e sobrados da cidade de Belém.

<sup>58</sup> COELHO, Mauro Cezar. “Do sertão para o Mar”. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)”. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

<sup>59</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Op. cit.*, p. 333.

<sup>60</sup> TOCANTINS, Leandro. *Op. cit.*

As construções do arquiteto italiano ganham sentidos, símbolos e história nas palavras de Leandro Tocantins. O objetivo é claramente convencer o leitor do valor daquelas edificações. Por meio da evocação da história das ruas, para o que utiliza a tradição oral como fonte, o referido autor participa da construção dessa cidade patrimônio amazônico. Mas, não foi apenas com a cidade que ele se preocupou, sua pretensão foi mais ampla: a valorização da Amazônia<sup>61</sup>.

As reflexões de Leandro Tocantins contam com observações sobre a arquitetura das construções coloniais, levando o leitor a admirar os detalhes, sempre em tom poético.

Capela do Senhor dos Passos, com sua fachada branca, de linhas neo-clássicas e sutis motivos barrocos de ornamentação [...] o templo ainda exibe o piso de lajotas vermelhas que datam da construção, [...] a Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos é um encanto de se ver.<sup>62</sup>

A figura de Antonio Landi foi utilizada por Leandro Tocantins para reforçar a ideia de edifícios-monumento. A genialidade do arquiteto italiano parece estar consolidada, mesmo assim, a falta da assinatura de alguns projetos atribuídos a Antonio Landi ainda o inquieta:

As linhas de sua arquitetura, tanto no interior como no exterior, são espontâneas e graciosas, crescendo sua beleza com qualquer coisa de vivo, de especial – quase estou dizendo, com a maneira de Antonio José Landi. E quem nos diz que ela não obedece a desenho de Landi? Os papéis históricos silenciam a este respeito. Mas, e a intimidade de formas, de concepções na decoração, com o estilo do arquiteto italiano?<sup>63</sup>

A assinatura de Antonio Landi é reconhecida por Leandro Tocantins como elemento de valorização para o conjunto arquitetônico presente na Amazônia. Ele relaciona uma beleza do estilo na criação do arquiteto bolonhês, e dessa maneira a Amazônia contaria com algo singular. Em contexto de um pensamento lusotropicalista, discurso regionalista, que a narrativa de Leandro Tocantins também contribuiu para a construção de uma memória histórica da cidade de Belém a partir

<sup>61</sup> Leandro Tocantins foi assessor de Arthur Cezar Ferreira Reis (1908-1994) na Comissão de Valorização da Amazônia, diretor da Embrafilme e adido cultural em Lisboa. Também trabalhou como assessor do Conselho Federal de Cultura escrevendo inúmeros livros dedicados às questões da região norte.

<sup>62</sup> TOCANTINS, Leandro. *Op. cit.*, 1987. p. 267-8.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 268.



da arquitetura, do passado colonial e de um esforço oficial do resgate dessa memória, destacando sempre o espírito luso presente na formação da Amazônia.

A identidade de Belém, no contexto abordado aqui, foi construída a partir de feitos dos grandes heróis, dos homens geniais. Nesse contexto, verifica-se o interesse pela interpretação dos espaços coloniais, de modo a representar o presente a partir do passado, destacando as diferenças regionais e as semelhanças com a cultura européia. A produção em referência, ao se utilizar do trabalho de História Natural realizado por Antonio Landi, registra um passado no qual, atividades pioneiras, como o Inventário da Natureza do arquiteto italiano, reclamam o reconhecimento da existência de uma tradição científica, “ressuscita” um naturalista em meio a uma floresta primitiva e divulga uma memória oficial.

As obras de Augusto Meira Filho, Donato Mello Júnior e Leandro Tocantins utilizam os trabalhos de Antonio Landi com o intuito de apresentar elementos que valorizem a história da Amazônia. O esforço desses intelectuais não pode ser dimensionado sem considerar seus interesses e o contexto político no qual estavam envolvidos. Segundo Michael Baxandall, qualquer discurso é movido por uma intenção, pois ele é um produto da atividade humana: a “hipótese de fundo é que todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma qualidade intencional”<sup>64</sup>.

Assim, apesar da utilização do trabalho de História Natural realizado por Antonio Landi compor uma tentativa de compreensão do passado, ela está inserida em um discurso que buscou demonstrar que a cidade de Belém possuía um passado de tradição, inovador e erudito, o que sugeria um futuro com as mesmas características.

Não foram, no entanto, somente os intelectuais diretamente envolvidos com a construção de uma certa memória amazônica, os que trabalharam no sentido de estabelecer uma perspectiva que ressaltava o gênio-arquiteto, erudito, naturalista.

Isabel Mendonça, ao apresentar uma análise sobre a trajetória de Antonio Landi, apresenta informações sobre os anos em que o arquiteto esteve em Portugal

<sup>64</sup> BAXANDALL, Michael. O interesse visual intencional: o Retrato de Kahnweiler, de Picasso. In: *Padrões de intenção: a explicação histórica de quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 81.

e no Brasil. Segundo a referida autora, as razões que levaram o arquiteto italiano optar pela mudança foi o desejo por conhecer um novo continente e trabalhar a serviço de um monarca com fama de incentivador da arte. Em sua análise, abordou o processo no qual a administração colonial abandonou uma visão reticente em relação ao italiano e passou a encará-lo como figura importante para os propósitos de ocupação territorial do Vale Amazônico, não somente por seu trabalho na Comissão Demarcadora, mas por sua visão empreendedora na utilização dos produtos da natureza. Todavia, a referida autora reforça a figura de um observador da natureza desprezioso, interessado no exotismo da fauna e da flora encontrada no Grão-Pará<sup>65</sup>.

As suas observações revelam o amante da Natureza, maravilhado com o tamanho desmesurado de plantas e animais, com os cheiros, os paladares, as cores tão diferentes dos europeus. [...] Nas suas descrições deparamos constantemente com o homem curioso pela Natureza que o rodeia, que guarda em sua casa tábuas de árvores exóticas.<sup>66</sup>

O manuscrito contendo a descrição da natureza do Grão-Pará escrito por Antonio Landi também é citado por Isabel Mendonça, ao referir-se à atividade como desenhador de temas de História Natural. Reconhece nele pouco valor científico, porém percebe ali a expressão da sensibilidade do arquiteto bolonhês diante da natureza amazônica, manifesta em sua curiosidade pelas plantas e animais<sup>67</sup> da região. Isabel Mendonça, a partir dessa mesma visão de um arquiteto italiano curioso sobre a Natureza amazônica, apresenta em sua tese doutoral, uma análise sobre a relação de Antonio Landi com a Natureza, baseando-se em suas descrições das plantas e animais do Grão-Pará.

O argumento que reconhece Antonio Landi como um observador atento da Natureza Amazônica, é utilizado por Isabel Mendonça na construção da imagem de um arquiteto multifacetado, autor de obras marcadas por influências européias, pois seus trabalhos no Vale Amazônico são compreendidos a partir das orientações da Academia Clementina e das determinações da Coroa portuguesa. Isso se

<sup>65</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, “Dados biográficos – Portugal e Brasil (1750-1791)”, In: VÁRIOS. Amazônia Felsínea: Antônio José Landi, Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p. 19-53.

<sup>66</sup> Id., Op. cit. 2003. p. 311-312.

<sup>67</sup> Id., Op. cit. 1999. p. 55-56.

aplicava tanto aos seus trabalhos como construtor, quanto aos seus escritos sobre o mundo natural.

Essa última consideração fica clara quando se tem em conta a análise que Isabel Mendonça formula sobre as observações do italiano sobre a natureza. Sua análise debruça sobre o desenho e a técnica do construtor bolonhês, chamando atenção para a conformação das obras, tanto na concepção do estilo adotado quanto no financiamento das construções. Da mesma forma, o trabalho de História Natural, se constituir-se-ia em reflexo do projeto lusitano, permitindo conhecer um herói patrocinado pela administração metropolitana, que explica parte do que se reconhece como patrimônio histórico na Amazônia.

Na obra intitulada *Amazônia Felsínea/ Antonio José Landi – Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, encontramos reunidos uma série de artigos que se propõem a apresentar a figura de Antonio Landi como aquela que expressa a união entre o mundo português e o amazônico, resultante do projeto político ibérico de demarcação das fronteiras entre Espanha e Portugal. Tal publicação reconhece no “arquitecto Clementino” uma “figura emblemática”, na qual confluem diferentes tradições culturais e artísticas e que se interessou precocemente pela “questão amazônica”<sup>68</sup>.

Podemos compreender os artigos reunidos na obra acima referida no contexto das comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil, quando, mais uma vez, se pretendeu dar à figura de Antonio Landi as qualidades de um homem capaz de valorizar, por meio de seu trabalho científico e principalmente artístico, a Amazônia e conseqüentemente o Brasil, registrando inequivocamente a contribuição portuguesa para o desenvolvimento da nação brasileira. Como deixamos claro, essa obra comemorativa não inaugurou essa tentativa de redimensionar a figura de Antonio Landi, com o propósito de torná-lo um ícone da Amazônia luso-brasileira. Ela se distingue, todavia, ao apresentar documentos com o objetivo de fundamentar essa visão de grande artista europeu responsável por parte da transformação da Amazônia setecentista.

Apesar de considerar a vida e a obra de Antonio Landi na Amazônia uma

<sup>68</sup> VÁRIOS. *Amazônia Felsínea: António José Landi, Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p.13-17.

conjugação de experiências e tradições de espaços culturais diferenciados, os artigos reunidos em *Amazônia Felsínea* reconhecem a tradição artística bolonhesa e os projetos portugueses como elementos que irão dirigir as ações realizadas pelo arquiteto italiano. A dinâmica própria da sociedade residente no Vale Amazônico não é considerada relevante para a orientação da trajetória do construtor bolonhês.

Compondo a obra *Amazônia Felsínea*, o Inventário sobre a Natureza é fonte principal do artigo escrito por Luzia de Sousa, que desenvolve o argumento de que a descrição das plantas e animais do Vale Amazônico contribui para a consideração do arquiteto Antonio Landi como naturalista, destacando curiosidades em seu relato. O artigo em questão reitera o propósito de se registrar a existência precoce da pesquisa científica, promovida pelo Estado português na Amazônia<sup>69</sup>.

Por outro lado, Nelson Papavero questiona a atribuição de genialidade ou, simplesmente a caracterização do trabalho de Antonio Landi como vanguardista, quando trata de sua inserção pela História Natural. Para o referido autor, os sistemas de classificação e descrição utilizados na Europa, na segunda metade do século XVIII, não foram observados no Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará, escrito pelo arquiteto bolonhês. Além disso, o Inventário do arquiteto italiano apresentaria aspectos do pensamento renascentista, demonstrando um descompasso entre suas descrições e as propostas pela Nova Ciência. Nelson Papavero apresenta o contexto iluminista relacionando-o ao trabalho de História Natural realizado por Antonio Landi, e, diante do que viu classifica-o de superficial, por considerar sistemas de classificação coevos. É apresentada uma transcrição do Inventário escrito por Antonio Landi, contendo notas com o objetivo de esclarecer as intenções do trabalho realizado pelo italiano além de determinar os nomes das espécies<sup>70</sup>.

As análises que utilizam o Inventário de Antonio Landi, tanto a de Nelson Papavero quanto a de Isabel Mendonça, têm lido a *Descrição das plantas e animais*

<sup>69</sup> SOUZA, Luzia de. Contribuição para o conhecimento do arquitecto Landi como naturalista. In: *Amazônia felsínea. António José Landi*. Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1999. p. 259-72.

<sup>70</sup> Sobre os aspectos reconhecidos no inventário de Antonio Landi, ver: PAPAVERO, Nelson et al. A História Natural no Tempo de Landi. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia. 2003, Belém: Anais eletrônicos, 2003. Disponível em: <[www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/texto2.zip](http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/texto2.zip)>. Acesso em: 28/01/2010. Sobre a transcrição do Inventário, ver: PAPAVERO, Nelson et al. *Op. cit.*, 2002.

da capitania do Grão Pará com a preocupação de relacioná-las às determinações metropolitanas ou às orientações da História Natural vigente na Europa.

Esse mesmo aspecto tem influenciado as pesquisas que se debruçam, especificamente, sobre os trabalhos arquitetônicos de Antonio Landi, resultando em uma discussão urbanística. Nesse sentido, elegem o traço de Antonio Landi como manifestação do projeto civilizatório pombalino, de organização da colônia portuguesa, responsável pela alteração da paisagem da cidade amazônica. Seu trabalho como desenhador e observador da natureza aparece como mais uma habilidade do arquiteto genial.

A valorização do passado, especialmente a construção de uma história positiva da cidade de Belém, se fez por meio de um discurso “oficial” que considera Antonio Landi como o grande responsável por realizar as obras pensadas pela Coroa portuguesa. Suas atividades são colocadas a serviço da valorização do passado luso-amazônico. Essa fabricação do arquiteto-herói, responsável por guiar a cidade em direção ao progresso, reconhece suas ações como reflexo dos projetos metropolitanos. Essa visão deixou de lado a grande experiência que o arquiteto teve na Amazônia, onde passou a maior parte de sua vida, ou seja, não reconhece Antonio Landi como colono, morador de Barcelos ou de Belém, onde se casou, teve filhos e principalmente realizou atividades comerciais. Suas aspirações como sujeito político e seu envolvimento na dinâmica local poderiam revelar o sentido de seu trabalho de História Natural e sua relação com a Natureza amazônica.

A literatura acadêmica que considera o Inventário sobre a Natureza de Antonio Landi o interpreta como um desdobramento das ações metropolitanas, trabalho que evidencia a importância da presença portuguesa no desenvolvimento da Amazônia. Também lê a *Descrição* do italiano com a preocupação de estabelecer semelhanças e diferenças com os sistemas de classificação utilizados no mesmo período no Velho Mundo. Um grupo maior exalta sua figura com o propósito de reafirmar uma tradição de incentivo por parte do Estado Português ao trabalho com as Ciências Naturais; também procuram constatar um passado em que a arquitetura foi fundamental para a reorganização do espaço urbano possibilitando o progresso da cidade, além de demonstrar como um desses técnicos da construção expressou sua genialidade por meio do trabalho com outros campos da ciência, nesse caso a História Natural.

*A Descrição das plantas e dos animais da capitania do Grão-Pará* não é a evidência de uma preocupação lusitana diante das questões amazônicas, nem somente um simples reflexo das aspirações administrativas do governo português, como também não é um desdobramento do projeto de ocupação do território amazônico, tampouco se resume na tentativa de se aproximar do pensamento científico europeu. O Inventário expressa o discurso de Antonio Landi como morador da colônia envolvido na dinâmica local.

Dessa forma, suas experiências e seus interesses no Vale Amazônico Amazônia, foram fundamentais para a construção da visão de Natureza expressa no seu trabalho de História Natural, revelando suas pretensões e a dinâmica da sociedade local. A genialidade a ele atribuída não se sustenta quando reconhecemos que realizar atividades em diversos campos do conhecimento foi atitude comum ao longo do século XVIII. Segundo Nelson Sanjad, os homens que participaram desse período de conformação das fronteiras do ultramar (1750-1820) possuíam uma característica comum: a qualidade de polígrafos. Transitavam por diferentes áreas do conhecimento, “foram ao mesmo tempo naturalistas, exploradores, artistas e muitas vezes comerciantes e proprietários de terras.”<sup>71</sup>.

Antonio Landi, assim como outros seus contemporâneos, procurou representar o território de muitas maneiras, por meio da cartografia, das medições, desenhando e escrevendo, como era comum aos participantes de expedição. Ele também pretendia que seus trabalhos circulassem no meio burocrático colonial e ganhassem visibilidade, possibilitando sua ascensão social, por isso sua atuação profissional não se restringiu a arquitetura, seus interesses ultrapassavam os objetivos explícitos da missão que fazia parte.

O argumento que nos propomos apresentar, procura ler a *Descrição das plantas e dos animais da capitania do Grão Pará* reconhecendo ser um texto produzido no Vale Amazônico, portanto, expressando as questões referentes às demandas locais, especialmente de interesse de seu autor. Propomos perceber Antonio Landi por meio de sua inserção na sociedade colonial do vale: um conhecido da administração colonial e dos colonos. Ressaltamos, antes de

<sup>71</sup> SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda Moutinho. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. In: Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2005. Porto: Universidade do Porto. p.431-437. 2007. p.437.

prosseguir, que de forma alguma pretendemos desconsiderar o conhecimento produzido ao longo do tempo sobre o manuscrito de História Natural do arquiteto bolonhês, ao contrário, a partir dele poderemos construir nossas observações.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### DESCRIÇÕES DA NATUREZA NA COLÔNIA: LANDI DESENHADOR, SENHOR DE ENGENHO E NATURALISTA

Além das grandes riquezas, e mui ricos minerais de ouro, prata, diamantes, e mais pedras preciosas, e variedade de metais, de que o grande Amazonas se abona pelo mais rico rio do mundo de que já demos alguma notícia, [...] abunda tanto em gêneros e especiarias não só estimáveis, mas em todo o mundo preciosos, que bastariam ao canonizar pelo mais rico rio, dos que aponta por grandes a geografia, e ricos as histórias; já houve quem, além dos menos principais, lhe contou trinta e tantos gêneros preciosos, e comerciáveis a todo o mundo, como são âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaos, café e muitos outros; e como estas são as principais riquezas do seu grande tesouro, não só por estáveis, mas comum a todos os seus habitantes, delas daremos agora notícia neste Tratado para que os leitores vejam que são realidades da verdade, e não hipóteses de historiador.

---

Padre João Daniel

O relato do Padre João Daniel expressa uma representação do Vale Amazônico como espaço de “grandes riquezas”<sup>1</sup>, visão comum desde as primeiras incursões européias na América. Essa visão descreve uma Natureza prodigiosa, cheia de possibilidades para a exploração econômica do domínio português<sup>2</sup>.

Membro da Companhia de Jesus, o Padre João Daniel trabalhou como missionário no Estado do Grão-Pará e Maranhão, durante os anos de 1741 e 1757. A partir dessa experiência, produziu uma descrição pormenorizada do Vale Amazônico. Por meio de sua obra, *O Tesouro Descoberto do Rio Amazonas*<sup>3</sup>, podemos perceber sua crítica à política colonial implementada pelo Marques de Pombal, formulada, segundo Kelerson Semenere Costa, sob influência da condição

<sup>1</sup> DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas 1722-1776* [Publicada, pela primeira vez, em 1976] - Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v.1. p. 523.

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto ver: GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p.10.

<sup>3</sup> DANIEL, João. *Op. cit.*, 2 v.



religiosa de João Daniel<sup>4</sup>.

A obra de João Daniel procurou apresentar a fauna e a flora que circundava o rio Amazonas e seus afluentes. Propunha à administração colonial, métodos alternativos de exploração dos recursos naturais que não alterassem o controle das missões religiosas sobre a mão-de-obra indígena. Suas ideias expressaram a preocupação do controle sobre a exploração da Natureza no Vale Amazônico, questão importante ao nosso argumento.

O rio Amazonas foi reconhecido por João Daniel como o maior de todos os rios. Essa visão grandiosa também esteve presente no relato, quando se referia ao Vale Amazônico, acrescido das qualidades de elementos como a chuva e o clima saudável. As margens e ilhas ao longo do grandioso rio foram consideradas muito férteis, prontas ao cultivo. João Daniel afiançava haver grande abundância de minas, capazes de prover viagens e o desenvolvimento das povoações<sup>5</sup>.

As crônicas de João Daniel pretenderam demonstrar as possibilidades que a Natureza colonial guardava, ainda por serem exploradas. A imensidão do Vale, por ele apresentada, procurava convencer à administração colonial que havia muitos espaços vazios que poderiam receber súditos confiáveis para desenvolver atividades rentáveis para os cofres da Coroa portuguesa, sem precisar alterar o trabalho das missões religiosas.

Diante daquela imensa e prodigiosa Natureza inexplorada, expressa no relato de João Daniel, sentia-se a ausência de homens que transformassem os recursos da floresta e dos rios em dividendos à Coroa portuguesa. O argumento de João Daniel foi tomado pela administração colonial como afronta e desrespeito à condução da política do reino<sup>6</sup>. Não obstante, mediante a escassez de recursos na Metrópole, a administração colonial já propunha intervenção no Vale Amazônico, um modelo de ocupação do território, por meio do qual a exploração da Natureza se transformasse em riqueza para a Coroa. A participação de súditos fiéis, moradores

---

<sup>4</sup> DANIEL, João. *Op. cit.* Sobre a obra de João Daniel ver: LEITE, Serafim. João Daniel, autor do “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 41, v.63, p. 79-87, 1942; COSTA, Kelerson Semenero. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 95-112, dez. 2007. p. 97.

<sup>5</sup> DANIEL, João. *Op.cit.*, p.77, 107 e 409.

<sup>6</sup> LEITE, Serafim. *Op. cit.*

da colônia, seria essencial para o sucesso desse empreendimento.

Neste capítulo, temos como propósito demonstrar que, nesse período, a participação desses súditos fiéis, como Antonio Landi, apesar de remetida aos projetos de fomento à exploração do território, obedeceu às dinâmicas locais e aos interesses dos próprios agentes históricos. A historiografia que aborda as ações desses moradores da colônia, frequentemente relaciona seus trabalhos às orientações da política metropolitana e a influência do saber oriundo das universidades européias, minimizando as injunções decorrentes de sua condição de colono. Nosso objetivo é o de evidenciar que a experiência de Antonio Landi na colônia e seus objetivos em relação à hierarquia social do mundo lusitano foram determinantes para a elaboração de seu Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará. O contexto que encontrou e viveu no Vale amazônico deu significado à sua trajetória, por isso iremos apresentá-lo.

Nesse sentido, o ponto que pretendemos defender, em todo o trabalho, consiste no argumento de que o Inventário da fauna e flora do Grão-Pará realizado por Antonio Landi não refletiu, somente, a política da Coroa portuguesa para o Vale Amazônico ou as discussões sobre a História Natural desenvolvidas na Europa. O Inventário representou uma forma de divulgar os conhecimentos e habilidades do autor aos administradores coloniais no intuito de promover a ampliação de sua inserção na hierarquia colonial. Neste capítulo, é nossa intenção deixar claro que o arquiteto italiano participou diretamente da vida colonial, de modo que a elaboração de seu Inventário se deu a partir de seu envolvimento com a dinâmica local e suas necessidades próprias de morador da colônia.

Ao longo do século XVIII, alguns acontecimentos alteraram a política da Coroa portuguesa em relação aos seus domínios na América. Assegurá-los era fundamental para suprir a escassez de recursos na Metrópole. Um tratado definindo os limites territoriais da colônia portuguesa pareceu essencial, após sua assinatura a contratação de homens capazes de realizar essa tarefa foi executada. Esse é o ponto de partida da história que pretendemos apresentar.

## 2.1 APROXIMANDO-SE DA NATUREZA COLONIAL: O TRATADO DE MADRI E A DEMARCAÇÃO DE LIMITES

A falta que temos de sujeitos que se hajão aplicado fundamentalmente aos ditos estudos obriga a manda-los procurar em outros paizes; e como nos não convem espanhóis, franceses, e olandezes, nem tão pouco ingleses, salvo se forem católicos, deve fazer-se diligencia por achar estes sujeitos de outras nações, e principalmente da italiana [...] Como a Universidade de Bolonha he a parte da Italia em que mais tem florescido os estudos mathematicos, com a ocazião de passar Vossa Paternidade aaquela cidade; quer Sua Magestade que informando-se cuidadosamente com os professores de mathematica, e com outros homens inteligentes procure ajustar para o fim sobredito os melhores sujeitos que puder descobrir.

Marco Antonio de Azevedo Coutinho

As instruções<sup>7</sup> dadas pelo secretário de Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho, ao padre João Álvares de Gusmão, dizem respeito à contratação de técnicos estrangeiros para as demarcações nos domínios coloniais portugueses na América. Suas orientações expressam o momento em que o Estado português se preocupava em desenvolver o projeto de ocupação dessas possessões, implementando ações importantes, como a assinatura de tratados e a formação da Comissão Demarcadora de Limites.

Ao longo do período de construção do império ultramarino português no século XVIII, os tratados assinados entre os reinos da Espanha e de Portugal demonstravam uma constante e crescente preocupação em garantir o domínio e a demarcação dos territórios na América. Foi nesse contexto que Antonio Landi recebeu o chamado para participar da Comissão Demarcadora de Limites. Todavia, segundo Jaime Cortesão, as ações de ocupação territorial, do que hoje conhecemos como Amazônia Brasileira, iniciaram-se no século XVI, facilitadas pela sua posição e espaço, e foram consolidadas no século XVIII. Ampliando e exemplificando essa ideia, ele diz:

<sup>7</sup> Marco Antonio de Azevedo Coutinho [Consulta a D. João V, em 11/04/1750] - AHU, 31, 2968.

Um dos mais extraordinários conjuntos hidrográficos do planeta, moldado sobre o relevo do continente e abrangendo a mais vasta unidade vegetal das Américas, envolve a área da floresta tropical num imenso arco e sistema de circulação fluvial. [...] Essa coordenação lógica, de tão grande importância na formação geográfica e orgânica do Brasil, avulta logicamente, quando sobrepomos ao mapa orográfico geral da América do Sul e o das suas grandes formações vegetais.<sup>8</sup>

Essa leitura da geografia do Vale Amazônico como espaço fundamental para entendermos a construção territorial da colônia portuguesa na América, baseou em larga medida os argumentos de Jaime Cortesão. Para ele, além de os espanhóis estarem com seus esforços voltados para a mineração na região de Potosi, a cordilheira andina representou uma fronteira natural determinante para traçar os limites nos mapas portugueses e espanhóis, e um obstáculo para a penetração espanhola na Amazônia. Como vemos, são múltiplos os fatores que influenciaram as decisões políticas dos Impérios Ultramarinos, inclusive fatores ambientais, como o relevo e a hidrografia existentes do lado do território português, que ora facilitavam, ora dificultavam o desenvolvimento do projeto de ocupação dessas monarquias<sup>9</sup>.

As bacias platina e amazônica, ainda nessa análise da ocupação territorial da América, parecem ter sido utilizadas pelos portugueses para se locomoverem, promovendo uma integração dos sujeitos ao espaço, servindo aos interesses do Estado português. De acordo com Jaime Cortesão, mesmo antes dos primeiros europeus chegarem às terras brasileiras, os índios já percorriam esse “sistema hidrográfico platino-amazônico”, conhecendo esse imenso território. Além deles, são citados como sujeitos que utilizaram esse sistema hidrográfico os mamelucos, portugueses, bandeirantes e sertanistas.

Sobre esse espaço continental, situado nos trópicos úmidos e rodeado insularmente pelo sistema hidrográfico platino-amazônico, de traços muito vigorosos, destacavam-se, envolvendo-o num arco de círculo irregular, certas zonas de relevo áspero, declive abrupto ou profunda depressão, que opunham forte obstáculo à expansão humana e que chamaremos faixas ou centros formadores de fronteira.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Portugal, 1966. v.1, p. 19.

<sup>9</sup> Sobre esta interpretação da ocupação territorial da América pelos portugueses diante da perspectiva levando em consideração os aspectos ambientais ver: GADELHA, Regina Maria D’Aquino Fonseca. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial*. Séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 135-149.

<sup>10</sup> CORTESÃO, Jaime. Op, cit., 1966. p. 21.

Além dessa unidade geográfica, certa unidade cultural da ocupação humana é apontada como outro fator que facilitou a dominação e expansão do território pelos portugueses. As características que nos permitem considerar os grupos humanos residentes na floresta tropical equatoriana, boliviana e venezuelana com alguma relação entre si foram estudadas pelo antropólogo francês Alfred Métraux.<sup>11</sup>

O Tratado de Tordesilhas assinado em 7 de junho de 1494 definiu a partilha das terras descobertas fora da Europa pelos reinos de Portugal e Espanha, particularmente as terras situadas no Atlântico. O século XVIII trouxe maior necessidade de expansão econômica e de enriquecimento por parte das Coroas espanhola e portuguesa, fazendo com que esse acordo não mais contemplasse as várias querelas territoriais entre as duas coroas ibéricas, por exemplo, a disputa envolvendo os Sete Povos das Missões e a colônia de Sacramento na região sul do Brasil<sup>12</sup>. Para Jaime Cortesão, as fronteiras constituídas por esse Tratado não ofereciam qualquer estabilidade para o estabelecimento real do Estado<sup>13</sup>.

Desde o Tratado de Tordesilhas, os limites entre as possessões das Coroas portuguesa e espanhola não eram delimitados por meio de um acordo mais claro. Os limites naturais, como os montes e o contorno dos rios, passaram a ser adotados, além do princípio *uti possidetis* proposto por Alexandre Gusmão, garantindo a terra como pertencente a quem de fato a ocupasse<sup>14</sup>. Mesmo ocupando a Colônia de Sacramento, para Portugal era mais interessante o ouro de Goiás e Mato Grosso, além da conservação de toda a bacia amazônica<sup>15</sup>.

Com o fim da união ibérica, em 1640, reacenderam-se os conflitos territoriais envolvendo Portugal e Espanha, influenciando diretamente o clima de fragilidade política em torno dos limites das possessões dessas monarquias na

<sup>11</sup> MÉTRAUX, Alfred. "Migrations Historiques des Tupi-Guarani", *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, 19. p. 1-45, 1927.

<sup>12</sup> Ver GARCIA, Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 29 – 41.

<sup>13</sup> CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956, v. 1.

<sup>14</sup> Sobre esse aspecto ver: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. 2 v.

<sup>15</sup> HOLANDA. Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v.1. p. 21.

América. As expedições promovidas pela Coroa portuguesa, com a finalidade de conquistar e colonizar as terras de Espanha, tornaram-se cada vez mais frequentes. Já durante a segunda metade do século XVII, o território português ia sendo ampliado rumo ao Mato Grosso e às bacias do Paraná e do Paraguai<sup>16</sup>.

Com a consolidação do domínio lusitano sobre essas áreas determinadas pelo Tratado de Tordesilhas como espanholas, foi necessário fortalecer a posição metropolitana em relação às colônias. Assim, no reinado de Dom José I, houve uma clara preocupação de racionalizar a administração colonial, potencializando a exploração dos recursos naturais.

Nesse cenário, foi celebrado o Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750, com o objetivo principal de definir os limites das possessões ibéricas na América, diante das disputas diplomáticas entre Portugal e Espanha. Vale apresentar a consideração de Dauril Alden, de que o acordo resultou da compreensão metropolitana de que o sucesso de seus domínios estava relacionado à exploração dos recursos naturais do Vale Amazônico<sup>17</sup>. O Brasil e o Maranhão se apresentavam, nesse contexto, como possibilidades para um retorno ao período de riqueza e grandiosidade de Portugal<sup>18</sup>.

A administração do Marquês de Pombal passou a olhar com maior interesse para as colônias do Reino, percebendo que nelas estava o caminho para a prosperidade econômica de Portugal<sup>19</sup>, pois a Metrópole sofria com a escassez de recursos. A administração colonial passou a ter uma agenda que contava com o povoamento do território, o aproveitamento dos recursos da natureza e a preocupação com os limites que deveriam ser melhor mapeados por meio de um esforço que contava com a contratação de homens de ciências, técnicos escolhidos pelos respectivos monarcas, com um claro objetivo de demarcar os limites entre as colônias portuguesa e espanhola<sup>20</sup>. É importante, nesse momento, observar alguns

<sup>16</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965. v. 1. p. 418.

<sup>17</sup> ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968. p. 87.

<sup>18</sup> MAXWELL, Kennet. *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 38.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>20</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. cit.*, 1993. p. 170-80. v. 2. É importante destacar que a administração colonial experimentando contradições internas próprias de um grupo político

pontos desse projeto de ocupação, a fim de apresentar o contexto em que o Inventário sobre a Natureza foi elaborado por Antonio Landi.

O Tratado de Madri invalidou, por meio de seu primeiro artigo, todos os tratados e convenções anteriores, anulando os Tratados de Tordesilhas, de Saragoça<sup>21</sup> e de Utrecht<sup>22</sup>, suspendendo conseqüentemente os direitos a territórios que esses acordos garantiram. O artigo segundo viabilizou a devolução das ilhas Filipinas por parte do rei espanhol, enquanto o monarca português admitiria devolver várias áreas da América do Sul, dentre elas a Colônia de Sacramento, cedida pelo monarca português à Espanha, segundo o artigo décimo terceiro<sup>23</sup>.

Em 1751, foram assinadas as Instruções para a demarcação do Tratado de Madri, sendo constituídas duas Comissões de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais do país (entre Castilhos Grandes - hoje território uruguaio -, no Oceano Atlântico, e a boca do rio Jauru, no rio Paraguai) e outra para demarcar as fronteiras setentrionais, a partir do rio Jauru<sup>24</sup>.

Nesse momento em que a Metrópole lusa sofria com a escassez de recursos, povoar e transformar o Vale Amazônico em uma região economicamente ativa se tornavam ações indispensáveis. O Tratado de Madri marcou esse momento em que a administração colonial passou a ter mais interesse em explorar as colônias americanas do Norte<sup>25</sup>, nesse contexto a Natureza da região se apresentou como instrumento para realização desse projeto, contando com a participação de alguns

---

heterogêneo. Sobre esse aspecto no reinado de D. José I ver: FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993. p. 213-231.

<sup>21</sup> A convenção de Saragoça foi assinada em 1529 por D. João II de Portugal e Carlos V da Espanha. Segundo ela, em uma zona de terra e água que ia de pólo a pólo, somente os portugueses poderiam entrar. Para concordar, Carlos V recebeu 350.000 ducados-ouro, pagos em prestações. Isso fez com que, em 1680, os portugueses fundassem a Colônia do Sacramento em uma área na embocadura do Rio da Prata (região de comércio de metais preciosos pertencente à Espanha). A Colônia do Sacramento foi palco de muitos conflitos entre os dois reinos. Ver: GOLIN, Tao. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: EDIUFGRS, 1998. p. 548-549.

<sup>22</sup> Em 1715 foi assinado em Utrecht o Tratado de Paz e Amizade entre o Rei da Espanha, D. Felipe V, e o Rei de Portugal, D. João V, que, em 26 artigos, pretendia estabelecer a paz entre os dois reinos. O artigo 6º restituía a Portugal a Colônia do Sacramento. (Tratado de Paz e Amizade. Utrecht, 6 de Fevereiro de 1715. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Século XVIII, Século Pombalino no Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989. p.103.

<sup>23</sup> Extracto do Tratado de Limites da América do Sul. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*; volume L. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p.263.

<sup>24</sup> Marco Antonio de Azevedo Coutinho [Carta a Manuel Telles da Silva, em 19/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1. fl 1v.

<sup>25</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, 1965. p. 251.

de seus moradores.

O conhecimento do território foi parte do projeto de conquista implementado pela Coroa Portuguesa que, em relação ao Vale Amazônico, baseou-se, em larga medida, na defesa da região diante das investidas inglesas, holandesas e francesas<sup>26</sup>. A população indígena muito contribuiu para a manutenção dos limites do Vale<sup>27</sup>, além de servir como mão-de-obra capaz de garantir as atividades econômicas.

O conhecimento sobre a Natureza foi fundamental nesse contexto de ocupação territorial, pois as atividades econômicas que ofereciam sustentação à execução da política pombalina tinham como suas fontes de recursos as espécies naturais. A extração de madeira e das *drogas do sertão*, além da caça e da pesca, movimentou os agentes da Coroa que dependiam do conhecimento e do trabalho dos índios para realizá-las<sup>28</sup>.

A atividade agrícola também foi importante para o projeto de ocupação do território, pois o cultivo da cana-de-açúcar e do Cacau, além de ter atraído o interesse lusitano para a região, também contribuiu para fixar os moradores na região, mobilizando parte deles em torno da comercialização dos produtos da natureza. Apesar de a administração lusitana ter desenvolvido atividades relacionadas à cultura canavieira, da qual Antonio Landi também participou, Ernesto Cruz afirma que essa prática fora introduzida ainda pelos franceses e holandeses<sup>29</sup>, logo, a preocupação com a fronteira norte se deu em resposta a um problema de controle dos recursos da colônia.

A organização da sociedade colonial no Vale Amazônico, no contexto das demarcações, deu-se em torno da comercialização dos produtos da natureza, em sua forma extrativista e, também, contando com uma produção agrícola

<sup>26</sup> UGARTE, Auxiliomar Silva. Filhos de São Francisco no país das Amazonas: catequese e colonização na Amazônia do século XVII. *Amazônia em Cadernos – Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, Manaus, n. 6, p. 200-227, jan/dez 2000.

<sup>27</sup> Sobre a utilização dos índios na manutenção do território colonial português ver: FARAGE, Nadia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

<sup>28</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 69.

<sup>29</sup> CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; INPA, 1958. p. 12-13.



considerável, especialmente o cacau, argumento defendido por Dauril Alden<sup>30</sup>.

Nesse mesmo sentido, José Ubiratan Rosário, recusando a concepção de uma economia colonial amazônica reduzida ao extrativismo, afirmou que o cultivo próspero do cacau na região teria sido responsável por orientar algumas das políticas pombalinas de reforço das fronteiras e da construção do Diretório dos Índios, objetivando garantir mão-de-obra e defesa das plantações<sup>31</sup>.

Dessa forma, a Natureza e sua exploração se tornaram, ao longo desse período, o objetivo final dos interesses de muitos, como moradores, funcionários do Rei e da cobiça estrangeira. A disputa pelo acesso, administração e comercialização de seus produtos gerou transformações na política metropolitana, ou seja, a dinâmica local diante da natureza não se constituiu somente como um reflexo dos desejos da Coroa, ao contrário, influenciou e modificou as ações da metrópole em relação ao Vale Amazônico.

Diante da necessidade de explorar os recursos da natureza, em meados do século XVIII, a Metrópole começou a questionar e enfraquecer o domínio das ordens religiosas no Vale Amazônico. Os grupos eclesiais, muito bem organizados, constituíam uma força econômica na região, porém a Coroa não participava desse enriquecimento, assim como os moradores e outros agentes econômicos que também eram onerados.<sup>32</sup>

A percepção da necessidade de desenvolver o Vale Amazônico, como forma de garantir o futuro de Portugal como nação, é considerada por Dauril Alden como um dos fatores que levaram à concepção do Tratado de Madri<sup>33</sup>. Além de o Tratado reorientar a atenção metropolitana para os recursos das colônias do Norte, também baseou o conceito de Limite, ou seja, a ocupação passou a significar posse,

<sup>30</sup> ALDEN, Dauril. *O Significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA; NAEA, 1974. p. 24-39.

<sup>31</sup> ROSÁRIO, José Ubiratan da Silva. *Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1986. p. 52-56.

<sup>32</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1500/1820): curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 327-330.

<sup>33</sup> ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil. With a Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968. p. 87.

necessitando de mão-de-obra indígena<sup>34</sup> e súditos ativos e confiáveis para promover e executar as atividades econômicas.

Em face diminuição das rendas e a perda de colônias asiáticas, Portugal necessitava participar dos dividendos da extração das *drogas do sertão*<sup>35</sup>, passando a incentivar moradores na coordenação e condução das atividades de coleta dos gêneros da floresta.

Diante das preocupações de garantir os limites territoriais, legitimá-los e, na mesma importância, tornar a região economicamente interessante para a Metrópole, os sujeitos envolvidos nesse projeto, administradores e colonos, construíram uma nova agenda para a colônia do Norte, destacando o interesse em relação à exploração dos recursos da Natureza numa perspectiva do comércio internacional.

Antonio Landi, participante da Comissão Demarcadora de Limites e, posteriormente, senhor de engenho, encontrou e participou do contexto em que a colônia é vista pela Metrópole como um espaço de intervenção, no intuito de consolidar as fronteiras e garantir renda aos cofres metropolitanos.

Assim, a Natureza, ao longo do século XVIII, apresentou-se como elemento fundamental na execução do projeto de ocupação, ganhando maior visibilidade e importância na discussão econômica e científica sobre a região, chamando a atenção dos agentes da Coroa. O conhecimento e domínio sobre os gêneros da floresta passaram pela contribuição de súditos confiáveis e empreendedores, que demonstraram suas habilidades propondo ações à administração colonial.

Essas sugestões poderiam ser divulgadas por meio de Inventários dos produtos da Natureza, possibilitando ao autor ser reconhecido como um súdito capaz de contribuir para o projeto de ocupação e exploração econômica do Vale Amazônico. Daí a importância da realização de um trabalho de História Natural escrito por Antonio Landi no Grão-Pará. Sua pretensão de ampliar suas relações sociais no mundo lusitano foi alcançada em grande medida pela demonstração de

<sup>34</sup> DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2000. p. 169.

<sup>35</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. Op. cit., p. 327.

sua percepção das potencialidades dos recursos disponíveis na floresta, além de sua experiência na condição de colono e envolvimento na dinâmica da sociedade local, como veremos a seguir.

## 2.2 A TRAJETÓRIA DE ANTONIO LANDI NO VALE AMAZÔNICO

Antonio José, filho do ilustríssimo senhor Antônio Landi, doutor em Filosofia e Medicina e Leitor Público e da ilustríssima senhora Antonia Maria Teresa Gulielmini. Nascido na noite anterior, à hora oitava e meia, batizado na paróquia de São Leonardo. Padrinho o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Giovanni Marco Bigatti, doutor em Filosofia e Medicina e Leitor Público.

Registro Batismal de Antonio Landi (30/10/1713)

O “registro baptismal” em destaque é o documento utilizado por Giancarlo Roversi para iniciar a biografia bolonhesa e anotar as primeiras informações sobre Antonio José Landi. No artigo intitulado *Os anos bolonheses*, o referido autor inicia relatando a inexistência de biografias que deem conta da família, da casa e dos primeiros estudos do arquiteto bolonhês. Menciona uma breve notícia encontrada nos manuscritos guardados na Biblioteca *dell'Archiginnasio* de Bolonha, escritos por Giampetro Zanotti e Marcello Oretti, lamentando revelarem pouco sobre o início da atividade artística do artista italiano<sup>36</sup>.

Tendo como base a documentação do Arcivescovile de Bolonha, Giancarlo Roversi busca apresentar com exatidão os dados sobre a vida do arquiteto italiano. Demonstra que, nascido em 30 de Outubro de 1713, Antonio Giuseppe Landi tinha como pais Carlo Antonio Landi e Teresa di Bartolomeo Guglielmini, e como padrinho Giovanni Marco Bigatti e a companhia de mais sete irmãos. Seu pai era doutor em filosofia e medicina, professor universitário e médico, assim como seu padrinho. Seu avô gozava de reconhecimento como professor universitário de matérias jurídicas, sendo, em 30 de Dezembro de 1675, agregado ao Colégio de Direito Civil<sup>37</sup>.

O artigo de Giancarlo Roversi prepara o leitor para uma história incrível e

<sup>36</sup> O texto abaixo é a versão original latina do excerto utilizado no corpo da dissertação. Nossa tradução.

Antonius Joseph, filius illustrissimi et excellentissimi Domini Antonij Landi, Philosophie e Medicinæ Doctoris ac Lectoris Publici, et illustrissimæ Dominae Antonia Mariæ Theresia Gulielmini eius uxoris; natus heri nocte hora VIII ½ sub S. Leonardi, batisatus ut supra. Compater illustrissimus et excellentissimus Dominus Iohannes Marcus Bigatti, Philosophiæ et Medicinæ Doctor Collegialis ac Lector publicus. In: ROVERSI, Giancarlo. Dados biográficos – Os anos bolonheses: a casa e a família (1713-1750). In: VÁRIOS. Op. cit., 1999. p.19.

<sup>37</sup> Ibid., p.26.

fora do comum. Em *ritmo* de aventura, as informações são apresentadas com o objetivo de registrar a trajetória da família de Antonio Landi e, o que reconhecemos como principal argumento, explicar as primeiras influências eruditas que o cercaram e o transformariam em um importante arquiteto, com o acesso a conhecimentos teóricos da Academia.

Nesse segmento, é nosso propósito apresentar a trajetória de Antonio Landi até os dias em que escreveu a *Descrição das Plantas e Animais da capitania Grão Pará*, evidenciando sua inserção na sociedade colonial e seu envolvimento com a dinâmica econômica local, permitindo-nos vê-lo como morador estabelecido na colônia, conquistando, entre outras posições sociais, a condição de senhor de engenhos. Conforme já assinalamos, nossa intenção é demonstrar que o Inventário sobre a Natureza realizado por ele foi elaborado a partir de questões próprias dessa dinâmica colonial experimentada pelo desenhador.

Em 1728, juntamente com sua família, Antonio Landi se mudou para Via dei Vitali, próximo às duas famosas torres medievais, denominadas Asinelle e a Garisenda. Em dezembro de 1737, seu pai, Carl'Antonio Landi, faleceu. Antonio Landi permaneceu ali até 1746, quando retornou para sua primeira casa em 1748. Segundo Roversi<sup>38</sup>, a formação de seus parentes e as posses de sua família atestam que ele gozava de um ambiente familiar culto, boa condição econômica e uma formação privilegiada, realizando seus estudos na Academia Clementina de Bolonha e convivendo com os mestres dessa que era a mais importante instituição de ensino das Belas-Artes da cidade. Destacou-se por meio do recebimento de prêmios durante seus estudos, ganhando notoriedade e visibilidade entre os membros do clero.

Em 1737, passou a ser discípulo de Ferdinando Bibiena, importante arquiteto e cenógrafo, exercendo funções dentro da academia, provavelmente como seu assistente. O arquiteto italiano era apreciado nos meios acadêmicos, surgindo como professor adjunto já em 1742, resultado do seu bom trânsito nos meios influentes, característica essa presente em toda sua trajetória de vida.

Em 1747, quatro anos após a morte de Ferdinando Bibiena, Antonio Landi

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 35.

teve seu nome sugerido para o cargo de “acadêmico de número”<sup>39</sup> da Academia Clementina, pois sua capacidade como desenhador de arquitetura ficou conhecida pelo seu trabalho na nova igreja dos Agostinhos em Cesena, além de sua habilidade como gravador.

Depois de nomeado como acadêmico, passou a receber, junto com seus colegas, encomendas, públicas e particulares de Bolonha, interessantes para sua afirmação profissional. Foi chamado a participar de reuniões importantes, como a que planejou a reconstrução da cúpula da Basílica de São Pedro, em Roma e a escolha da presidência da Academia Clementina.

Em 1750, contando com suas capacidades e suas boas relações, Antonio Landi participou, ainda na Itália, como avaliador de trabalhos escolares, atribuindo prêmios aos vencedores. Tal atividade foi interrompida quando o rei de Portugal, D. João V, contratou-o para trabalhar em terras brasileiras. Logo o arquiteto se apresentou em Lisboa<sup>40</sup>.

Sob o contexto do Tratado de Madri, apresentado na primeira parte deste capítulo, o secretário de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho, em 19 de abril de 1750, recomendou ao padre carmelita calçado João Álvares de Gusmão, a contratação da equipe que realizaria a demarcação na América do Sul. Entre os membros contratados, o padre deveria procurar um desenhador capaz de riscar as cartas geográficas e “delinear perfeitamente vistas dos lugares mais notáveis, animais, plantas, índios, e outros objetos dignos de notisia”<sup>41</sup>. Azevedo Coutinho ainda instruíra que os técnicos estrangeiros contratados para as demarcações fossem de preferência de Bolonha, Roma, Pádua e Milão, onde os estudos matemáticos floresciam<sup>42</sup>.

Importante instrução dada era a preferência por católicos, especialmente por técnicos ligados a ordens religiosas como a Companhia de Jesus, ou mesmo

<sup>39</sup> O título de “Acadêmico de Número” era concedido pelas academias aos professores que se destacavam em suas respectivas áreas de conhecimento, sendo limitado a um número determinado (no caso de Bolonha a 30 membros). Possuía a definição de título honorífico e vitalício, daí Antonio Landi tê-lo mantido até seu falecimento. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Acadêmico de número. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wesleycx@yahoo.com.br> em 04 set. 2009.

<sup>40</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 23.

<sup>41</sup> Marco Antonio de Azevedo Coutinho [Carta ao padre João Alvarez de Gusmão, em 19/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1. Doc. 8/1. fl 1v.

<sup>42</sup> Id. [Carta ao padre João Alvarez de Gusmão, em 11/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1, fl 2

membros das ordens com o objetivo de participar da evangelização da colônia. Apesar de italiano<sup>43</sup>, Antonio Landi enquadrava-se no perfil requisitado pelo Estado português: era afinado com a igreja católica, tinha bom relacionamento com o corpo eclesiástico, possuía habilidade e experiência no desenhar. A 20 de Junho de 1750, já estava contratado, pronto para se apresentar em Lisboa.

Em agosto daquele ano, os técnicos contratados, dentre eles Antonio Landi, já se encontravam em Lisboa, porém dois acontecimentos importantes atrasaram a partida para o Brasil: D. João V falecera em 30 de julho e o idealizador do Tratado de Madrid, Alexandre de Gusmão<sup>44</sup>, afastou-se do projeto. Agora, Sebastião José de Carvalho e Melo deveria executar o plano como secretário de Estado de D. José, escolhendo dois homens de confiança para chefiarem os trabalhos das demarcações de fronteiras dos dois Estados que formavam domínios portugueses na América<sup>45</sup>. Nomeou Gomes Freire de Andrade para dirigir as demarcações ao Sul, no Estado do Brasil, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado como chefe nas demarcações de fronteiras ao Norte, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde era governador desde 1751<sup>46</sup>.

O planejamento das demarcações contava com o enquadramento dos técnicos em duas divisões, destinadas ao Estado do Maranhão e ao Estado do Brasil. A divisão do Maranhão ou do Norte estava organizada em três corpos de acordo com as áreas de intervenção dos técnicos. O primeiro corpo, chefiado pelo sargento-mor José Gonçalves, que deveria traçar a linha do Japurá ao Suriname, contava com o astrônomo alemão Xaverio Haller, os oficiais João André Scwebel e

<sup>43</sup> Nas recomendações de Azevedo Coutinho, os italianos não deveriam ser contratados, exceto se não houvesse outra opção, pois a dependência em relação à Espanha preocupava a administração portuguesa, especialmente se tratando de napolitanos, sicilianos e parmezanos. Apesar disso, os bolonheses despontavam como expoentes nas ciências, o que competia ao contratador uma minuciosa investigação da vida particular do possível contratado. Ver Id. [Carta ao padre João Alvarez de Gusmão, em 11/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1, Fl 1 e Fl 1 v.

<sup>44</sup> Sobre o trabalho de Alexandre de Gusmão ver: CORTESÃO, Jaime. Op. cit, 1984.

<sup>45</sup> Desde os primeiros anos de colonização portuguesa na América, a Metrópole percebeu a importância de reconhecer o Estado do Grão Pará e Maranhão como uma administração subordinada diretamente à Coroa, ou seja, desvinculado do Governo Geral do Brasil. Reis considera como fatores determinantes para essa conformação: as correntes marinhas que dificultava a comunicação com Salvador e as constantes investidas estrangeiras ao território do Vale Amazônico. REIS, Arthur Cezar Ferreira. A política de Portugal no Vale Amazônico. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. p. 23-6. Ver também CHAMBOLEYRON, Rafael. Conquista y colonización de La Amazônia Portuguesa (siglo XVII). In: PEREZ, Jose Manuel Santos & PETIT, Pere. *La Amazônia Brasileña em perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006. p. 11-22.

<sup>46</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, 1990. v. 4. p. 170-175.

Adão Leopoldo Breuning e o cirurgião Daniel Panck, que percorreu também o rio Branco e as terras próximas ao Cabo Norte e Caiena<sup>47</sup>.

O segundo corpo, chefiado pelo sargento-mor Sebastião José da Silva, contava com o astrônomo João Angelo Brunelli, o capitão Gaspar João Geraldo de Grönfeld, o ajudante Henrique António Galluzzi, o cirurgião Antonio Mato e o desenhador Antonio Landi. Tinha a incumbência de traçar a linha Este-Oeste. Além do rio Amazonas, o segundo corpo também percorreu os rios Xingu e Tapajós, resultando na produção dos mapas do Maranhão e do Pará. O terceiro corpo, chefiado pelo capitão Gregório Rebelo Guerreiro Amaro, cuidaria das delimitações entre os rios Madeira e Jaúru, contava com o padre jesuíta Ignácio Szentmartonyi, o ajudante Philippe Sturm, o tenente Manuel Götz e com o cirurgião Domingos de Sousa<sup>48</sup>.

Em Lisboa, os técnicos contratados ainda esperaram mais de um ano e meio, enquanto a partida era adiada vez após vez. As notícias alarmistas que vinham do Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobre dificuldades de abastecimento no interior, desmotivavam os membros da equipe e colocavam em dúvida as palavras de frei Gusmão. O clima secreto que envolvia a expedição incomodava alguns técnicos, como João Angelo Brunelli, sobre a qualidade dos equipamentos que seriam utilizados para as medições<sup>49</sup>.

Finalmente, partiram para “servirem à demarcação dos confins da América”, a 2 de Junho de 1753. Foram quarenta e oito dias cruzando o oceano Atlântico até que os “sujeitos” da “frota do Maranhão” chegassem a Belém do Pará<sup>50</sup>.

Antes da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como chefe das demarcações de fronteiras do Norte, o italiano Carlo Ponzzone havia sido contratado para o cargo de desenhador da Comissão de Limites. Em carta endereçada à Provedoria do Pará, com data de 1º de Outubro de 1750, o Conselho Ultramarino informou o pagamento do ordenado anual de Carlo Ponzzone no valor de

<sup>47</sup> Cf. CALÓGERAS, João Pandiá. A política exterior do Império. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

<sup>48</sup> Id.

<sup>49</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Op cit., 2003, p. 27.

<sup>50</sup> O documento também cita a presença de Francisco Xavier, criado do Padre Ignácio Szentmartonyi. Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 14/05/1753]. MCM-IHGB, t.1, p. 384.



“597\$600” réis a partir de 1º de Novembro<sup>51</sup>. Entretanto, como demonstramos, Antonio Landi foi contratado por Francisco Xavier Mendonça Furtado e passou a receber 300.000 réis por ano<sup>52</sup>, valor superior aos recebidos pela maioria de seus colegas: os cirurgiões, o tenente, os engenheiros Adão Leopoldo Breuning e Philippe Sturm, o padre Ignácio Szentmartonyi e o capitão Gaspar Gerardo de Grönfeld<sup>53</sup>. Todavia, o ordenado de Antonio Landi somava quase a metade do que seria pago a Carlo Ponzone, o que poderia ter sido uma economia interessante para a Coroa, influenciando na decisão de Mendonça Furtado pela escolha de outro desenhador.

Faziam parte da bagagem da expedição: elementos da liturgia católica, medicamentos, material de higiene pessoal, artigos de cozinha, mantimentos, caixas com livros, instrumentos de astronomia e matemática, relógios, barômetros, teodolitos, níveis, sector, barras magnéticas, entre outros, com o objetivo de garantir os trabalhos dos técnicos das demarcações. O material específico com que o desenhador iria trabalhar, réguas, pincéis e pranchetas, também fazia parte da bagagem<sup>54</sup>.

Uma característica importante das expedições desse período era a de explorar o interior. Foi o que aconteceu nessa viagem, porém com atrasos, devido à dificuldade na obtenção de índios para conduzir as embarcações. Ao longo do percurso previsto, várias missões foram notificadas pela Corte para que garantissem os mantimentos necessários, coisa que não aconteceu com facilidade, resultando em uma série de queixas feitas ao Secretário de Estado pelo governador. A Companhia de Jesus<sup>55</sup> era a principal ordem religiosa, alvo das queixas enviadas a Lisboa, criando um clima instável entre os membros da comissão, agravado por

<sup>51</sup> Decreto do rei D. José, em 01/10/1750 - AHU, 32. 3007.

<sup>52</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 14/05/1753]. MCM-IHGB, t.1, p. 384.

<sup>53</sup> O astrônomo Angelo Brunelli era o membro mais bem pago do grupo – 800.000 réis por ano. Seguido pelo Sargento-mor Sebastião José da Silva, que receberia por ano 624.000 réis. E o capitão João Schwebel, que cobraria da Provedoria 597.000 réis por ano. Os cirurgiões receberiam 240\$000 réis. Ao padre Szentmartonyi seriam pagos 180\$000 e ao seu criado 86\$400 réis por ano. 197\$000 réis seriam pagos ao capitão Grönfeld; e Breuning teria o ordenado no valor de 120\$000 réis anuais. Sebastião José de Carvalho e Melo [Carta a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 14/05/1753]. MCM-IHGB, t.1, p. 384.

<sup>54</sup> Relação dos instrumentos e livros destinados à expedição das demarcações, em 21/05/1750, AHU, Brasil, Pará, Caixa 14A. fl 1.

<sup>55</sup> Um importante estudo sobre a atuação dos jesuítas no Grão Pará encontra-se em SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

informações duvidosas e alarmistas sobre a viabilidade da viagem ao interior<sup>56</sup>.

Os técnicos que formavam a Comissão Demarcadora se depararam com limitações, ou seja, perceberam que suas técnicas e planejamentos não eram suficientes, levando em consideração a natureza amazônica e todas as suas peculiaridades. Recorreram aos índios, moradores com vasto conhecimento da geografia e diversidade local de plantas e animais, para um deslocamento ao interior mais proveitoso e sem surpresas. As chuvas e as marés, furos, igarapés e rios não eram estranhos aos nativos presentes na tripulação, de modo que eles ganhavam tempo no deslocamento pelo rio Amazonas e seus afluentes, garantindo a segurança e o sucesso da missão.

Muitas vezes, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado, reclamou da desobediência nativa e do descaso por parte dos jesuítas em ajudar no abastecimento que garantiria o êxito das demarcações. Mais grave que isso, seria a desobediência dos índios influenciada pelos religiosos. O paladar dos membros da Comissão teve que se adaptar aos peixes da região e às tartarugas, pois a quantidade de farinha e legumes obtidos nas aldeias não era suficiente para a alimentação. Assim, a relação de mantimentos entregue aos técnicos parecia não suprir os anseios da tripulação ou não dava a tranquilidade necessária, gerando discussões e intrigas entre os membros da Comissão<sup>57</sup>.

Antonio Landi se envolveu em algumas discussões, principalmente com o doutor João Angelo Brunelli que não confiava na sua honestidade e reclamava de excessiva esperteza por parte do desenhador em questões simples como a manutenção dos mantimentos e negociações entre si. O governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão partilhava de pensamento semelhante.

<sup>56</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 29.

<sup>57</sup> Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a frei Miguel de Bulhões, em 08/01/1755] - AHU, Brasil, Pará, Caixa 15, fl 3.

Desenhador José Antônio Landi risca excelentemente e tem grande notícia da arquitetura; não lhe chega, porém, ao pensamento outra ideia mais do que o modo que há de descobrir de ajuntar dinheiro, e em conseqüência não pode ali haver imaginação que não seja vil e abominável, e assim o declarou um destes dias, dizendo aos camaradas que se lhe não oferecia dúvida o levar com um pau, se lhe dessem 20 moedas, e, contando-me esta história e não lhe podendo dar crédito, lhe perguntei a ele mesmo se era verdade ou se lhe levantavam aquele testemunho; me respondeu desembaraçadamente que o assim o dissera e que era a verdade, porque a dor das pancadas passava e o dinheiro ficava na gaveta. Esta ideia é bem de italiano.<sup>58</sup>

O perfil de Antonio Landi, reconhecido pelo governador e expresso no excerto em destaque como um homem ávido por “ajuntar dinheiro”, aproxima-o da imagem do explorador dos recursos da Natureza, bem adequado aos anseios da Coroa durante o século XVIII. A metrópole portuguesa considerava necessário ocupar os espaços improdutivos com colonos que conduzissem a exploração do lugar e a obtenção de dividendos, apontando as possibilidades dos recursos naturais.

As atividades econômicas do Vale Amazônico, no processo colonial, davam-se, entre outras coisas, utilizando mão-de-obra indígena, tema discutido e reclamado pelos colonos. Esses moradores executavam os *descimentos* com o objetivo de dar suporte às suas atividades econômicas<sup>59</sup>. Antonio Landi também participou ativamente dessa prática.

A participação do desenhador bolonhês em *descimentos* de índios nos permite vê-lo inserido na dinâmica do processo de exploração como Colono, envolvido em atividades econômicas, chamando a atenção do governador que, em carta ao seu irmão Sebastião José, citava o interesse de casá-lo com a filha de João Baptista de Oliveira, capitão-mor da vila de Gurupá, e enviá-lo para a vila de Borba. Qualificava Antonio Landi como: “[...] sumamente curioso de lavouras, bastante esperto e ativo, e em sumo grau ambicioso e amigo de juntar dinheiro, partes todas que eu desejara que tivessem todos os moradores destas terras”.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> Francisco Xavier Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 13/07/1755]. MCM-IHGB, t.2, p. 766.

<sup>59</sup> O descimento de índios foi uma prática recorrente durante a conquista portuguesa na Amazônia. Em busca da força de trabalho, os missionários capturavam os nativos e os desciam para os aldeamentos, com o discurso de catequizá-los, acabavam desestruturando as sociedades tradicionais modificando o modo de vida dos índios descidos. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 119 e 181.

<sup>60</sup> Francisco Xavier Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 22/11/1755]. MCM-IHGB, t.2, p. 880.

O empenho de Francisco Xavier Mendonça Furtado em casar Antonio Landi está relacionado com o desejo de estabelecê-lo como morador da região, aproveitando sua ambição para desenvolver o projeto de exploração “destas terras”. Segundo Sheila Faria, o casamento e a constituição de uma família no contexto colonial garantia, além da execução das atividades econômicas, “a aceitação do ‘forasteiro’ pela comunidade local”<sup>61</sup>.

O governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão preocupava-se com o desenvolvimento da agricultura na região, especialmente no sertão. Torná-lo colono, proporcionando inclusive seu casamento, é parte dessa preocupação. A família e as ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento das unidades agrárias produtivas<sup>62</sup>.

As críticas feitas pela administração colonial e pelos homens de ciência aos moradores das vilas eram recorrentes, por diversas vezes foram qualificados como desatentos à agricultura e despreocupados em relação ao trabalho, produzindo pouco e ousando quase nada diante dos muitos recursos oferecidos pela natureza amazônica.

A vila de Borba, como outras espalhadas pelo Vale Amazônico, necessitava de moradores ambiciosos, que dinamizassem, de alguma forma, a economia local em harmonia com os interesses da administração colonial local e que estivessem sempre em busca de atividade rentáveis. Em dezembro de 1755, Antonio Landi, acompanhado pelo governador, dirigindo-se a Borba, participou da elevação da povoação à condição de vila. A relação política era tão profícua e os serviços do arquiteto italiano eram tão urgentes que, além de ser convidado para participar da cerimônia, ele também recebeu, assim como sua futura mulher, algumas casas<sup>63</sup>, no intuito de convencê-lo a ficar.

Francisco Xavier Mendonça Furtado e frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará, interessados no casamento de Antonio Landi com a filha de João Batista, empenharam-se para que isso acontecesse. Cartas do bispo ao governador, datadas de 2 de Outubro e 17 de Novembro de 1756, pediam que o arquiteto italiano

<sup>61</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 57.

<sup>62</sup> *Ibid*, p. 63 e 101.

<sup>63</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op cit.*, 2003 p. 33.

fosse beneficiado em seus negócios em detrimento do comerciante João de Souza de Azevedo.

José Antonio Landi tem promptos os seus papeis para se hir receber com a filha do Sargento mor João Baptista de Oliveyra. E como tem feito bastantes gastos com o ornato da sua casa e mais couzas precisas para o estabelecimento della, parece, que tem comprado alguma fazenda, que faz tenção vender nesse arrayal. Para conseguir a utilidade que pretende desejava que Vossa Excelencia embaraçasse de algum modo a João de Sousa, que tem comprado varias partidas de fazenda, para que as não vendesse nesse rio<sup>64</sup>.

O excerto em destaque evidencia o empenho do bispo do Pará em garantir a permanência e os serviços de Antonio Landi, estratégias elaboradas na colônia para garantir as atividades comerciais locais. O arquiteto bolonhês ganhava notoriedade entre as figuras políticas e religiosas do Vale Amazônico devido a sua habilidade no trato com os administradores da colônia, além de suas propostas de utilização da terra para geração de riqueza.

Os moradores da colônia sabiam da necessidade de ocupar as terras do Vale Amazônico, bem como tinham conhecimento do apreço que a administração colonial dispensava àqueles que se esforçavam nessa causa. Em 15 de setembro de 1755, participando de uma missão em Marié que tinha como principal objetivo capturar índios, Antonio Landi foi surpreendido por um ataque organizado pelos Principais das aldeias, que mataram alguns dos membros da missão. Esse episódio garantiu a Antonio Landi reconhecimento, sendo convidado a cear com o próprio governador<sup>65</sup>.

Casos como esse afirmavam a emergência da ocupação do Vale Amazônico pelo Estado português. Demonstra também os conflitos existentes na execução do projeto civilizacional português, evidenciando as dificuldades encontradas pelos agentes da Coroa na aplicação das instruções reais, levando a formulações de ações do governo lusitano a partir também das demandas coloniais. O caso em particular anuncia o envolvimento de Antonio Landi na dinâmica local como morador da colônia.

<sup>64</sup> MEIRA Filho, Augusto. *Nova contribuição ao estudo de Landi*. Belém: Ed. Grafisa, 1974. p. 21.

<sup>65</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São Joe do Rio Negro (...). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 48, v. 70, p. 165-175, 1885.

Antonio Landi se envolveu diretamente com os negócios próprios da colônia, os índios contratados por ele traziam para Belém frutos e especiarias<sup>66</sup> da floresta amazônica que, em seguida, eram enviados ao reino. Essa atividade, conhecida como Recolha, era um negócio bem administrado por ele e sua desenvoltura chamou a atenção do sucessor de Francisco Xavier Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Mello e Castro, que se referindo ao arquiteto italiano em carta de 1761, sobre sua permanência nestes trabalhos, argumenta assim:

Conciderando eu ser útil a este Estado a sua assistencia como Vossa Ecelenca ja entendeu quando o quis estabelecer nesta Cidade, e casar com a filha do Sargento-Mor João Baptista de Oliveyra para o que lhe deu preciosos vestidos, e prometeo dobradas esquipaçõe de Indios para a factura dos negócios do certão.<sup>67</sup>

Durante o desenvolvimento e realização dos *negócios do sertão* empreendidos ou liderados por Antonio Landi, um problema desagradável ocorrera. A 1<sup>o</sup> de Março de 1757, ao regressar de Belém, onde fora resolver questões referentes ao seu casamento, foi assaltado pelos soldados da guarnição de Mariuá, revoltados por terem gasto seu próprio dinheiro com alimentação e por descobrirem que o italiano não trazia nenhuma restituição para eles<sup>68</sup>. Esse incidente chamou a atenção do governador Mendonça Furtado, demonstrando a importância que o arquiteto italiano ganhava como morador e funcionário diante da administração colonial, evidenciada na correspondência enviada pelo governador ao desenhador, lamentando as perdas, ele diz: “Apenas tenho tempo na ocasião em que me acho para dizer a Vossa Mercê o quanto sinto que tenha as perdas que me diz e como são bens da fortuna Deos os dá e os tira como he servido [...]”<sup>69</sup>

O incidente referido pelo governador contou com o roubo das canoas carregadas de cacau recolhido pelos índios que trabalhavam sob a orientação de

<sup>66</sup> Especiarias extraídas do sertão amazônico, também conhecidas como *drogas do sertão*, eram muito apreciadas pelos europeus, o que garantia interessante mercado consumidor. Tratava-se de plantas medicinais, ervas aromáticas, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha, urucum, guaraná, entre outros produtos que alcançaram bons preços neste período. Cf. DOMINGUES, Ângela. 'Drogas do sertão'. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo. 1994.

<sup>67</sup> Manuel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 04/06/1761] AHU, 49, 4478.

<sup>68</sup> VITERBO, Francisco Marques Souza. Op. cit., 1889. p. 59-60.

<sup>69</sup> Ibid., p. 56-57.

Antonio Landi. Os 134 soldados insurretos fugiram para os domínios espanhóis. Os líderes do levante foram mais tarde promovidos pela Coroa espanhola a cargos importantes em Quito e Lima<sup>70</sup>. Além de demonstrar o envolvimento de Antonio Landi na dinâmica da sociedade local, o episódio também evidencia a continuação de investidas estrangeiras no território português na América, o que poderia reforçar a importância de colonos envolvidos no projeto de ocupação do Vale Amazônico.

Antonio Landi realizava um trabalho que agradava sobremaneira os administradores da colônia, acompanhando descimentos de índios e contratando trabalhadores para *Recolha*. Isso fez com que ele fosse visto como um colono confiável e um funcionário competente, ganhando oportunidades com atividades agrícolas, reforçando sua imagem de súdito empenhado no projeto metropolitano de exploração econômica do Vale Amazônico em benefício da Coroa.

A interrupção das atividades da Comissão Demarcatória na Amazônia aconteceu antes mesmo da revogação do Tratado de Madrid em fevereiro de 1761, “por já não existir o seu respectivo objetivo”, levando alguns oficiais a retornarem à Europa, “exceptuando-se os engenheiros por se acharem incorporados nos Regimentos de Infantaria” do Estado do Maranhão<sup>71</sup>. O arquiteto bolonhês ficou em Belém com o argumento do então governador, Manuel Bernardo de Mello e Castro, de que Antonio Landi estava envolvido na obra da nova igreja da Freguesia de Nossa Senhora da Campina, e estava trabalhando no projeto de construção do Palácio da residência dos governadores e do Hospital Real, além do novo casamento já ajustado com a filha do sargento-mor e prático João de Sousa de Azevedo<sup>72</sup>.

O casamento foi importante para o pedido de o governador ser respondido positivamente

E quanto a ficar nessa cidade Joseph Antonio Landi para casar com a Filha de João de Souza de Azevedo, estabelecendo-se por esta forma na mesma cidade; aprovou Sua Magestade inteiramente a dita resolução; e he servido, que Vossa Senhoria o favoreça na possibilidade<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. cit., 1885. p.165-175.

<sup>71</sup> Conselho Ultramarino [Ofício a D. José, em 27/08/1763] - AHU, 55, 4988.

<sup>72</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 1947. p. 358.

<sup>73</sup> APEP, Cód. 103, Correspondência da Metrôpole com os Governadores – 1760-1763, doc. 17.

Os matrimônios contraídos por Antonio Landi também contribuíram para sua aproximação com a elite colonial local. Seu primeiro casamento lhe garantiu vínculo com João Baptista de Oliveira, Sargento-mor. Mendonça Furtado, além de dar “preciosos vestidos” e prometer Índios para o trabalho no sertão<sup>74</sup> como presentes de casamento, em carta lamentando não ter comparecido à cerimônia, comprometeu-se ser padrinho do primeiro filho do casal, laço que estabeleceria uma relação de parentesco, reconhecido pelo próprio governador<sup>75</sup>. Mauro Cezar Coelho demonstra que as benesses do matrimônio, como roupas, tecidos e terras, oferecidas pelo Estado eram cobiçados pelos moradores locais, além daquelas oferecidas pelos sogros, cunhados e outros parentes<sup>76</sup>, constituindo uma rede de solidariedade importante para o projeto de estabelecimento e ascensão na sociedade local.

Após ter ficado viúvo de sua primeira esposa, Antonio Landi casou-se com a filha do sargento-mor e prático João de Sousa de Azevedo, natural de Itú, contratador de sal e explorador de minas. Citado por João Lúcio de Azevedo como “o mais arrojado sertanejo que rezam os anais paraenses” por suas investidas no Vale Amazônico. Em 1749, planejou seu percurso pelo rio Madeiro no intuito de explorar seus recursos naturais, a administração colonial lhe concederia índios e utensílios para estabelecer ali uma colônia, fato esse sem êxito, o que não lhe causou desânimo e não impediu que continuasse viajando, atitudes que, segundo João Lúcio de Azevedo, “lhe valeram reputação e fortuna”<sup>77</sup>.

Por determinação do governador, João de Sousa de Azevedo deveria estabelecer uma feitoria com a função de preparar roças para provisão dos membros das partidas que deveriam realizar as demarcações dos limites entre as monarquias ibéricas na América. Esse fato desagradou o prático ituano, que dirigiu a Sua Majestade petições clamando justiça pela violência que entendia ter sofrido,

<sup>74</sup> Manuel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 04/06/1761] AHU, 49, 4478

<sup>75</sup> VITERBO, Francisco Marques Souza. Op. cit., 1889. p. 55-56.

<sup>76</sup> COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2005. p. 184.

<sup>77</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização: bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901. p. 224.



pois tinha sido atrapalhado em seus interesses mercantis<sup>78</sup>. Essa reação de João de Sousa de Azevedo nos permite perceber que os agentes históricos coloniais aceitavam ou rejeitavam as determinações da administração metropolitana de acordo com seus interesses particulares.

As petições feitas pelo João de Sousa de Azevedo foram negadas, sendo-lhe proibido navegar pelo rio Madeira, determinação por ele desrespeitada alegando precisão de ter que defender seus próprios bens ameaçados pelas “desordens que havião em sua casa, eque elle devera ir atodo risco e atoda apressa atalhar”<sup>79</sup>. Estabelecido no Estado do Maranhão, João de Sousa de Azevedo se tornou proprietário de uma fábrica de anil, de feitorias de cravo e cacau e comerciante de produtos entre Belém e o interior, além de continuar trabalhando como prático<sup>80</sup> para importantes personalidades, como Dom Antonio Rollim, governador da capitania do Mato Grosso<sup>81</sup>. A relação com João de Sousa, referido por Arthur Cezar Ferreira Reis como um “homem de negócios [com] visão clara e segura das realidades do ambiente”, constituiu um importante vínculo para que Antonio Landi ampliasse suas relações locais e desenvolvesse seus projetos de participação nas atividades comerciais locais<sup>82</sup>.

Apesar da suspensão, em Agosto de 1763, dos salários dos oficiais contratados para a Comissão Demarcatória do Norte, os engenheiros, os cirurgiões João Domingos e Domingos de Souza e o “*desenhador Antonio Landy*” continuaram recebendo seus pagamentos<sup>83</sup>.

Ainda em 1766, o Desenhador da Comissão demarcadora do Norte

<sup>78</sup> REIS, Arthur César Ferreira. “Paulistas na Amazônia”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 175, p. 233-248, 1940. p. 236.

<sup>79</sup> Francisco Xavier Mendonça Furtado [Carta enviada a Corte Real, em 09/03/1754]. *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, 1968. v. 3. p. 211.

<sup>80</sup> Profissional possuidor de grande experiência e conhecimentos técnicos de navegação e de condução e manobra de embarcações, bem como das particularidades locais, correntes e variações de marés, ventos reinantes e limitações dos pontos de acostagem e os perigos submersos, assessora o Comandante na condução segura da embarcação. Alexandre Rodrigues Ferreira irá atestar sua importância para conduzir as navegações “labirintos” que eram os rios do Vale Amazônico. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro (1756-1815)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007. p. 315.

<sup>81</sup> Manuel Bernardo de Mello e Castro [Ofício a Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 04/06/1761] AHU, 49, 4478.

<sup>82</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Op. cit., 1940. p. 233-248. Sobre a petição e montagem da fábrica de anil ver: *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, vol. II, doc 66; vol III, doc. 101, 117, 121.

<sup>83</sup> Conselho Ultramarino [Ofício a D. José, em 27/08/1763] - AHU, 55, 4988.

recebeu a patente de capitão de infantaria de ordenanças de um dos terços da cidade do Pará. Esse posto era de grande consideração na hierarquia militar<sup>84</sup>, em reconhecimento às habilidades de conduzir um grupo na execução das ordens superiores, demonstrando seu envolvimento com a dinâmica social local. Isso garantiu a Antonio Landi respeito e visibilidade entre os moradores e a administração colonial.

Em Belém, o arquiteto italiano desenvolveu atividades comerciais ligadas inicialmente à exportação das *drogas do sertão*, como o carregamento do navio Nossa Senhora da Madre de Deus. Na data de 7 de Agosto de 1760, foram 50 sacas de cacau destinadas ao mercado lisboeta<sup>85</sup>. Galgando novas posições, ele reforçou seus vínculos com a dinâmica local, partindo para a realização de atividades agrícolas e industriais.

Diante da falta de materiais de construção e de objetos cerâmicos, ocasionada pelo fim da fabricação por parte dos jesuítas, em 1759 foi concedida, por meio de arrendamento, ao alferes João Manuel Rodrigues, a Luís Gonçalves e a Antonio Landi a fabricação de peças de cerâmica. O contrato de concessão da olaria da cidade vigorou durante três anos, levando os sócios a investirem nesse novo negócio.

Antonio Landi, juntamente com seus sócios, experimentou as dificuldades da condução de um negócio na colônia; a produção das peças de cerâmica, que contava com a mão-de-obra indígena, sofreu interrupções, devido às constantes doenças e fugas de índios contratados, necessitando a substituição pela mão-de-obra mais dispendiosa dos negros. Diante dessas dificuldades, ele conduziu a olaria da cidade por mais um ano, a pedido do governador que o considerava um morador confiável na condução da fabricação de produtos importantes como telhas, louças e tijolos<sup>86</sup>.

A partir dessa experiência com a olaria da cidade e a percepção da necessidade dos materiais produzidos, Antonio Landi enviou ao rei um pedido para

---

<sup>84</sup> Sobre as patentes ver AIRES, Cristóvão. *Historia Organica e Politica do Exercito Português – Provas*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. v. 4. p. 55-56.

<sup>85</sup> Relação de carregamento do navio Nossa Senhora da Madre de Deus, datado de 07/08/1760-AHU, Brasil, Pará, Caixa 20.

<sup>86</sup> Manuel Bernardo de Mello e Castro [Relação dos objetos produzidos na Olaria de São José em 1760] AHU, Brasil, Pará, Caixa 20, fl.1.

estabelecer sua própria fábrica de louças vidradas, com o argumento de que será

[...] bem precisa para a comodidade de todos estes moradores, pois carecem muito deste genero de louça e será muito util o dito estabelecimento não só pelo interesse deste Estado, mas porque com este exemplo se animarão muitos a fazer outras semelhantes obras com que tanto se ennobressem as cidades, florecendo nellas as Artes Mecanicas.<sup>87</sup>

Antonio Landi ainda argumentou, apresentando seus préstimos de funcionário real e demonstrando os benefícios à região caso seu pedido fosse aceito. Colocava-se como um súdito capaz de influenciar outros na exploração econômica da região, transparecendo nessa atitude a possibilidade de tirar proveito de sua permanência na colônia.

Antonio Landi teve resposta positiva para seu requerimento, realizando a fabricação de peças de cerâmica em sua fazenda Murutucu. A mão-de-obra indígena era utilizada para a produção das telhas e tijolos, servindo às construções da cidade. Juntamente com a fábrica, ele se envolveu com atividades agrícolas, especialmente com o plantio de cacau, café e arroz.

O “Mapa das Famílias da Capitania do Pará” nos permite perceber parte de seu patrimônio familiar em 1778, evidenciando sua condição de colono estabelecido, possuidor de um número considerável de escravos.

Freguesia de Santa Anna (...) Antonio José Lande; Qualidade – branco; Estado – viúvo; Emprego – capitão auxiliar; Ofício – desenhador; Pessoas do seu agregado – 1 fêmea menor; Pessoas efectivas de soldada – 1 Macho adulto, 1 fêmea adulta; Escravos – machos – 8 menores, 23 adultos; fêmeas – 3 menores, 13 adultas; Totalidade da família – 51 pessoas<sup>88</sup>.

Mauro Cezar Coelho, em sua tese doutoral, demonstra que o grande plantel de escravos não significava riqueza, e sim aqueles que, ligados ao Estado e usando de seus cargos públicos, negociavam gêneros com o comércio externo constituindo um grupo econômico e político<sup>89</sup>. Nesse mesmo sentido, José Alves denomina os sujeitos desse grupo como “funcionários-negociantes-proprietários” de

<sup>87</sup> Requerimento pedindo autorização para estabelecer fábrica de louça, em 19/10/1762. Documento publicado por Isabel Mayer Godinho Mendonça, op. cit., p. 722.

<sup>88</sup> Mapa das famílias da Capitania do Pará do ano de 1778. AHU, 94, 7509.

<sup>89</sup> COELHO, Mauro Cezar. *Op. cit.*, 2005. p. 248-249.

terras<sup>90</sup>. Diante desse cenário, tornava-se imprescindível aproximar-se da burocracia estatal para ascender socialmente.

As dificuldades encontradas por Antonio Landi na realização de suas atividades econômicas na colônia diziam respeito à questão da mão-de-obra. Sua reclamação era comum a outros senhores de engenho, contavam com poucos índios e era difícil adquirir outros para trabalharem na fazenda. Depois de promulgada a lei que tornava livre os nativos, foi necessária a compra de escravos negros o que endividara muitos dos senhores de engenho, inclusive o arquiteto bolonhês, levando-o a escrever ao Conselho Ultramarino em 1780 um pedido de concessão por índios

[...] nada mais me falta, que a jente persiza para Laborar, e formo tenção para o mês de Mayo d anno vindouro de 1781 fazer um Canavial competente, para o fabrico de Asucar, e para isso espero que me concedão alguns Indios, que bastarão athê vinte a farey: E tãobem depois para ocazião de moer então Serem dês Jndios, e dês Jndias, Sô naquelle tempo de moer [...]<sup>91</sup>

A preocupação com o planejamento para o plantio da cana-de-açúcar revela uma expectativa característica do cotidiano do senhor de engenho. Apesar disso, Antonio Landi continuou buscando meios para garantir suas atividades econômicas na Colônia, não se esquecendo de promover sua figura diante da administração pública como morador confiável e capaz de contribuir positivamente no projeto de desenvolvimento da cidade.

O Desenhador da Comissão demarcatória do Norte, agora viúvo de sua segunda esposa, habitava a freguesia de Santa Ana em companhia de sua filha. Contava com a mão-de-obra escrava indígena e negra, e reclamava por melhores condições econômicas para que seus anseios particulares fossem realizados. Casou sua filha com João António Rodrigues Martins, filho do vereador da Câmara de Belém, Capitão João Antonio Rodrigues.

Envolveu-se também com a religiosidade local, importante componente da vida social na colônia. Tornou-se membro da irmandade do Santíssimo Sacramento da paróquia de Santa Ana, atuando como juiz; como membro da

<sup>90</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Op.cit.*, p. 374.

<sup>91</sup> Antonio José Landi [Ofício a Câmara de Belém, 19/11/1780] - AHU, 87, 7076.

Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência participou como ministro<sup>92</sup>.

Antonio Landi, gozando de grande confiança e reconhecimento de suas habilidades como arquiteto, desenvolveu importantes trabalhos nesse sentido. Ao longo de sua vida em Belém, podemos destacar como atividades realizadas por ele: a decoração da abóbada da igreja de Santo Alexandre, a obra do pelourinho da cidade e o projeto para a nova alfândega. Muitos projetos para as igrejas paroquiais na Amazônia tiveram sua assinatura, dentre elas as de Cametá e Gurupá. Participou também da decoração da Sé de Belém<sup>93</sup>.

Durante o governo de Ataíde Teive, o arquiteto italiano realizou a construção do Palácio dos Governadores e da Capela de São João Batista. Muitos sobrados, casas de senhores de engenho e capelas são atribuídos a ele<sup>94</sup>, devido aos traços arquitetônicos semelhantes as suas obras, como a Capela Pombo<sup>95</sup>.

Antonio Landi, diante do fim das atividades propostas inicialmente para a Comissão Demarcatória do Norte, desenvolveu atividades econômicas estabelecendo-se como morador da colônia, construindo relações capazes de garantir uma melhor condição social. Dessa maneira, juntamente com sua família, participou ativamente da vida religiosa da cidade envolvendo-se com a sociedade local, trabalhou, acima de tudo, pelos seus interesses, contribuindo também para a execução dos projetos dos governadores com quem teve contato. É referido como Desenhador, porém seu trabalho como arquiteto se destaca em mesma medida que suas ações de senhor de engenho.

Dessa maneira, as ações realizadas por Antonio Landi em solo amazônico podem ser melhor entendidas quando as reconhecemos também como uma resposta à sua condição de morador da colônia e às demandas da dinâmica local, portanto, diferente da perspectiva que interpreta suas ações como resultado direto e automático dos anseios da metrópole. O Inventário sobre a Natureza foi uma dessas ações. Entendê-lo como parte de uma estratégia que apresentou seu autor

<sup>92</sup> MELLO Júnior, Donato. *O arquiteto José Landi e a relíquia de Santa Ana na Exposição "Santos de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará"*. Belém: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1966.

<sup>93</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 319-416.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 417-456.

<sup>95</sup> Sobre a Capela Pombo ver: KETTLE, Wesley Oliveira. *Op. cit.*; OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. *Op. cit.*

como súdito capaz é o objetivo da parte que segue.

### 2.3 SÚDITOS CAPAZES EM UM LABIRINTO DE DESORDENS: INTERESSES COLONIAIS

O Desenhador a quem tenho encarregado alguma couza de História Natural me pede lhe mande vir o que consta da relação incluza, e como vem a importar em huma bacatela, pareceo-me escuzado mandar com esta empertinecia a El Rey; vossa mercê me mandará fazer estas encomendas à minha custa, porque a emportancia destes generos não me há-de fazer pobre, e recomendo-lhe que venhão sem falta, porque não quero que estes estrangeiros me tenham por patarata. O microscópio [...] quizera que fosse bom que He pera examinar algumas plantas miudas, e as suas sementes. Das sette aroubas de cacao que vão no seu conhecimento pertencem tres ao uso particular de vossa mercê.

---

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

O fragmento da carta<sup>96</sup> escrita por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador da capitania do Grão-Pará, a Sebastião José de Carvalho e Melo, seu irmão e secretário do Estado português, solicitando, entre outras coisas, o envio de material para Antonio Landi realizar trabalhos de História Natural, ilustra a preocupação da administração colonial em demonstrar-se interessada e envolvida no incentivo à pesquisa sobre a Natureza. Esse esforço se deu no sentido de que a administração metropolitana, em relação às colônias, pretendia ver concretizada uma política condizente com as ciências modernas, na qual o progresso técnico fosse uma meta e resultasse em maiores dividendos.

Neste ultimo segmento, é nossa intenção demonstrar que o trabalho de História Natural, realizado por Antonio Landi, além de demonstrar as potencialidades econômicas da fauna e da flora do Grão-Pará, fazia parte de uma estratégia de ampliação das relações sociais no mundo lusitano, elaborada a partir de seus próprios interesses, no intuito de divulgar sua capacidade para conduzir a exploração dos recursos da Natureza no Vale Amazônico, sendo assim percebido como súdito fiel e habilidoso. Conforme já apontamos, nosso propósito é demonstrar que as demandas próprias da dinâmica colonial foram decisivas na elaboração do

---

<sup>96</sup> Francisco Xavier de Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, 15/07/1755] Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de reservados, Coleção Pombalina, Códice 629, fl 74. Publicado em MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Op. cit., 2003. p. 678.

Inventário realizada por Antonio Landi.

Segundo Ronald Raminelli, nesse período era muito comum a investigação das plantas, que teriam suas mudas e sementes recolhidas e enviadas para a metrópole, onde seriam aclimatadas em hortos e jardins mantidos pelos recursos da Coroa. Diferentes colônias receberiam as espécies com o objetivo de aclimatá-las, “sendo um requisito de destaque para o fortalecimento do comércio entre metrópole e colônia”<sup>97</sup>. O pedido de Francisco Xavier Mendonça Furtado ao Secretário de Estado português está inserido no contexto em que os funcionários do rei chegavam a investir seus próprios recursos para investigar a Natureza, no intuito de transformá-la em riqueza para o benefício da economia do Estado e para o reconhecimento de seu esforço como súdito leal.

A segunda metade do século XVIII foi marcada por preocupações de caráter científico: viagens, investigações sobre a Natureza e demarcações de limites das colônias; ações que foram tomadas diante da necessidade de impulsionar a economia das nações dominantes, e devido ao constante perigo de invasão de nações rivais, como já apresentamos no primeiro segmento deste capítulo. Nesse período de embate entre as monarquias ibéricas, o discurso científico ganhou importância, direcionando a produção de inventários nos mais diferentes pontos do Império. Encontramos esse tema em ofícios e relatórios emitidos por altos funcionários administrativos, como governadores e intendentess, que, no cargo de comissários-gerais, orientavam os viajantes-naturalistas, dando instruções quanto a percursos e prioridades, além de pleitear por auxílios para expedições enviadas por Lisboa<sup>98</sup>.

Antonio Landi, assim como todos os outros envolvidos no projeto de ocupação e exploração colonial, conhecia as prioridades da metrópole. A Natureza descrita por ele em seu Inventário fazia parte das terras pertencentes aos domínios portugueses na América. Era preocupação da Coroa controlar essas possessões, explorando as riquezas de maneira mais efetiva. Para que isso acontecesse, era importante que houvesse comunicação entre os diferentes pontos do domínio

<sup>97</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 1998. p. 158.

<sup>98</sup> DOMIGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 8(suplemento), p. 823-838, 2001. p. 825 e 827.



lusitano na América e Lisboa. Isso ocorreu por meio da circulação de informações e também de mercadorias: o trânsito de bens fortalecia essa comunicação entre a metrópole e a colônia, reforçada também pela circulação de pessoas e instituições<sup>99</sup>.

Além das descrições textuais dos viajantes, o governo português também utilizou a descrição por meio de mapas para conhecer seus domínios. Os relatos heróicos e as crônicas fantásticas foram perdendo espaço<sup>100</sup>. Em inícios do século XVIII, a História Natural ganhou importância, juntamente com as informações geográficas mais precisas, constituindo elementos estratégicos no plano da monarquia portuguesa. Inventariar os habitantes das possessões, as plantas que constituíam as matas e as qualidades dos vários animais foi um trabalho que manteve o diálogo entre os vassallos e o rei de Portugal<sup>101</sup>. Por meio dos inventários, os súditos fiéis conquistavam privilégios diante da administração colonial, ao divulgarem seus esforços em explorar os recursos da natureza colonial, centralizando em Lisboa as tomadas de decisão quanto às diretrizes do projeto de ocupação.

Não apenas Lisboa, mas outros centros também produziam relatos de viagem que descreviam as possibilidades de exploração dos recursos da natureza. Além disso, os autores relatavam os percursos realizados por eles, muitas vezes descrevendo o contato com os nativos do lugar. O Vale Amazônico se destacou como tema importante, no qual a história, as comunidades indígenas, a geografia e a natureza ganhavam relevância. Temas que não foram abordados da mesma maneira<sup>102</sup>, já que os interesses de seus autores também não eram idênticos.

A igreja também utilizou textos de caráter similar como forma de aproximar-se da metrópole, ainda no Setecentos, informando ao soberano sobre as potencialidades da natureza, dentre outras informações. O poder eclesiástico também contou com os Inventários para sua particular exploração, baseando, assim,

<sup>99</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p.17.

<sup>100</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumentos de conhecimento e controlo do território. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Orgs). *Coletânea de estudos: universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 87.

<sup>101</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”. In: *Penélope*, n. 23, p. 67-88, Lisboa, 2000.

<sup>102</sup> RAMINELLI, Ronald. Op. cit., 2008. p. 55.

suas estratégias de catequese. As crônicas tinham, portanto, o objetivo de comprovar a viabilidade da evangelização dos nativos e sua capacidade natural de aceitar o cristianismo<sup>103</sup>, sendo elaboradas a partir dos interesses das missões na colônia.

Segundo Ronald Raminelli, além de relatarem sobre a conversão dos ameríndios, os missionários escreveram sobre as plantas e os animais dos domínios portugueses na América, revelando aspirações comerciais, além das evangelísticas. A influência da religião na visão sobre o mundo natural, nesse caso, é explícita nas descrições, considerando parte da natureza como criação de Deus e capaz de prover alimentos e medicamentos. A outra parte, serpentes, insetos e outros animais, foi considerada um desafio à adaptação, não sendo interpretados como obras divinas<sup>104</sup>.

Holandeses e franceses também sustentaram e financiaram, na época Moderna, importantes expedições científicas aos trópicos<sup>105</sup>. O governo régio espanhol também recorreu a esse itinerário, organizando naturalistas e administradores para relacionar as espécies naturais possíveis de exploração em suas possessões. Portugal necessitava implementar essas ações diante dos problemas de escassez de recursos naturais, aguardando pelo esforço de seus súditos. Essa catalogação voluntária da natureza realizada pelos vassalos resultou em trabalhos apresentados com o objetivo de alcançar privilégios como recompensa. Após as reformas pombalinas, essa atitude da administração colonial mudou. Com a formação de naturalistas e administradores como agentes estatais na Universidade de Coimbra, a metrópole passou a promover expedições<sup>106</sup>.

As expedições científicas deveriam se preocupar também com a demarcação das fronteiras. A Comissão Demarcatória enviada ao Vale Amazônico, na década de 1750, buscava assegurar o território garantido pelo Tratado de Madri sob o domínio do Estado português. Além de garantir a territorialidade continental,

<sup>103</sup> ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540–1750*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1996. p. 430; RUSSELL-WOOD, A J. Holy and unholy alliances: clerical participation in the flow of bullion from Brazil to Portugal during the reign of Dom João V (1706-1750), in: *Hispanic American Historical Review*, v.80, n.4, p. 815-37, 2000.

<sup>104</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 2008. p. 57.

<sup>105</sup> DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, v.28, n.55, jun. 2008. p. 137.

<sup>106</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 2008. p. 58.

essa Comissão deveria contribuir para uma eficaz circulação fluvial das mercadorias, questão essa que contava com grande atenção da administração metropolitana. Os registros sobre a natureza faziam parte de um sistema de informações que constituiriam dados para incrementar o comércio com novos produtos e potencializar os já comercializados. Os dados geográficos alimentavam uma rede de informações entre Lisboa ou Madri e a América, utilizados especialmente pelos militares desses reinos, preocupados com os limites dos respectivos territórios.

Durante o desenvolvimento dessa nova postura do governo português diante de suas possessões americanas<sup>107</sup>, a administração lusitana procurou estar presente de maneira mais efetiva em seus domínios, disposta a recompensar aqueles súditos que estivessem dispostos a desenvolver a agricultura e o comércio em benefício dos cofres metropolitanos. Encontramos nos diversos documentos produzidos no período uma gama de informações sobre a fertilidade do solo, a presença de minas e a navegabilidade dos rios. Nessas descrições também havia lugar para os índios, sua cultura, fisionomia e religiosidade, e a preocupação em apresentar as plantas e os animais<sup>108</sup>.

Essas descrições forneciam informações que beneficiavam a atividade agrícola e o comércio, possibilitando o conhecimento de novos produtos ou fontes de matéria-prima. Dessa forma, a metrópole tentava manter suas conexões com a colônia, estreitando mundos tão antagônicos<sup>109</sup>. A produção de mapas, crônicas e inventários das possessões portuguesas, contendo a descrição de plantas e animais, contribuiu para reforçar os laços dos súditos e seu soberano. As notícias provenientes da colônia apresentavam as propostas desses súditos a partir da experiência local que possuíam. O envio desses trabalhos também fortalecia a centralidade do núcleo administrativo e caracterizava uma troca de favores entre as partes envolvidas, permitindo aos súditos pleitearem por um reconhecimento de seu esforço e fidelidade, essa liberalidade do soberano dava a esses súditos fiéis a condição de intermediários, agentes da Coroa para desenvolver os negócios do

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 18.

<sup>108</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808, In: *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, p. 187-250, 1998.

<sup>109</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 2008. p.19.

Estado na colônia<sup>110</sup>.

Administrar terras tão diversas e longínquas certamente era uma tarefa que exigia muita habilidade no trato com seus moradores. Os privilégios concedidos pelo rei configuravam como elemento indispensável para governar, pois ao fazer uns mais poderosos que outros dinamizavam e fortaleciam o pacto de obediência ao rei. É claro que a soberania real era colocada a prova por opositores, o que reforçava a importância de atender aos pedidos daqueles que constituíam as elites locais<sup>111</sup>.

Os sujeitos que habitavam a colônia portuguesa, especialmente na segunda metade do século XVIII, utilizaram esse momento em que Portugal se interessava pela investigação científica para demonstrar, além de erudição e envolvimento com a nova ciência, disposição em transformar os recursos da Natureza em divisas ao reino, construindo relatos a partir da experiência colonial. Na metrópole, importantes súditos cosmopolitas e ilustrados que estavam participando do projeto lusitano de renovação do saber, reuniam-se em instituições com o propósito de organizar e monitorar a produção intelectual, as academias corporativas ou mesmo as universidades. Tinham a missão de qualificar os “homens de ciência” para se tornarem administradores eficientes<sup>112</sup>.

Além dos funcionários ilustrados, o esforço de renovação do conhecimento não poderia acontecer sem que se contasse com o envolvimento de cientistas, cirurgiões, astrônomos, engenheiros-cartógrafos, médicos, muitos deles vindos de outras nações que não Portugal, como é o caso do italiano Antonio Landi. Essa “importação” de profissionais de diversas partes da Europa fez parte do esforço português no projeto de ocupação das possessões lusitanas na América.

A criação de colégios e academias, tanto quanto a reforma da Universidade de Coimbra, fizeram parte de um esforço da Coroa para fornecer os meios técnicos, humanos e financeiros, garantindo a boa formação de uma “elite do conhecimento” que realizou as viagens científicas. Segundo assinalou Ângela Domingues, o Estado português participou do processo de “renovação científica”, atraindo as informações coletadas e promovendo mudanças culturais a partir do

<sup>110</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 2008. p. 20.

<sup>111</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. *Op. cit.*, 1998, p. 187-250.

<sup>112</sup> Sobre esse aspecto ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

contato com professores de Física, Astronomia, Química, Matemática e História Natural, oriundos de várias partes da Itália<sup>113</sup>.

O potencial econômico dos domínios coloniais foi muito importante para a atenção da metrópole. Assim como as questões políticas e militares, a Coroa portuguesa teve como preocupação, conhecer melhor, por meio de inventários enviados pelos funcionários, cientistas e outros súditos moradores das colônias, os domínios com potencial econômico. Foram esses os sujeitos que forneceram os dados para a construção de uma rede de informações<sup>114</sup>.

Os moradores da colônia poderiam contribuir com essa rede de informações, já que vivenciavam a dinâmica da natureza e da sociedade locais. Os dados gerados poderiam ser úteis aos governadores, capitães-generais, e outros agentes da Coroa. Antonio Landi também utilizou esse meio para estabelecer bom relacionamento com os administradores da colônia.

É importante esclarecer que a realização da descrição de plantas e animais por um arquiteto como Antonio Landi, que não possuía formação específica como naturalista, não foi um fato isolado. Segundo Ângela Domingues, os campos científicos tinham suas fronteiras pouco delimitadas, ocorrendo uma “promiscuidade de objetos entre os ‘homens de ciência’”. Esses agentes da Coroa experimentavam os mais diferentes campos do saber, tomando instrumentos alheios a sua formação para realizar os mais variados trabalhos, desde a produção de cartas geográficas até a descrição de culturas nativas<sup>115</sup>.

Segundo Virgínia Valadares, não era considerado naturalista apenas o indivíduo que obtivesse formação acadêmica em filosofia natural. No decorrer dos estudos, muitos alunos tinham contato com as disciplinas de Matemática e Filosofia, deixando-os à vontade para trabalhar com a Filosofia Natural. Para Valadares,

---

<sup>113</sup> Sobre esse aspecto ver a análise a partir da experiência de Alexandre Rodrigues Ferreira ver: DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos do Atlântico, 1991. cap 2.

<sup>114</sup> DOMIGUES, Ângela. Op. cit., 2001. p. 832-833.

<sup>115</sup> Id. Ver, por exemplo, a descrição dos hábitos dos Mauá pelo então tenente coronel Teodósio Constantino de Chermont, em 22/06/1782 - A.H.U, Rio Negro, caixa 5, doc. 7; Os mapas estatísticos do Sargento-Mor das milícias João da Silva Feijó - AHU, caixa 13, doc. 749, Fortaleza, 01/01/1800; Os trabalhos de História Natural realizados pelo juiz de fora e ouvidor Baltazar da Silva Lisboa citados no Ofício de d. Rodrigo de Sousa Coutinho a d. Fernando José de Portugal - BNRJ, 1-4-8, 19/06/1797.

nesse período ocorreu uma “intersecção de jurisprudência profissional” ocasionando uma enorme confusão nas funções sociais<sup>116</sup>.

Lorelai Kury evidencia que nesse período em que a História Natural ainda não tem seu campo de atuação totalmente consolidado, os naturalistas não exerceram somente funções ‘filosóficas’, mas também militares, políticas e comerciais. Os conflitos, sempre existentes na sociedade colonial, eram muitas vezes contornados utilizando prestígio por meio de trabalhos científicos<sup>117</sup>. Antonio Landi, sempre hábil em estabelecer essas conexões com o poder, valeu-se do trabalho como naturalista para ativar suas redes de inserção política.

Apesar dessas informações encaminhadas à metrópole, Ângela Domingues indica que não há indícios de que elas foram determinantes na tomada de decisões quanto à política colonial portuguesa aplicada no Vale Amazônico. Para ela, foram as iniciativas individuais, as soluções empíricas, as reações dos altos funcionários administrativos, assim como as prioridades que surgiam a partir das necessidades imediatas que influenciaram diretamente a formulação da política colonial implementada no Grão-Pará e no Rio Negro<sup>118</sup>. Rita Heloísa de Almeida, acompanhando essa ideia, considera que foi a partir da experiência local que os administradores coloniais formularam suas ações<sup>119</sup>.

Apesar de atraídas pelo projeto de ocupação e exploração colonial empreendido pela metrópole, essas iniciativas individuais não devem ser interpretadas somente como um resultado direto e automático do projeto metropolitano. O discurso lusitano na colônia não foi absorvido sem qualquer avaliação ou reação, pelo contrário, segundo Mauro Cezar Coelho, questões importantes como a elaboração do Diretório dos Índios, resultaram de respostas da Coroa às problemáticas apresentadas por essa sociedade colonial. Os conflitos que provocaram a lei foram determinantes na forma como ela foi aplicada<sup>120</sup>.

<sup>116</sup> VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas*. Conjugação de Dois Mundos. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004. p. 311, 364, 376.

<sup>117</sup> KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004. p. 116.

<sup>118</sup> DOMINGUES, Ângela. *Op. cit.*, 2000. p. 300; DOMINGUES, Ângela. *Op. cit.*, 2001. p. 834.

<sup>119</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 1997. p.160.

<sup>120</sup> Sobre esse ponto de vista ver: COELHO, Mauro Cezar. *Op. cit.*, 2005.

Os sujeitos envolvidos nesses conflitos também utilizavam o discurso científico para divulgar suas propostas. Devidos aos interesses diversos desses súditos, as discussões científicas não eram apresentadas de maneira semelhante. Segundo Lorelai Kury, a criação da Academia das Ciências de Lisboa demonstrou a necessidade do Estado português em promover uma uniformização do modelo de fazer ciência, implementando práticas administrativas em todo o Império que unificassem a linguagem científica. A adoção do sistema de Lineu fazia parte dessas ações, mas a tarefa de homogeneizar a nomenclatura não era tão simples e fácil, a descrição de animais e vegetais a partir dos órgãos reprodutores, como era preferido pelos ingleses, nunca foi adotada por todos os cientistas; outras formas de classificar eram utilizadas<sup>121</sup>, evidenciando que os interesses individuais dos autores estavam em primeiro plano.

O Inventário de Antonio Landi também não priorizou a classificação e a descrição das espécies proposta pelo sueco Lineu, tampouco o divulgou em latim, mas em italiano, língua natal do autor. O objetivo do arquiteto bolonhês parece ser diferente daquele que buscava apenas participar do circuito científico internacional, seu trabalho sobre História Natural possui características de práticas científicas consideradas por Kury como cumpridoras de “funções locais de manutenção de laços sociais e reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem”<sup>122</sup>, ou seja, Antonio Landi esperava privilégios como recompensa, a fim de ascender socialmente, como sua trajetória de vida no Vale Amazônico deixa claro.

Os privilégios concedidos pelo rei eram decisivos para a mudança dos sujeitos na estrutura social. Segundo Stuart Schwartz, a sociedade colonial era formada por “múltiplas hierarquias de honra e apreço”, assumindo a mobilidade social como possível e inerente a sua dinâmica. Cabia ao sujeito acionar os instrumentos que lhe possibilitassem pleitear uma melhor condição social dentro dessa estrutura. Aqueles que possuíam habilidades que o destacassem do restante da população poderiam chamar a atenção da burocracia colonial, pois seriam

---

<sup>121</sup> KURY, Lorelai. Op. cit., 2004. p.115.

<sup>122</sup> Id.

capazes de se tornar agentes dos interesses do rei<sup>123</sup>.

Na colônia, havia muito mais possibilidades de sujeitos que não nasceram em famílias aristocratas se estabelecerem como elite dominante. Esses colonos voluntariamente se organizavam em associações, como confrarias e irmandades religiosas, para cuidarem de seus interesses comuns, além de adquirirem grandes extensões de terra e engenhos de açúcar. O casamento com membros das famílias da elite local lhes garantia status e o reconhecimento como “homens bons”<sup>124</sup>, além de buscar um lugar na sociedade local e buscar afetividade própria do matrimônio<sup>125</sup>.

O interesse em ocupar uma melhor condição na estrutura social da colônia, que motivava os moradores das possessões portuguesas, era aproveitado pela metrópole no sentido de reforçar sua condição de centro do poder. Vera Acioli explica que a estratégia política principal utilizada pela administração colonial para a manutenção de sua dominação teria sido “privilegiar a classe economicamente dominante, delegando-lhe poder por meio da concessão de postos e funções” de destaque na colônia<sup>126</sup>.

As narrativas produzidas fizeram parte dessa estratégia de ampliação das relações sociais, e interessavam também aos governadores das capitanias que estabeleciam elos com seus autores ao mesmo tempo em que fortaleciam as conexões com o centro administrativo em Lisboa. Sendo assim, o narrador se configura como elemento indispensável para o bom funcionamento da exploração e manutenção das conexões entre o governo régio e a colônia. Dessa maneira, a metrópole poderia desenvolver seu projeto de ocupação, estando atenta aos negócios dos habitantes das possessões e promovendo o comércio que lhe fosse rentável. A escrita aplainaria a via de comunicação, viabilizando o domínio lusitano nos continentes distantes<sup>127</sup>, todavia nem sempre os agentes da Coroa encontravam moradores aptos.

<sup>123</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 209 e 211.

<sup>124</sup> “Homem bom” era aquele que reunia as condições para pertencer a certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos. VAINFAS, Ronaldo (Org.) – *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 285.

<sup>125</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.*, p. 210; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 146-156.

<sup>126</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p. 1.

<sup>127</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, 2008. p. 55-56.



A ausência de moradores da colônia, capazes de contribuir com o projeto de tornar o Vale Amazônico rentável aos cofres portugueses foi uma preocupação do governador Francisco Xavier Mendonça Furtado ao longo de sua administração. Além de criticar a falta de recursos para executar atividades relacionadas à demarcação dos limites, também reclamava da falta de homens capazes de ajudá-lo no projeto de ocupação e exploração do Vale, em 22 de novembro de 1752 ele diz em carta a Sebastião de Carvalho e Melo:

Tenho, além de um povo rude, ignorante e totalmente corrompido, uma quantidade de frades obsoletos, soberbos, poderosos e cheios de ambição, sem conhecimento algum de justiça, com que lidar; e todos os instantes se apresentam casos que além de me impacientarem, me não deixam um momento livre: estou metido em um labirinto de desordens, não os devo consentir, e em conseqüência não posso descansar<sup>128</sup>.

Desde a chegada no Vale Amazônico, Antonio Landi se preocupava em se aproximar do poder local e, ao longo de sua trajetória, procurou se estabelecer na colônia, envolvendo-se com a dinâmica social local, apresentando-se como um sujeito capaz de agir a favor dos planos do rei. Alencastro denomina esse tipo de sujeito como “homem colonial”, que após circular por algumas localidades do Império, “joga todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colonial que às vezes não o viu nascer (...)”<sup>129</sup>.

Reconhecer, portanto, a necessidade do governador por colonos confiáveis que contribuíssem com sua administração, não deveria ser difícil. Estava diante do arquiteto bolonhês a oportunidade de ocupar uma melhor condição social, participando do projeto de ocupação e exploração do Vale. O Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará escrito por Antonio Landi buscava mostrar seu autor como um súdito capaz, pronto para auxiliar a Coroa na administração desse “labirinto de desordens”.

O trabalho de Antonio Landi sobre a História Natural, que serviu para sua caracterização como Naturalista, foi realizado nesse contexto em que os privilégios eram concedidos pela Coroa àqueles que se destacavam, apresentando seus

<sup>128</sup> Francisco Xavier Mendonça Furtado [Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 22/11/1752] – MCM – IHGB, t.1, p. 318-323.

<sup>129</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. cit.*, p. 103.

esforços voluntários que pudessem contribuir para a exploração da Natureza colonial. Segundo Raminelli,

Ao coletar espécies e produzir memórias, esses vassallos serviam ao monarca e acumulavam créditos para uma futura mercê. [...] exerciam tarefas de naturalista, sem contudo, receber emolumentos para essas tarefas. Para alcançar promoção na burocracia estatal e receber hábitos de cavaleiro, [...] escreviam ao rei para relatar seu leal serviço e ainda destacavam o esforço de reunir e remeter espécies raras ao Museu da Rainha<sup>130</sup>.

Os esforços voluntários, portanto, esperavam por recompensas, como recebimento de títulos de honra que lhes garantiria respeito na sociedade colonial. Nesse sentido, a descrição das plantas e animais elaborada pelo arquiteto bolonhês se apresenta como parte de uma estratégica ampliação das relações sociais na colônia empreendida por ele.

Dessa maneira, essa descrição deve ser reconhecida como um trabalho de História Natural executado a partir de motivações individuais, ou seja, fazia parte de uma estratégia para alcançar uma melhor condição social. O discurso científico foi utilizado para que as motivações políticas e econômicas fossem reconhecidas pela burocracia colonial.

Assim, diante da necessidade metropolitana de transformar os recursos da Natureza do Vale Amazônico em riqueza para a Coroa, o Inventário elaborado por Antonio Landi, como iniciativa individual, serviu como divulgação de sua capacidade para conduzir os negócios do rei na colônia. O Tratado de Madri ou a Demarcação dos Limites do território português, ações políticas da Metrópole, foram determinantes para a contratação de Antonio Landi como desenhador e responsáveis por sua vinda ao Vale, todavia foram seus interesses de ocupar uma melhor condição social, a partir da sua experiência como colono, que determinaram a elaboração de seu trabalho com a História Natural.

Em suma, o desenvolvimento das atividades de desenhador, senhor de engenho e naturalista, exercidos simultaneamente por Antonio Landi na condição de morador da colônia, permite-nos entender que seu trabalho de História Natural não foi somente um resultado direto e automático do projeto metropolitano, e sim uma

<sup>130</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.* 2008. p. 160.

iniciativa individual como parte de uma estratégia de ampliação das relações sociais e de poder, pois por meio do Inventário ele poderia divulgar suas habilidades, demonstrando ser um súdito capaz de desenvolver os negócios do rei na colônia.

Iniciamos o capítulo com um excerto do relato do padre João Daniel que procurava demonstrar as potencialidades e a grandiosidade das terras ao longo do rio Amazonas, além de listar algumas das inúmeras espécies que poderiam ser exploradas por todos aqueles que estivessem dispostos a habitar e cultivar o solo do Vale Amazônico. Esse discurso tinha como objetivo demonstrar que existiam tantos espaços vazios e espécies a serem explorados que não havia necessidade de alterar a atividade das missões religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, nessa parte das possessões da Coroa portuguesa. Trata-se, portanto, assim como o Inventário sobre a Natureza realizado por Antonio Landi, de um discurso sobretudo político.

A historiografia que se refere ao trabalho de História Natural de Antonio Landi tende a considerá-lo como um desdobramento do projeto civilizacional metropolitano no Vale Amazônico e como reflexo do desenvolvimento da filosofia natural – o que em certa medida procede. Além disso, é percebido como uma evidência da originalidade, genialidade e altruísmo do arquiteto bolonhês. No entanto, a consideração e a análise atenta de sua trajetória tornam claras, além das “hipérboles de historiador”, a existência de outras motivações, surgidas em decorrência da experiência como morador da colônia.

Neste capítulo, nossa intenção foi demonstrar que o trabalho de História Natural de Antonio Landi foi parte de uma estratégia de ampliação das relações sociais que potencializassem uma melhor condição social, discurso que utilizou a linguagem científica para apresentar seu autor como um súdito capaz de contribuir com a execução do projeto metropolitano, todavia, com o objetivo de garantir seus interesses.

No capítulo seguinte, pretendo demonstrar como o conteúdo do Inventário sobre a Natureza realizado por Antonio Landi nos permite reconhecê-lo como um discurso, sobretudo político, elaborado a partir das demandas coloniais.

## TERCEIRO CAPÍTULO

### O DISCURSO POLÍTICO NAS DESCRIÇÕES DE ANTONIO LANDI

(...) desde a minha mais tenra idade, eu me pus ao serviço desta minha venerada protetora. Rápido mandei acertar os pontos e comecei a desenhar a tal fachada, mas estando sozinho deveria cansar-me mais do que o normal. Poucas semanas depois, precisei deixar por muito tempo o trabalho começado, pois fui mandado por Sua Excelência, o Senhor Francisco Xavier Mendonça Furtado, para o descimento de Manacaçari; (...) Tendo eu chegado pelos fins de abril, do ano de 1784, e aproximando-se a Festa de Santa Anna, fui informado, sob lamentos de alguns devotos da capela já destruída (...) Antônio José Landi deu oito mil réis e duzentos e quarenta alqueires de calcário de pedra do Reino, que mandou vir em sua canoa prometendo dois de seus escravos Mestres pedreiros, com seus aprendizes, por um ano, dando ordens que lhes fossem transmitidas.

---

Antonio José Landi

O excerto em epígrafe faz parte do “Relatório sobre a fundação da Capela de Sant’Ana assim como sobre os fatos acontecidos até hoje, 10 de setembro de 1786”, elaborado por Antonio Landi e levado ao conhecimento de Alexandre Rodrigues Ferreira, com o objetivo de apresentar a história da “fundação, e reedificação pretérita, e presente” da referida capela<sup>1</sup>.

Dois momentos distintos, vividos por Antonio Landi em sua trajetória no Vale Amazônico, podem ser observados no trecho acima transcrito. O primeiro foi quando iniciou o projeto da construção da capela de Sant’Ana, em 1775, quando Barcelos ainda se chamava Mariuá, motivado, segundo ele, por sua devoção e empenho voluntário, enfrentado dificuldades quanto à mão-de-obra e recursos financeiros. Quando retornou de Mariuá, em 1784, percebemos um segundo

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op.cit., 2007. p. 189-192.

momento, no qual Antonio Landi gozava de mais prestígio, mão-de-obra e recursos financeiros capazes de contribuir com a edificação da ermida<sup>2</sup>.

Essa trajetória de Antonio Landi e a divulgação de seus préstimos à administração colonial lhe garantiram reconhecimento pelo Estado, como “architecto pensionario de Sua Magestade Fidelissima”<sup>3</sup>, e por importantes homens de ciência como Alexandre Rodrigues Ferreira, que a ele se referiu como “architecto régio” nas legendas dos desenhos oferecidos por Antonio Landi ao Real Gabinete de História Natural<sup>4</sup>.

O relatório sobre a capela de Sant’Ana apresenta Antonio Landi como um homem integrado à dinâmica colonial. Além de reiterar a condição de hábil arquiteto, o documento aduz um outro atributo ao italiano, a generosidade. Essa condição de homem ocupado com as questões do Vale Amazônico em benefício da Coroa portuguesa, certamente contribuiu para que Antonio Landi alcançasse uma posição de destaque no universo colonial amazônico, como sugere sua oferta para construção da capela.

Por meio do relatório sobre a capela de Sant’Ana, Antonio Landi, além de se apresentar como capaz de conduzir o projeto de construção da ermida em Barcelos, reivindicou o financiamento da Câmara, alegando que a “capela poderá servir de matriz”<sup>5</sup>. Percebemos, nessa alegação, um conteúdo político, pois, ao valorizar Barcelos por meio da ermida, contemplava o projeto de ocupação do Vale, proposto pela administração colonial. Isso tudo sem se esquecer dos seus interesses individuais relacionados a sua condição de arquiteto.

Nosso objetivo, neste capítulo, é demonstrar que a utilização de textos descritivos, como o que narra a história da capela de Sant’Ana, expostos a uma leitura cuidadosa, revelam intenções políticas. Pretendemos demonstrar que esse mesmo recurso foi empregado na elaboração da *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*.

---

<sup>2</sup> Id.

<sup>3</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, ao rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Iconografia (1783-1792)*, Rio de Janeiro, 1972. v. 1. p. 564.

<sup>4</sup> Id.

<sup>5</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op.cit., 2007. p. 192.

Assim, assumimos que o Inventário sobre a Natureza de Antonio Landi não foi somente um desdobramento do projeto metropolitano de resgate da ciência nos domínios portugueses na América, ou mesmo um texto científico sugerido, influenciado e orientado a partir de trabalhos semelhantes executados na Europa. Ao contrário, nosso objetivo é demonstrar como as descrições evidenciam o caráter colonial e político desse trabalho de História Natural, revelando a visão de natureza do morador da colônia a partir de sua experiência no Vale Amazônico.

Ao longo do século XVIII, a História Natural apresentou-se como um campo de estudos importante para a alteração do modo como o homem passou a observar a natureza, todavia também serviu como oportunidade política para os homens de ciência estabelecerem, consolidarem e ampliarem relações sociais fundamentais na sociedade colonial. Além de expormos esse contexto, pretendemos demonstrar como a Natureza da capitania do Grão-Pará foi utilizada como suporte para projetar as habilidades que Antonio Landi dominava. Dessa forma, evidenciaremos como o autor tentou persuadir seus leitores, apresentando-se como um funcionário capaz de assumir cargos de confiança e se colocando à disposição para colaborar com projeto de exploração da Colônia e, conseqüentemente, beneficiando-se dele.

### 3.1 O HOMEM E A NATUREZA NO SETECENTOS

Sr. Dr. Domingos Vandelli. Recebi com a maior satisfação a ultima carta com q. se dignou favorecer-me, e li com especial gosto a memorea sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito das Artes, e Agricultura: dando a V. mercê os parabéns, de ser o primeiro que depois de muitos anos mostrou aos Portugueses, o que verdadeiramente convém aos seus interesses; e o que lhe he inseparável da gloria das Naçoins. Os grandes progreços do Jardim Bottanico, e do Gabinete Regeo, anunciam a Portugal, huma fermentação considerável, nos espirites: e a Proteção que sua Magde. dá ás artes mais proveitosas á Sociedade, completarão a nossa fortuna(...)

Luíz Pinto de Sousa Coutinho

O entusiasmo de Luíz Pinto de Sousa Coutinho, governador do Mato Grosso<sup>6</sup>, representa o momento de valorização e prestígio que gozava a História Natural, resultado da condição de atraso português em comparação ao estudo das ciências naturais que experimentavam outros países da Europa e, principalmente, da conscientização da necessidade de investir no conhecimento do mundo natural para explorar suas riquezas<sup>7</sup>.

O excerto da carta<sup>8</sup> acima destacado, endereçada a Domingos Vandelli, apresenta alguns elementos fundamentais para o desenvolvimento dessa nova postura do Estado português diante do mundo natural: o saber e o fazer<sup>9</sup>. O jardim botânico e o gabinete régio, citados por Luíz Pinto de Sousa Coutinho, foram

<sup>6</sup> Trataremos do governador do Mato Grosso na ultima parte deste capítulo.

<sup>7</sup> NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 115-118, mar. 1984.

<sup>8</sup> Luíz Pinto de Balsemão [Carta a Domingos Vandelli, em 01/12/1771] apud BRIGOLA, João Carlos. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial – gabinetes setecentistas de História Natural de Luíz Pinto de Balsemão, de Luíz de Vasconcelos e Sousa e de Luíz de Albuquerque Cáceres. Estudos em homenagem a Luíz Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 334.

<sup>9</sup> NOVAIS, Fernando. Op. cit.

instituições que fizeram parte de um grupo de práticas modernas relacionadas ao saber; e a “Agricultura” dava conta do fazer.

O governador do Mato Grosso e Domingos Vandelli estavam vivenciando um momento em que a relação do homem europeu, envolvido na exploração das colônias, com a natureza não era mais aquela do Renascimento, quando o Eldorado estava sempre prestes a ser encontrado. Agora, passada a primeira metade do século XVIII, os fenômenos do mundo natural seriam percebidos, compreendidos e decodificados sob as bases conceituais modernas do racionalismo científico, fundamentadas nos princípios das ciências exatas<sup>10</sup>.

A monarquia lusitana, durante o século XVIII, apesar do exibicionismo e ostentação peculiares, não se resumia apenas à frivolidade, a uma nobreza rústica e a um clero retrógrado. Segundo João Carlos Brigola, grandes esforços tentaram aproximar o reino português daquilo que se discutia nas principais nações européias, permitindo o contato com as ideias Iluministas, mesmo que isso não alterasse as estruturas da sociedade portuguesa<sup>11</sup>.

O século XVIII desenvolveu os fundamentos propostos por Galileu, encontrando em Isaac Newton sua maior expressão. Esses fundamentos, baseados nas ciências exatas, conformaram uma nova forma de ver o mundo natural, decisiva para o avanço do conhecimento científico Moderno, considerando a separação entre as coisas do espírito e os fenômenos da natureza. Essa seria a base da estrutura conceitual dessa nova teoria que, juntamente com o acúmulo de informações provenientes de partes do mundo não exploradas pelos europeus e um aperfeiçoamento dos instrumentos de verificação dos fenômenos naturais, provocou um confronto com os pressupostos antes tidos como eternos<sup>12</sup>.

As ciências físicas teriam a seu serviço fundamentos que as levariam a triunfar. Ao longo do século XVII, esses fundamentos questionaram o saber pretérito.

<sup>10</sup> GAUER, Ruth. Maria Chittó. Falar em Tempo, Viver o Tempo! In: Id. Maria Chittó (Coord.). *Tempo/História*. Organização de Mozart Linhares da Silva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 20. Sobre as ciências naturais nesse período ver: CARVALHO, Rômulo de. *As Ciências Exatas no Tempo de Pombal*. In: *Como Interpretar Pombal no Bicentenário de sua Morte*. Lisboa: Brotéria e Porto: Livraria A. I., 1983.

<sup>11</sup> BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII*. Portugal: Universidade de Évora, 2000.

<sup>12</sup> Sobre a colisão dessas ideias ver: HAZARD, Paul. *O pensamento europeu do século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p.128.



Assim acreditava Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês que considerou a Filosofia Natural como a “grande mãe das ciências”, sem desconsiderar o Deus cristão como criador do universo. Para Bacon, todas as outras formas de saber conheceriam seu desenvolvimento a partir da Filosofia Natural, defendendo uma separação entre a filosofia e a teologia, Deus e a natureza:

A natureza era como Cupido, na fábula: sem pais (não tendo causa fora de si própria), cega (formada por átomos que se moviam cegamente), nua (os átomos da matéria não podem ser descritos de outra forma), e hábil com o arco (representando a ação da matéria através do espaço).<sup>13</sup>

O triunfo dessa nova forma de interpretar a Natureza no Velho Mundo se deu, em grande medida, devido à aceitação das ideias de Isaac Newton (1643-1727) por grande parte dos intelectuais europeus. Segundo Pietro Corsi, apesar de serem ideias originadas no século XVII, apenas no século XVIII ganharam corpo, possibilitando novos horizontes a serem descortinados pelo empirismo, extraíndo da natureza suas próprias leis. Os estudiosos da filosofia, da política, da economia, da teologia e da moral refletiram, por todo o Setecentos, em grande parte da Europa, sobre o tema “Natureza”<sup>14</sup>. Voltaire na França (1694-1778) e Francesco Algarotti (1712-1764) na Itália trabalharam no sentido de divulgar ao grande público essas discussões sobre o mundo natural<sup>15</sup>.

A forma exata da Terra foi uma das muitas polêmicas levantadas nesse período. É então que, em 1735, reúnem-se geógrafos e cientistas de diversas partes da Europa com o objetivo de solucionar essa questão. Liderados pelo astrônomo francês Louis Godin (1704-1760), o grupo seguiu em direção ao Equador. Poucos sobreviveram. Um deles, Charles de La Condamine (1701-1774), emprestou seu

<sup>13</sup> BACON, Francis. Apud BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno; séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 1977. p.70.

<sup>14</sup> CORSI, Pietro. *Décrire ou classer? Taxonomie au XVIIIe. Siècle*. In: SCHAEER, Roland (dir.). *Tous les savoirs du monde*, Encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XX e. siècle. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1996. p.209.

<sup>15</sup> TERRAL, Mary. *Natural philosophy for fashionable readers*. In: FRASCA-SPADA, Marina e JARDINE, Nick. *Books and the sciences in history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.239-254.

nome para que assim ficasse conhecida a expedição que confirmou os cálculos newtonianos<sup>16</sup>.

A publicação, na Suécia, do *Sistema Naturae* de Lineu ocorreu no mesmo ano em que a expedição de La Condamine partiu. Ambos os acontecimentos fizeram com que a História Natural experimentasse um grande desenvolvimento. A obra do naturalista sueco categorizou as formas vegetais, mesmo aquelas desconhecidas, por meio de um sistema de classificação que, algumas décadas depois, orientou a classificação taxonômica dos animais. Lineu tinha como objetivo conhecer completamente a flora e a fauna espalhadas por todos os continentes. Para o sucesso de tal projeto seus alunos da Universidade de Uppsala, na Suécia, foram persuadidos a participarem, unindo-se em corpos expedicionários, partindo com a missão de explorar a flora das regiões designadas<sup>17</sup>.

A Companhia das Índias ajudou financeiramente o projeto de Lineu, além de permitir que seus expedicionários embarcassem como médicos ou pastores nos navios de comércio suecos, tal foi o interesse do Estado em conhecer as potencialidades econômicas do mundo natural. As nações européias se orgulhavam em patrocinar expedições científicas, esperando em troca garantir a exploração de novas espécies naturais. Segundo Pietro Corsi, desde a segunda metade do século XVI, havia propostas de organizar as espécies naturais dos territórios conquistados, todavia, só a partir da necessidade urgente de novos recursos é que as monarquias apoiaram esse tipo de esforço<sup>18</sup>.

Apesar da necessidade de se produzir inventários a partir de uma metodologia lógica e com critérios mais sólidos, os homens de ciência escolheram, cada um ao seu modo, a forma como deveriam elaborar sua investigação sobre a Natureza. Os sistemas de classificação influenciaram a apresentação dos resultados dos estudos, todavia os produtos da natureza a serem classificados continuavam a ser escolhidos de acordo com os interesses, sobretudo econômicos, do observador.

Até o período em que foi publicado o *Sistema Naturae* de Lineu, as classificações botânicas não tinham sido constituídas como ciência exata. A partir

---

<sup>16</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Editora da UNISC, 1999. p.42.

<sup>17</sup> CORSI, Pietro. *Op.cit.* p.210.

<sup>18</sup> Id.

dele, foi possível ter parâmetros matemáticos e geométricos, estabelecendo uma linguagem lógica e rigorosa, propondo um tipo de visão sobre a Natureza que contemplou a ordenação taxonômica.

As discussões no campo da História Natural movimentavam o debate acadêmico. Buffon (1707-1788) e Lineu confrontavam suas teorias. O naturalista francês Jean Baptiste de Lamarck (1744-1829), em torno das discussões sobre as espécies, formulou suas hipóteses utilizando as teorias tanto de Buffon quanto de Lineu, evidenciando a participação de outros homens de ciências na produção do conhecimento, sem necessariamente reconhecer o antagonismo das teorias consolidadas<sup>19</sup>.

O químico francês Antoine Lavoisier (1743-1794), aplicando em suas investigações as proposições que convinham aos seus interesses, utilizou o pensamento de Lineu para formular sua descrição das combinações químicas, procurando demonstrar sua utilidade para o conhecimento científico. Esses estudos sobre o mundo natural e a produção do conhecimento como fundamento para a exploração da natureza caracterizam o século XVIII. Antes tidos como *heresia* científica, os sistemas de classificação foram importantes para compreender os elementos naturais, sendo qualificados como métodos eficientes de acordo com os interesses dos trabalhos de História Natural.

Estudos que investigaram as relações entre os seres vivos e o meio ambiente ampliaram a visão dos homens de ciência, revelando a complexidade dessas relações e do próprio meio natural, desenvolvendo uma “*economia da natureza*”<sup>20</sup>, que mais tarde será chamada de análise dos ecossistemas e estudo ecológico. Um desses estudos foi o de Pierre Louis Maupertuis (1698-1759) que

---

<sup>19</sup> Buffon foi um crítico de Lineu bastante aguerrido; sua ideia de uma natureza dinâmica confrontava a ideia de uma natureza estática, na qual se baseava o sistema proposto pelo naturalista sueco. As duas propostas coexistiram no campo do debate: a “marcha da natureza” teorizada por Buffon fascinava amadores e leitores por meio de ricas e coloridas ilustrações, enquanto que a descrição e nomeação de Lineu ganhavam cada vez mais prestígio entre os intelectuais. As adaptações e transformações das formas de vida eram os alvos do pensamento de Buffon. Para ele, conhecer todas as espécies e gêneros das diferentes regiões do planeta não se apresentava tão útil para o saber científico quanto entender suas leis de reprodução. Ver: CORSI, Pietro. *Op. cit.*, p.208-213.

<sup>20</sup> Também chamada de “política da natureza”. Ideia de uma natureza tornada potencial de forças produtivas destinadas a uma exploração cega, que ganha força a partir do século XVIII, por meio de um texto tecno-científico que apresenta “leis”, “poderes” e “energias” quantificáveis. Todavia, essa ideia é viabilizada diante da objetivação. Ver: BAUDRILLARD, Jean. *Le miroir de la production. Ou l'illusion critique du matérialisme historique*. Paris: Galilée, 1985. p. 55-61.

contribuiu para aproximação entre a História Natural e os fundamentos das ciências exatas, sendo divulgado enquanto as primeiras grandes expedições científicas ultramarinas enriqueciam, com plantas e animais encontrados nos novos continentes, as coleções dos museus de História Natural da Europa<sup>21</sup>.

Lineu, em 1744, e Buffon, em 1778, foram responsáveis por publicar as primeiras hipóteses biogeográficas modernas ao explicarem a distribuição geográfica dos animais, considerando a classificação dos produtos naturais o objeto principal de suas análises. A divisão lógica baseada no pensamento aristotélico fundamentou as proposições de muitos autores de sistemas classificatórios reunindo os três reinos da natureza. Lineu destacou-se pelo seu *Systema Naturae*, publicado pela primeira vez em 1735 chegando à décima edição em 1758<sup>22</sup>.

A grande diversidade biológica encontrada na América do Sul ganhou poucas espécies citadas no trabalho de Lineu, sendo as encontradas nos domínios portugueses na América retiradas da *Historia Naturalis Brasiliae* de Marcgrave e Piso<sup>23</sup>. Segundo Nicolau Sevcenko, isso aconteceu não pelo desinteresse em relação às espécies existentes na colônia portuguesa, mas pela proposital retenção de informações sobre a fauna e a flora desses domínios, como parte de uma política secreta mantida pelo Estado português, impedindo a divulgação de qualquer dado sobre pontos geográficos, posição de rios, clima ou até mesmo notícias sobre a “gente da terra”, para dificultar a ação dos invasores inimigos<sup>24</sup>. Isso demonstra que, na segunda metade do século XVIII, Portugal iniciava seu processo de inserção no

<sup>21</sup> É nesse momento em que os museus de História Natural de Paris e Londres aumentaram consideravelmente seus acervos. Sobre esse aspecto ver : PAPAVERO, Nelson; DANTE, Martins Teixeira; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge. *História da Biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Editora Plêiade & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 1997.

<sup>22</sup> O *Systema Naturae* de Lineu trazia a descrição de 4.236 espécies de animais distribuídos em seis classes, 34 ordens e 312 gêneros. Cf.: LINNAEUS Carolus. *Systema Naturae*. 2. ed. Stockholm: Kiesewetter, 1740. Sobre o trabalho de Lineu relacionado à biogeografia ver: PAPAVERO, Nelson; PUJOL-LUZ, J. R., *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia*. V. O Século das Luzes (Parte I). Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1999. p. 70.

<sup>23</sup> MARCGRAVE, Georg; PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae: in qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Amsterdam: Elzevier. 1648. Editado e anotado por Johannes de Laet. O título completo da obra, em latim, é *Historia Naturalis Brasiliae, in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Uma versão facsimilar da primeira edição, digitalizada pela biblioteca do Missouri Botanical Garden (EUA), pode ser acessada através da Biblioteca Digital Curt Nimuendaju ([http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave\\_1648\\_historia](http://biblio.etnolinguistica.org/marcgrave_1648_historia)).

<sup>24</sup> SEVCENKO, Nicolau. O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura. *Revista da USP*, São Paulo, v. 30, p. 108-119, jun.- ago. 1996. p. 114.

campo da História Natural e que as informações sobre a Natureza do Novo Mundo já faziam parte das estratégias políticas dos estados modernos.

De acordo com Nelson Papavero, entre os anos de 1758 e 1773, os escritos de Lineu foram considerados impróprios pela Igreja Católica e contrários à conduta cristã, sendo proibidos nos Estados papais; logo, Portugal não deveria permitir a utilização do *Systema Naturae*, principalmente a ideia do sistema sexual das plantas que, na perspectiva da Igreja, remetia a uma desorganização do reino vegetal e até a uma promiscuidade impensada para as criaturas de Deus<sup>25</sup>. Esse sistema, visto como “libertino”, explicava como centenas de machos serviam uma única fêmea, apresentando o reino das plantas imerso em pecado<sup>26</sup>.

As principais nações européias, ao longo do século XVIII, experimentaram um período em que as incertezas e especulações provenientes de uma visão de mundo caótico precisavam ser dissipadas por meio da organização desse mundo, para então explorá-lo. Logo, os sistemas de classificação contribuíram nesse aspecto.

Os limites do conhecimento eram constantemente alargados, ao se desvendar simultaneamente, diversas espécies nas mais variadas partes do mundo. Esse esforço, empreendido pelos homens de ciência, era, frequentemente, patrocinado pelos Estados Modernos. Para Paul Hazard, esses filósofos e investigadores do mundo natural eram motivados pelo desejo de ampliar o conhecimento sobre a natureza, sentido-se como “pássaros com patas de chumbo”, devido ao lento ritmo do progresso diante da gama de novas informações<sup>27</sup>.

Sobre o ponto de vista de Paul Hazard, pensamos que o desejo por maiores rendimentos advindo de uma melhor utilização dos produtos da natureza foi o meio pelo qual se deu a execução de trabalhos de História Natural, sobrepondo-se a um simples altruísmo de ampliar o conhecimento sobre a natureza. Os patrocinadores dessas atividades científicas eram movidos por interesses econômicos e comerciais.

---

<sup>25</sup> Sobre a interpretação da Igreja diante do sistema lineano ver: PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, J. R.; LLORENTE-BOUSQUETS, J., *Historia de la biología comparada desde el Génesis hasta el Siglo de las Luces*. Volumen V. El Siglo de las Luces (Parte I). Universidad Nacional Autónoma de México, México, D. F. 2001.

<sup>26</sup> PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, J. R. *Op. cit.*, 1999.

<sup>27</sup> HAZARD, Paul. *Op. cit.*, p. 131.

Nesse contexto europeu de patrocínio de expedições científicas, a Coroa portuguesa procurava atualizar-se sobre os temas da História Natural, todavia, foi a necessidade de buscar recursos naturais que determinou seu reconhecimento desse campo da ciência. A organização da Comissão Demarcadora de Limites, que tratamos no capítulo anterior desta dissertação, contava com técnicos ligados ao campo da História Natural, evidenciando a importância que passava a ter o conhecimento sobre a Natureza e a consequente exploração dos recursos naturais no ultramar.

As instruções dadas aos membros da Comissão da Parte do Norte<sup>28</sup> deixavam bem claro o que a administração metropolitana esperava como resultado dessa expedição

Nas ordenanças acima estabelecidas se incluirão as advertências seguintes: que os comissários, geógrafos, e mais pessoas inteligentes das três tropas, vão tomando por apontamento os rumos, e distâncias das derrotas, as qualidades naturais dos países; os habitantes que neles vivem e os seus costumes; os animais, rios, lagoas, montes, e outras semelhanças, cousas dignas de se saberem, pondo nomes de comum acordo a todas as que o não tiverem para que sejam declaradas nos mapas e relações com toda a distinção, e procurando que as suas observações, e diligências sejam exatas, não só pelo que pertence a demarcação da raia e geografia do país, mas também no que pode servir para o adiantamento das ciências, o progresso que fizeram na História Natural, e observações físicas e astronômicas<sup>29</sup>

As “ordenanças” acima destacadas demonstram essa nova atitude dos agentes da Coroa em relação à Natureza. Elas assumem uma postura baseada nas ciências exatas com o propósito de garantir os limites das possessões do reino e, sobretudo, potencializar a exploração dos recursos naturais da colônia. Os elementos que constituíam o Vale Amazônico deveriam ser cautelosamente anotados com um fim burocrático e intelectual. Burocrático, “para que sejam declaradas nos mapas e relações com toda distinção”, para servir aos interesses da Coroa, com um fim intelectual, para o “adiantamento das ciências”, desde o final do

<sup>28</sup> A Comissão Demarcadora de Limites enviada aos domínios portugueses na América se dividiu em dois agrupamentos: Norte e Sul; como tratamos no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>29</sup> Artigo XX do Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte, reconhecido pelo rei de Portugal em 05 de Julho de 1752. Apud ADONIAS, Isa., Pesquisa histórica. Historical research, in Anôn., Ed. Fauna e flora brasileira do século XVIII. São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht, 1986. p. 29-30.

século XVII, chamado de Revolução Científica<sup>30</sup>.

No momento em que havia a necessidade de modernizar cientificamente o Estado português e realizar a demarcação dos territórios, dentre eles o Vale Amazônico, a formação da Comissão Demarcadora de Limites também cumpriu ações políticas e administrativas que se baseavam no saber científico. Diante desse contexto de valorização dos homens de ciência e dos trabalhos de História Natural, Antonio Landi recebeu o convite para integrar a Comissão Demarcatória na função de desenhador. Coube ao arquiteto italiano relatar, por meio de seus desenhos, as vistas dos lugares de importância estratégica, os moradores nativos, os animais, plantas e “outros objectos dignos de notícia”<sup>31</sup> encontrados por ele no Vale Amazônico, contribuindo sobretudo para o conhecimento português sobre a Natureza do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que deveria ser garantida como posse e explorada, objetivos principais do avanço das ciências em Portugal.

A “Expedição do Maranhão” contava com o material artístico e instrumental científico necessários. A lista do material levado pelas companhias da Comissão, assim como a bibliografia presente, expressa o momento de matematização do conhecimento

Companhia 3ª[...] Numero 33 Caixas de Chaves = Comp.ª G.ª<sup>al</sup>. N.º 30=31=32 Comp.ª G.ª<sup>al</sup> são as Caixas dos Livros, em q' se contem os seguintes: 7 Tomos do Tratado dos Limeites da America entre as Coroas de Portugal, e Espanha. [...] 2 Tom de Figure de La Terre par Bouguer. [...] 4 jogos de viagem, e observações de Condamine; contem cada jogo 2 tom.<sup>32</sup>

Segundo Cláudia Beatriz Heynemann, durante o século XVIII, a atuação do Estado moderno português buscou conhecer essa natureza colonial por motivos filosóficos e, sobretudo, por seus interesses econômicos. Dessa maneira, colônia e natureza se confundiram como instâncias de domínio e conhecimento influenciando

<sup>30</sup> Sobre os aspectos da Revolução Científica ver: ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1972.

<sup>31</sup> Marco Antonio de Azevedo Coutinho [Carta ao padre João Alvarez de Gusmão, em 19/04/1750] - AHU, Brasil, Limites, Caixa 1. Doc. 8/1. fl 1.

<sup>32</sup> Sobre a lista da expedição ver: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. 2. ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. p. 230-235. (Lendo o Pará;15)

as crônicas e as descrições sobre o as espécies naturais elaboradas pelos homens de ciências<sup>33</sup>.

Tanto a “Figure de La Terre” do matemático francês Pierre Bouguer (1698-1758), publicada em 1749 quanto as “observações de Condamine” listadas na bibliografia podem ser relacionadas diretamente à viagem iniciada em 1735 por Charles Marie de La Condamine, com o objetivo de verificar questões como a forma da Terra. Essa expedição ficou conhecida pelo nome do acadêmico francês.<sup>34</sup>

A literatura acadêmica referente à “nova ciência” estava, em certa medida, à disposição de Antonio Landi e dos demais comissionários. A lista de material pedida pelo italiano, incluindo a bibliografia requerida, evidencia o conhecimento da existência da literatura produzida a partir da ideia desse novo olhar científico e da intenção de realizar um trabalho baseado na racionalidade. Uma característica dos trabalhos de História Natural, ao longo do século XVIII, foi a interpretação do mundo natural em uma perspectiva racional, considerando cada vez menos o sobrenatural. Essa lista bibliográfica também contava com autores do período renascentista, como Pier Andrea Matitioli (1501-1577) e Ullisse Aldrovandi (1522-1605), citados pelo desenhador bolonhês em suas descrições sobre a Natureza do Grão-Pará.

Esse projeto político de explorar as potencialidades naturais da colônia portuguesa na América utilizou os conhecimentos resultantes das alterações ocorridas na Física, Matemática e Astronomia. Os súditos do reino passaram a utilizar esse conhecimento técnico, lógico e sistemático, em suas descrições e classificações do mundo natural, apresentando sugestões de exploração dessa Natureza, com o objetivo de serem reconhecidos como sujeitos dispostos a contribuir com esse projeto metropolitano, almejando os benefícios que esse envolvimento proporcionaria, como apresentamos no segundo capítulo desta

<sup>33</sup> HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. História Natural na América Portuguesa - 2ª metade do século XVIII, *Varia História*, Belo Horizonte, n. 20, p. 97-117, 1999. p. 99.

<sup>34</sup> Sobre a expedição de Charles-Marie de La Condamine e os processos de apreensão da Natureza amazônica ver: COELHO, Mauro Cezar. Diários sobre o Cabo Norte: interesses de Estado e relatos de viajantes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA; Macapá: UNIFAP, 2001. p. 30. Ainda sobre o trabalho de La Condamine, Neil Safier destaca sua recriação da narrativa dramática e mítica sesceitista sobre as mulheres guerreiras que habitavam separadas dos homens. SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 91-114, June, 2009.



dissertação.

Segundo Paolo Rossi, a História Natural se apresentou como disciplina que estudou uma parte do mundo que funcionaria sem a participação humana. O termo “História Natural” já havia sido utilizado na obra *A verde Floresta*, de John Maplet, em 1576, mas, a partir de 1752, ele não expressava mais aspectos simbólicos da natureza, rejeitando fábulas, lendas e mitos, buscando uma análise menos pessoal e de caráter metodológico<sup>35</sup>.

A História Natural se apresentou como um novo campo de investigação que deveria buscar a verdade na Natureza. Essa nova forma de pensar, citada nas instruções para as demarcações do norte, não deveria desconsiderar os filósofos da Antiguidade, tampouco as palavras bíblicas, todavia deveria ir além dessas leituras. Essa procura pela verdade, chamada por Michel Foucault de “vontade de saber”, deveria produzir um conhecimento passível de observação, mensuração e classificação. Seria necessário, além de ler, ver; além de comentar, verificar; e deixar envolver-se com a racionalidade encontrada nos seres vivos<sup>36</sup>.

O mecanismo cartesiano, que constituiu mais tarde um obstáculo, teria sido primeiro como que o instrumento de uma transferência e teria conduzido, um pouco à sua revelia, da racionalidade mecânica à descoberta dessa outra racionalidade que é o ser vivo<sup>37</sup>.

As instruções para as Demarcações da parte do Norte apresentaram regras claras e estabelecidas, propondo um conhecimento de nível sobretudo técnico, preocupado em produzir material inteligível, racional e útil, capaz de compreender essa “outra racionalidade que é o ser vivo”, com o objetivo de executar o projeto de ocupação e exploração da Natureza do Vale Amazônico. Portugal lutava para vencer uma crise econômica. Nas palavras de Antônio Sergio, ele buscava retomar seu “percurso interrompido”, como diz, utilizando mais uma vez o tema das Navegações<sup>38</sup>. Por meio das riquezas encontradas no Vale, o reino vislumbrava a saída desse problema.

<sup>35</sup>ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Cia das Letras, 1985 [1962]. p. 53.

<sup>36</sup>FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 17.

<sup>37</sup>Id. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, 1968. p. 172

<sup>38</sup>SÉRGIO, Antônio. O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas. Ensaios. Tomo II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1977. p. 36.

Segundo Maria Odila, a Coroa portuguesa passou a reconhecer nos domínios portugueses na América um lugar de potencialidades, valorizando cada vez mais os produtos da natureza tropical<sup>39</sup>. Gilberto Freire via nessa solução um paradoxo: a natureza tropical que desafiava a adaptação do colonizador era a mesma que poderia sustentar seu desenvolvimento<sup>40</sup>.

Apesar da proposta da administração portuguesa de promover expedições como a da Comissão Demarcadora, da qual Antonio Landi fazia parte, o conservadorismo e o tradicionalismo das instituições políticas e culturais influenciavam as ações implementadas no Novo Mundo. O arquiteto italiano vivenciava um ambiente em que o avanço das atividades científicas somente poderia ser justificado caso contribuíssem sobremaneira ao projeto de exploração da natureza colonial. José Luiz Cardoso chama atenção para o fato de que o pensamento português continuava dominado pela escolástica do ensino jesuítico e cauteloso diante da intransigência inquisitorial<sup>41</sup>. Consideramos que foi essencial para que Antonio Landi obtivesse bom êxito, em seu plano de ampliação das relações com a burocracia colonial, ter percebido os limites impostos por esse conservadorismo, procurando respeitá-los em seu texto científico, para que suas intenções políticas pudessem ser bem encaminhadas.

Era natural, segundo Rômulo de Carvalho, que os letrados não portugueses que assumiram uma identidade estrangeira, fossem julgados por muitos como portadores de ideias modernas e transformadoras e, pelos círculos mais conservadores, possuidores de uma mentalidade estranha e não merecedora de confiança. De acordo com o referido autor, Portugal importou a preferência pelas modernas ciências há muito desenvolvidas nas cortes europeias mais proeminentes, promovendo viagens por todo o Velho Mundo, caracterizando um gosto pelo cosmopolitismo<sup>42</sup>. Consideramos esse despertar para a História Natural uma necessidade de sistematizar o conhecimento sobre a Natureza com o propósito de explorá-la.

<sup>39</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. Op. cit. p. 113.

<sup>40</sup> FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

<sup>41</sup> CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p. 44.

<sup>42</sup> CARVALHO, Rômulo de. *A física experimental em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: ICALP, 1982. p. 55.

Ao longo do século XVIII, a administração Portuguesa desenvolveu uma visão sobre a Natureza e um método de utilização da História Natural diferente daqueles empregados no período em que se valia quase que exclusivamente da pesquisa de plantas para fins curativos. Buscou-se, a partir do Setecentos, as atividades científicas de recolhimento, observação e descrição da flora e fauna. A contratação de técnicos estrangeiros demonstra, em certa medida, a ausência de portugueses capazes de realizar esse tipo de trabalho científico<sup>43</sup>.

D. João V estimulou o saber científico por meio de convites e contratações de estrangeiros ou mesmo promovendo o gosto pelos estudos astronômicos e da Física Moderna entre os Jesuítas. Em 1722, dois inicianos foram contratados para realizar levantamentos cartográficos nas possessões lusitanas na América, com o objetivo de definir os limites entre as colônias de Portugal e Espanha na região do Prata, o português João Baptista Carbonne e o italiano Domenico Capassi<sup>44</sup>. Essas atitudes demonstram a percepção por parte da Coroa em utilizar os trabalhos técnicos para seu benefício.

Domenico Capassi viajou para o Estado do Brasil, em 1729, acompanhando de Diogo Soares, português, que se dedicou ao estudo da geografia e da História Natural. Em relato feito pelo padre jesuíta João Baptista Carbonne, citando o trabalho de Diogo Soares, podemos notar a recepção que a História Natural pretendia.

[Diogo Soares] forma, no mesmo tempo, uma História Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos, animais e pássaros que há no Brasil, aplicações tão úteis que só se devem à diligência com que Sua Majestade provocava adiantar as ciências, pois não só serviriam a Portugal mas também à Europa que delas faz a devida estimação<sup>45</sup>.

Como podemos verificar no excerto transcrito, relatando impressões sobre o trabalho de Diogo Soares, a descrição da paisagem e o inventário de plantas e de animais encontrados na colônia servia de agrado ao rei, que apreciava tal tipo de incursão naturalista, no intuito de “adiantar as ciências”, diante do cenário de atraso

<sup>43</sup> Id. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1987. p. 56.

<sup>44</sup> CARVALHO, Rómulo de. *Op. cit.*, 1987. p. 24.

<sup>45</sup> Carta de João Baptista Carbonne para Manuel Pereira de Sampaio. Apud CARVALHO, Rómulo de. *Op. cit.*, 1987. p. 24.

em que vivia Portugal em relação aos temas da História Natural. Assim, as impressões sobre o trabalho de Diogo Soares evidenciam o aspecto político que envolvia o trabalho com a História Natural, inserido no projeto português de estímulo ao saber científico.

A burocracia portuguesa e a própria realeza lusitana passaram a trazer para bem próximo as atividades científicas, como, por exemplo, as experiências de física moderna e os laboratórios de astronomia. Assim, foram estabelecidos os gabinetes de Física Experimental, alguns deles apresentando sessões no reinado de D. José. A aristocracia conservadora de Portugal ainda iria se incomodar com as sessões dedicadas à filosofia natural, aceitando as novas discussões ao longo do tempo<sup>46</sup>.

Segundo Rômulo de Carvalho, a notícia de que a administração Portuguesa agiu de maneira acolhedora para com os estrangeiros interessados nas ciências modernas, promovendo e disseminando o entusiasmo pelas experiências científicas, atraiu muitos estrangeiros interessados em participar desse rentável mercado<sup>47</sup>. Consideramos que os componentes da Comissão Demarcadora de Limites, dentre eles Antonio Landi, aceitaram a proposta de trabalho, oferecida pela Coroa portuguesa, tendo conhecimento das dificuldades, mas também conscientes das vantagens que lhes trariam trabalhar com as ciências naturais, pois teriam a oportunidade de se projetarem como súditos capazes de desenvolver os negócios do rei na colônia.

O gosto pelos assuntos referentes à natureza ganhou um significado de erudição, característica da elite culta, virtude própria de um aristocrata, habilidade indispensável àqueles que aspiravam por ocupar altos cargos burocráticos ou mesmo pertencerem ao clero<sup>48</sup>. O Inventário realizado por Antonio Landi pode ser entendido diante desse cenário, como uma apresentação da erudição de seu autor por meio de sua habilidade e interesse diante dos assuntos referentes à História Natural.

A intelectualidade portuguesa se preocupou em demonstrar que o passado de Portugal também contava com uma tradição científica no campo da

<sup>46</sup> CARVALHO, Rômulo. *A astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa: ICALP, 1985: p. 46.

<sup>47</sup> CARVALHO, Rômulo. *Op. ci.t.*, 1985. p. 66.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 62.

História Natural. O discurso de Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) evidencia essa preocupação

Haviam alguns particulares que para mostrarem seu gosto, e inclinação aos estudos da Historia Natural, tinham pela continuação de alguns anos ajuntado muitas produções da Natureza para enriquecerem seus Museus [...] como [...] o do conde de Ericeira, [que] continha muitas coisas pertencentes à História Natural com uma boa coleção de medalhas<sup>49</sup>

O excerto em destaque também demonstra como importantes figuras da sociedade portuguesa se relacionavam com a História Natural, que, ao longo do século XVIII, foi importante para sistematizar a exploração da Natureza, fato que interessava essa elite aristocrata. Além de debaterem o assunto, foi importante que os súditos que aspiravam por recompensas junto à Coroa produzissem trabalhos que despertassem o interesse por sua utilidade ao projeto de exploração da Natureza colonial.

Desde o século XVI, os homens de ciência alimentavam um mercado de ávidos e curiosos eruditos por uma flora e fauna exuberante e exótica, tornando essas viagens em expedições de exploração científica. Ao longo do século XVIII, podemos acrescentar a essa curiosidade em relação à Natureza a necessidade de transformá-la em produtos rentáveis aos cofres das Coroas. Antonio Landi vivenciou esse ambiente em que a intelectualidade e os administradores do reino buscavam informações sobre a Natureza com o objetivo de encontrar possibilidades de exploração. Consciente do valor que os trabalhos de História Natural gozavam, consideramos que o arquiteto bolonhês elaborou seu Inventário com o intuito de se aproximar dos patrocinadores desse tipo de atividade, projetando seu nome como súdito capaz de participar do projeto de exploração da natureza colonial.

O comércio de curiosidades e exotismos não desapareceu. Os gabinetes de curiosidades e museus por todo Velho Mundo garantiram esse mercado, influenciando a burguesia abastada e demais erudita a imitar esse costume já tradicional entre reis e príncipes. O gosto pelos assuntos relacionados à História Natural fundamentava o prestígio diante da sociedade colonial. Especialmente os

<sup>49</sup> LISBOA, Baltasar da Silva. *Discurso Historico, Politico e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brazil*. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786. p. 15.

súditos tinham nesse tipo de atividade sua oportunidade de ampliar a esfera de relações que pudessem ser vantajosas em sua trajetória social. Até os funcionários mais próximos à Coroa se utilizavam desses recursos para demonstrar suas habilidades e alcançar prestígio.

Segundo Cláudia Beatriz Heynemann, o projeto português de participar de maneira atualizada nas discussões modernas da ciência, tinha como “uma de suas tarefas o inventário da natureza física da colônia, onde a História Natural, como a história da natureza, é a sua própria história.” Era necessária uma linguagem própria da História Natural no século XVIII, as plantas e os animais deixam de ser simplesmente criaturas de Deus para se transformar em produtos da natureza, alterando a relação entre o homem e o mundo natural, e com o próprio fazer científico<sup>50</sup>.

Ao descreverem as plantas e os animais, Michel Foucault assinala que os homens de ciências deveriam exercitar um distanciamento para que suas observações fossem consideradas imparciais cientificamente, pelo menos esse foi um pressuposto teórico da ciência moderna, perseguido mas nem sempre utilizado em sua plenitude. Segundo o referido autor, a História Natural do século XVIII imprimiu no trabalho científico essa aproximação do observador em relação à natureza para que seus produtos fossem classificados, e promoveu um distanciamento para que os mesmos produtos pudessem ser analisados<sup>51</sup>.

Segundo Paul Hazard, apesar de a burocracia colonial ter usado os trabalhos de História Natural como instrumentos de conhecimento capazes de alcançar um saber universal, esses instrumentos também cumpriam um papel político e de reafirmação do poder<sup>52</sup>. Dessa maneira, consideramos que aqueles que pretendiam alcançar os privilégios concedidos por essa elite metropolitana tinham, na produção de informações sobre essa natureza, um caminho para projetar seu nome como súdito capaz de contribuir com o projeto de exploração da Natureza colonial, aproximando-se do poder real.

*A Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*, foi elaborada em um contexto em que as atividades relacionadas com a História Natural

<sup>50</sup> HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Op. cit., p.103.

<sup>51</sup> FOUCAULT, Michel. Op. cit., 1968. p. 172.

<sup>52</sup> HAZARD, Paul. Op. cit., p.128.

permitiram ao autor estabelecer vínculos fundamentais para efetuar seu projeto de ampliação das relações sociais no universo colonial, apresentando suas habilidades e demonstrando capacidade para desenvolver os negócios do rei na Colônia. Dessa forma, podemos reconhecer o texto científico elaborado por Antonio Landi como um discurso político.

Assim, consideramos que o Inventário de Antonio Landi sobre a Natureza do Grão-Pará não foi elaborado somente a partir do projeto metropolitano de resgate dos estudos científicos no Império Ultramarino, ou que tenha sido um reflexo das teorias mais bem aceitas entre os naturalistas europeus. O trabalho de História Natural do arquiteto italiano foi, sobretudo um discurso político, fazendo parte de seu projeto de alcançar uma melhor condição na sociedade colonial.

As comparações, os relatos do cotidiano, as observações e as propostas foram elementos que compuseram as descrições de Antonio Landi. É o objetivo da parte que segue perceber como esses elementos nos permitem caracterizar o trabalho de História Natural do arquiteto italiano como um discurso político capaz de projetá-lo como homem de ciência e morador da colônia confiável, competente e disposto a contribuir com o projeto metropolitano de exploração dos recursos da Natureza colonial.

### 3.2 SUGESTÕES POLÍTICAS NA DESCRIÇÃO DE ANTONIO LANDI

Há por todo lado *curiosi* que lançam mão à obra; este inicia uma coleção de borboletas, aquele um herbário; este manda vir do estrangeiro os prismas que lhe permitirão decompor a luz, ou o óculo com que poderá ver os anéis de Saturno. Quem pretende agradar à sua amada, envia-lhe insetos raros que se irão juntar, numa vitrina, aos que ela já possui, quem deseja fazer figura de sábio, publica a descrição de um museu de História Natural; quem viaja vai munido de caixas, redes, tesouras e lupas.

---

Paul Hazard

A preocupação central do texto científico de Antonio Landi, consubstanciado em seu Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará, foi projetar seu autor como homem de ciência, interessado em contribuir com o projeto de exploração colonial dirigido pela Coroa portuguesa. Isso não significou, como algumas interpretações fazem ver, que o referido trabalho de História Natural foi um desdobramento dos interesses metropolitanos, ou apenas um reflexo das teorias científicas em curso na Europa. Ao contrário, e como demonstra o excerto que inicia este segmento, a descrição de plantas e animais se constituiu, sobretudo, em um discurso político, pois possuía como motivação principal chamar a atenção de seus leitores fazendo de seu autor “figura de sábio”<sup>53</sup>, potencializando a ampliação de seu prestígio na sociedade colonial.

O Inventário sobre a Natureza realizado por Antonio Landi, ao fazer parte de seu projeto de ampliação das relações sociais, apresentou-se como um texto científico de caráter sobretudo político. Neste segmento pretendemos demonstrar como as descrições das plantas e dos animais elaboradas pelo arquiteto bolonhês evidenciam suas intenções de chamar a atenção da administração colonial projetando-se como súdito sábio e erudito, colocando-se à disposição do projeto de exploração dos recursos da Natureza nos domínios portugueses do Ultramar com a

---

<sup>53</sup> HAZARD, Paul. *Op. cit.*, p. 128-129.



intenção de ser reconhecido como alguém que possuía um olhar empreendedor, capaz de transformar em riqueza os recursos encontrados no meio natural.

Desde o século XVII, e ao longo de todo século XVIII, os homens de ciência divulgavam suas atividades científicas com o interesse de frequentar os espaços privilegiados dos sábios e eruditos. Segundo Paul Hazard, aqueles que cultivavam as ciências de vanguarda, como a História Natural, eram motivados, sobretudo pela vaidade de figurar como membros de instituições científicas, a fim de divulgar seus nomes e pleitear recompensas. De acordo com o referido autor, o idioma em que a obra seria escrita ou traduzida indicaria a intenção do autor de ter seu trabalho apreciado pelas academias de ensino que tinham aquela língua como oficial. Consideradas centros difusores do saber, essas instituições, se aprovassem a obra em questão, garantiriam reconhecimento ao autor no meio intelectual, valorizando o trabalho diante daqueles que patrocinavam esse tipo de atividade<sup>54</sup>.

*A Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*, elaborada por Antonio Landi entre os anos de 1772 e 1773<sup>55</sup>, foi escrita na língua de origem do autor, o italiano. Essa escolha, longe de ser natural ou inocente, parece demonstrar a intenção do autor de ser apreciado pelas instituições e os sujeitos que utilizavam o tal idioma. Considerando o argumento acima apresentado por Hazard, observaremos que a escolha do idioma pelo arquiteto bolonhês buscava estabelecer vínculos que contribuíssem para o desenvolvimento de seu projeto de ampliação das relações sociais. O relato do bispo do Pará, D. frei João de São José Queirós, em sua segunda visita pastoral em 1762, apresenta as intenções de Antonio Landi quanto ao público alvo de seus trabalhos: “O insigne desenhador José Antonio Landi tem já uma coleção de flores e frutos deste estado, diz ele que para oferecer à sua Universidade de Bolonha, e entre tantas raridades esta será bem célebre”.<sup>56</sup>

O excerto acima transcrito demonstra a intenção de Antonio Landi em estabelecer um vínculo com uma importante instituição de ciência italiana, a Universidade de Bolonha, pretendendo ser reconhecido pelo seu conhecimento, divulgando seu nome e valorizando seus esforços relacionados às atividades de

<sup>54</sup> Ibid., p. 129-130.

<sup>55</sup> O manuscrito de História Natural de Landi é reconhecido por Isabel Mendonça como escrito muito provavelmente no ano de 1773. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 307.

<sup>56</sup> D. frei João de São José Queirós, *Memórias de D. frei João de São Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará*, Porto: Tip. Da Livraria Nacional, 1868. p. 345.

História Natural. Outro fato que nos permite perceber suas intenções de estabelecer vínculos com sujeitos que receberiam com maior facilidade escritos em italiano foi a contribuição ao Jardim Botânico da Ajuda, que tinha como diretor o italiano Domingos Vandelli. Em carta ao referido diretor, Antonio Landi informa:

Já fiz um livro de plantas do natural e teria desenhado um maior número se tivesse aqui encontrado um daqueles mecenas que muitas vezes se encontram noutras partes e já a esta hora teria posto em boa forma tantas por mim recolhidas, as quais consistem em flores (...), ramos secos e sementes, que quase são infinitas, ainda que não se saiba até agora nem a designação, nem o valor. Por fim devo dizer-lhe que será necessário recomendar aos senhores capitães nos navios a carga dos mesmos, porque apesar de o saberem, muitas vezes fazem-se difíceis<sup>57</sup>.

O trecho da carta em destaque foi escrito por Antonio Landi, a 20 de janeiro de 1771, em italiano, pois o objetivo principal era estabelecer contato com Domingos Vandelli, que tinha o italiano como língua de origem. As palavras de Antonio Landi tiveram o objetivo de apresentar seus esforços no campo dos estudos sobre a Natureza, demonstrando sua erudição, figurando como sábio, morador da colônia. Esse tipo de divulgação das habilidades com a História Natural, como já observamos, pretendia garantir demandas por cargos mais elevados. O diretor do Jardim Botânico da Ajuda era reconhecidamente um sujeito capaz de contribuir nesse sentido, nomeando homens de ciência capazes de contribuir com a investigação da Natureza. Daí considerarmos a utilização dos trabalhos de História Natural como parte do projeto de ampliação da esfera de relações na sociedade colonial, tomando forma de um texto com funções, sobretudo, políticas.

O “livro de plantas do natural” citado nessa carta de Antonio Landi enviada a Domingos Vandelli é indicado por Isabel Mendonça<sup>58</sup> como o mesmo referido no “Inventário do Real Gabinete de História Natural (...)” de 1794 como *Icones Plantarum Paraensium*, da autoria de *Antonii Joseph Landi*<sup>59</sup>. Sobre os desenhos da “coleção de flores e frutos” a que se refere o Bispo do Pará; não é sabido se o arquiteto italiano chegou a oferecê-los à Universidade de Bolonha. Entretanto, na Biblioteca Municipal do Porto encontra-se o manuscrito contendo a

<sup>57</sup> Antonio José Landi [Carta a Domingos Vandelli, em 20/01/1770] – Apud MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 306.

<sup>58</sup> Id.

<sup>59</sup> Miguel Figueira de Faria assinala que este “livro de plantas do natural” encontra-se na BNRJ, I-11, 1, 10. Cf. FÁRIA, Miguel Figueira de. *Imagem útil*, Lisboa: Ed. UAL, 2001. p. 159-161.

descrição das plantas e animais do Grão-Pará, oferecido a Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador do Mato Grosso. O conteúdo desse códice demonstra que foi acompanhado de um álbum de desenhos ilustrando as plantas descritas, que poderia ser aquele citado pelo Bispo do Pará.

O trabalho de História Natural oferecido por Antonio Landi ao governador do Mato Grosso apresenta a descrição de plantas, pássaros, quadrúpedes, répteis e peixes. Inicia descrevendo o cajueiro, intitulado “caju”

É árvore frutífera, e tem duas qualidades: a primeira cresce da altura das árvores/ comuns e a segunda é arbusto e des-/tas encontram-se bosques repletos. Os frutos/ são iguais, a não ser que estes últimos são/ menores, e mais doces do que os outros. As folhas/destas plantas são largas, e aproximam-se/da forma oval, e nas extremidades são um/ pouco divididas, e grossas. As florzinhas cres-/cem em macinhos nas extremidades dos ramos; são muitas, pequenas, e matizadas de várias cores, branco, amarelo, e vermelho, mas não fazem em/ si boa figura; seu odor, se não é agradável-/vel, não é desprezível; quando produzem os/ frutos, fazem primeiro ver sua semente, que/ no fundo está pendente, e aderida ao fruto,/o qual será do comprimento de 2 a 3 po-//legadas. Não se mastiga, mas se chupa, por ser composto de fibras. Seu gosto não é desprezível porque o sumo é azedo e doce, mas se deixar cair em um pano branco, a mancha não sai mesmo lavando. A semente, aqui chamada de castanha, é como um pingente, e tem a forma de um coração; sua casca é dura, e porosa, e espuma como o alho poró, que tocando duas ou três vezes em um lugar do corpo, abre os poros, causando incômodo, mas untando o lugar tocado, é anulada a ação da espuma, nada causando, mas deve ser com óleo de oliva. A semente assada é mais delicada que o pinhão (...)<sup>60</sup>

A transcrição da descrição do cajueiro, relato que inicia o Inventário de Antonio Landi, justifica-se pelo fato de demonstrarmos um exemplo mais amplo do texto descritivo elaborado pelo autor. Antonio Landi assinalou quando havia ocorrência abundante da árvore ou do arbusto em questão, procurou apresentar como os colonos utilizavam as plantas, seus usos curativos, alimentares e outros mais, ao longo da obra apresentou seu gosto pessoal diante dos vários frutos que teve contato, comparou os sabores com aqueles próprios do paladar europeu e, invariavelmente, descreveu a anatomia botânica de uma maneira geral.

Outros elementos são apresentados ao longo do Inventário. São feitas referências ao álbum de desenhos que acompanhou a obra, às características

<sup>60</sup> Antonio José Landi, *Descrizione di varie Piante, Frutti, Animali, Passeri, Pesci, Biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitanìa del Gran Parà (...)* - BPMP, Códice 542, fl. 1. Esse manuscrito foi publicado em sua versão original em italiano por Isabel Mayer Godinho Mendonça. Nossa tradução. Cf. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Op. cit.*, 2003. p. 757-799.

culturais dos moradores da colônia, são anotados os produtos da natureza que eram enviados à Europa, são relatados episódios que nos permitem conhecer parte do cotidiano dos habitantes da capitania, são apontados em que períodos acontecem os plantios e as colheitas, os produtos cobiçados pelos estrangeiros, são citados alguns filósofos da História Natural e o autor transparece sua religiosidade em algumas passagens de sua obra. Consideramos importante para o argumento desta dissertação destacar o cuidado que Antonio Landi teve em demonstrar seu conhecimento em relação à utilização das madeiras e à preocupação em propor sugestões de uso dos produtos da natureza encontrados no Vale Amazônico no sentido de transformá-los em riqueza em benefício da Coroa.

O excerto que inicia esta parte da dissertação apresenta o argumento de que os sujeitos que realizavam atividades relacionadas à História Natural, no século XVIII, também possuíam interesses políticos manifestados por meio do texto científico, buscando projetar sua figura como sábio, conhecedor da nova ciência. Compartilhando desse pensamento, consideramos que o Inventário elaborado por Antonio Landi procurou apresentar a figura de seu autor como sábio e erudito, utilizando um texto que buscou ser reconhecido como científico também por meio das descrições anatômicas das plantas.

A descrição da Jenipaparana (*Gustavia augusta*) demonstra essa preocupação de caracterizar o texto como científico descrevendo com algum rigor a anatomia botânica do referido vegetal

Esta é uma árvore muito grande, suas/ folhas têm o comprimento de um palmo, e estão divididas/ em quatro partes por meio de três pedunculinhos, que/começam no fundo da folha, e se unem/ na extremidade. (...) São compostas de seis pétalas brancas, as/ quais estão galantemente reviradas em/sua extremidade, participando de uma cor/ amarelada. E cada uma das supraditas pétalas// tem um pedacinho da mesma separado e/ como se fosse rasgado, tornando-a diferente/ de todas [as outras]. No meio tem então um círculo/ composto de finos nódulos, como fibras, e uma é/ de cor amarela, e outra murzela, e no meio fica/ vazio para dar lugar às outras florzinhas que/ saem para fora e a flor inteira terá de largura/ pouco mais de um filipe.<sup>61</sup>

Consideramos essa observação de Antonio Landi sobre a Jenipaparana fundamental para que seu texto seja reconhecido como científico, possibilitando que

<sup>61</sup> BPMP, Códice 542, fl. 9.

sua intenção de projetar-se como homem culto e conhecedor dos métodos de investigação da História Natural tivesse bom êxito diante da burocracia colonial. É certo que o rigor da descrição anatômica das plantas irá oscilar, ou seja, alguns vegetais terão sua anatomia descrita com mais profundidade. Essa preocupação será quase nenhuma ou muito sucinta, como no caso da descrição do Anani (*Symphonia globulifera*): “É árvore que serve para vigamento, para re-/mos de navegar, e para muitas outras obras, por-/que dura muito ao coberto, mas exteriormen-/te, e especialmente em lugares úmidos, é de/ pouquíssima duração”<sup>62</sup>.

Essa descrição, em certa medida pormenorizada, também aconteceu em relação aos animais, com o mesmo objetivo de mostrar a erudição e a capacidade do autor em aplicar os métodos de observação da História Natural, todavia com menos detalhes quando comparada à descrição anatômica das plantas. O texto que apresenta as características do Cujubi (*Pipile kujubi*) exemplifica essa afirmação

É ave do tamanho de um faisão, com pescoço longo/ e cabeça viperina. As penas têm cor parda, e todas/ no meio da cabeça têm uma linha de penas brancas, e/ sob a garganta duas barbelas cor de açafão, que ficam/ pendentes<sup>63</sup>.

O entendimento da fisionomia e da anatomia das plantas e dos animais foi uma habilidade essencial aos homens de ciências que pretenderam mostrarem-se como sábios. Essa era uma orientação do próprio Domingos Vandelli que considerava que o estudo da zoologia, por exemplo, consistia além de saber o nome de cada animal, era imprescindível também conhecer sua anatomia, seu modo de viver, sua utilidade, seu poder curativo, como se reproduzem e do que se alimentam<sup>64</sup>, informações que podem ser encontradas nas descrições realizadas por Antonio Landi sobre a Natureza do Grão-Pará.

Segundo Ronald Raminelli<sup>65</sup>, os estudiosos partiam de um conhecimento simples, consultando livros e comparando suas conclusões com opiniões de outros naturalistas, construindo assim suas observações. Contavam também com

<sup>62</sup> Ibid., fl. 92.

<sup>63</sup> Ibid., fl. 132.

<sup>64</sup> VANDELLI, Domenico, *Diccionario dos termos technicos de História Natural*, Coimbra, Officina da Universidade, 1788. p. 2.

<sup>65</sup> RAMINELLI, Ronald. Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: *Revista Tempo*, n. 6, p. 157-182 dez. 1998. p. 164.

laboratórios, jardins botânicos e hortos para ali realizarem investigações mais bem apuradas.

Podemos reconhecer em Antonio Landi a intenção de projetar-se como sujeito que possuía leituras sobre a História Natural em referências feitas por ele a alguns autores, como nas descrições do cedro (*Cedrella. Odorata*): “É certo que esta madeira não é daquela/ espécie que nasce no Líbano, porque suas folhas e/ seus frutos são diferentes daquele, que o Sr./ Salimon descreve no sexto tomo, às páginas/ 220 e 221”<sup>66</sup> e do mamaiacú (*Sphoeroides maculatus*): “Nem/ todos o comem, porque é preciso tirar-lhe certa pele que leva à náusea./ Suponho que este deve ser o peixe inchador/ do qual fala Salmone [?] em sua História”<sup>67</sup>.

Além de demonstrar sua erudição comparando as observações de seu trabalho com as de outros autores, Antonio Landi projetava sua figura de naturalista empenhado no desenvolvimento da História Natural relatando, em meio à descrição da Lontra (*Pteronura brasiliensis*), que possuía um horto<sup>68</sup>, também o fez narrando seu cuidado em cultivar espécies de árvores<sup>69</sup> e experimentos envolvendo as utilidade das plantas, como na descrição da Carajuru (*Arrabidea Chica*), particularmente sobre a extração de tintas das folhas dessa planta

A qual é de uma cor vivíssi-/ma, e muito mais escura que o carmim, e/ depois desta é certamente a mais/ estimável, e muitas vezes a experimen-/tei, com têmpera e com óleo, e resultou-me/ belíssima (...) As flores que estão na/ planta desenhada foram feitas com sua mes-/ma tinta, que é a sua própria, e não/ a reduzi a pó para imitar sua cor./ Tira-sea das árvores, e outra dos/ cipós, como se vê na mesma estampa.//<sup>70</sup>.

A leitura do Inventário sobre a Natureza elaborado por Antonio Landi evidencia a ocorrência de um álbum de desenhos que acompanhava o texto descritivo, ilustrando as plantas que ele havia observado. Não se sabe onde se encontra esse conjunto de ilustrações, certo é que as evidências de sua existência são claras ao longo do texto, como se pode perceber no trecho acima transcrito, evidenciando inclusive o método de pintura das flores que constavam no desenho.

<sup>66</sup> BPMP, Códice 542, fl. 89 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...)

<sup>67</sup> Ibid., fl. 170.

<sup>68</sup> Ibid., fl. 167.

<sup>69</sup> Ibid., fl. 111.

<sup>70</sup> Ibid., fl. 20.

Encontramos a primeira referência ao álbum de desenhos quando o autor descreve uma árvore que “não tem nome próprio”. Ele diz: “No desenho/ não se veem as flores porque não as ti-/nha quando mandei retirar os frutos,/ que pendiam da árvore, muito altos, e nem/ o seu sabor encontrei desagradável”<sup>71</sup>.

Ao longo do século XVIII, a produção de desenhos era considerada muito importante na composição dos trabalhos de História Natural, pois eles eram fontes valiosas de informação, além de valorizarem o esforço do autor. Por meio das ilustrações, a textura, as cores e a anatomia das espécies eram preservadas, além disso, árvores muito altas e os animais de grande porte poderiam ter suas dimensões mais bem representadas. Segundo Barbara Stafford, esperava-se dos homens de ciência empenhados na tarefa da descrição das espécies, que possuíssem essa habilidade para preservarem a qualidade dos indícios colhidos<sup>72</sup>.

As ilustrações que faziam parte dos trabalhos de História Natural consistiam em desenhos aquarelados e a nanquim, dando atenção às plantas e aos animais. Domingos Vandelli pretendia publicar uma obra intitulada História Natural das Colônias, reunindo as principais informações sobre as espécies encontradas nos domínios portugueses no Ultramar. Esse projeto de Vandelli não veio a público, todavia, sua intenção evidencia o interesse de parte das autoridades portuguesas na publicação das estampas<sup>73</sup>. Consideramos, portanto, que esse clima de valorização dos trabalhos de História Natural, contando com o álbum de desenhos, atraiu a atenção de colonos como Antonio Landi, que percebiam o momento oportuno de projetarem seu nome como sujeitos envolvidos com a investigação sobre a Natureza, desenvolvendo estratégias de aproximação junto à administração colonial, potencializando o projeto de ampliação da esfera de relações sociais vantajosas.

Percebido assim o valor que as descrições textuais ganhavam quando acompanhadas pelos desenhos, podemos reconhecer uma relação entre a arte e a

---

<sup>71</sup> Ibid., fl. 12.

<sup>72</sup> STAFFORD, Barbara Maria. *Voyage into substance: art, science, nature, and the illustrated travel account, 1760-1840*, Cambridge : The Massachusetts Institut of Technology Presse, 1984. O trabalho de Martin J. S. Rudwick apresenta a importância que os desenhos de História Natural representaram para a divulgação do trabalho dos naturalista, especialmente por meio dos livros. Ver: RUDNICK, M. J. S. The emergence of a visual language for geological science. *History of Science*, v. 14, p. 149-195, 1976. p. 150-151.

<sup>73</sup> RAMINELLI, Ronald. *Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 969-992, 2001. p. 970.

ciência, quando a natureza descrita na ilustração, além de delinear fielmente uma figura, preocupou-se em representar todos os detalhes do objeto com o máximo de precisão, naturalidade e realismo possíveis, contando com o talento e a perspicácia do autor na utilização das cores e das técnicas da aquarela. Segundo Svetlana Alpers, essas ilustrações coloridas chamavam a atenção para um “duplo aspecto da representação pictórica”: elas registram as observações como em um documento e também “representam como ele aparece”<sup>74</sup>.

O reconhecimento das habilidades artísticas de Antonio Landi, reveladas em seu trabalho de História Natural, foi fundamental para o desenvolvimento de seu projeto de ampliação das relações sociais na colônia. Diante disso, as descrições visuais das plantas, ou seja, os desenhos que formaram o álbum que acompanhou as descrições literais, também podem ser consideradas como importante contribuição para as intenções, sobretudo políticas, de Antonio Landi. O álbum de desenhos que compunha o trabalho de História Natural elaborado por ele valorizava sua obra e divulgava o talento de seu autor com os pincéis, habilidade importante para que arquiteto italiano fosse reconhecido como sábio homem de ciência, potencializando a aproximação da administração colonial.

Assim como essa descrição visual evidenciou a preocupação de Antonio Landi em elaborar um texto científico que fosse acessível aos leitores, garantindo sua projeção como naturalista, a descrição literal também apresentou seus recursos para tornar o relato inteligível. Ao longo do Inventário, o autor faz referência a determinados elementos da natureza exclusivos da dinâmica do Vale Amazônico, ou seja, expressões próprias da colônia. Encontramos um exemplo disso na explicação do modo de transformação da cuia (*Crescentia cujete*) em vasilhas

Depois tinge-se de negro e lixa-se,/ depois pintam-se com cores segundo o uso da/ terra, e assim pintadas, passa-se um verniz/ chamado cumati, que as torne lustrosas como o/ mármore, e as melhores de todas as partes são aquelas/ que se fabricam na vila de Gurupatuba. Este/ cumati não é outra coisa senão a casca de uma/ árvore, a qual reduzida a pedacinhos se infunde em/ água, depois faz-se ferver, e sem mais cerimô-/nia se aplica sobre a pintura e nada mais<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*, São Paulo, EdUSP, 1999. p. 103.

<sup>75</sup> BPMP, Códice 542, fl. 38 – Antonio José Landi, *Descrizione di varie Piante (...)*



A descrição se preocupa em demonstrar o domínio de seu autor diante dos materiais que eram comumente utilizados pelos moradores da colônia. Antonio Landi fez questão de explicar o que representava a palavra “cumati”, propondo-se a traduzir as expressões próprias do Vale Amazônico. Ele repeti esse recurso ao longo do texto, ao traduzir as palavras sapopema<sup>76</sup> e jurupema<sup>77</sup>. Algumas expressões e nomes que eram utilizados no Vale Amazônico também são assinalados, como o leite da seringueira que “aqui se chama de borracha”<sup>78</sup>, as serpentes “que aqui se dizem cobras”<sup>79</sup> e o porco-espinho chamado de cuandu<sup>80</sup>.

O recurso que chamamos de tradução das expressões locais, utilizado pelo arquiteto italiano demonstra seu conhecimento sobre as espécies do Vale Amazônico. Todavia, aproximava-se do leitor europeu ao descrever a anatomia das espécies apoiando-se nas semelhanças com as plantas e animais presentes no Velho Mundo. Ao se referir ao sumo do cacau, por exemplo, o compara com o mosto de uva<sup>81</sup>, ao descrever as folhas do café<sup>82</sup>, da goiabeira<sup>83</sup> e do cupuaçu<sup>84</sup> compara com as folhas do loureiro, da sarça e da tulipa, respectivamente. Ao estabelecer esse tipo de paralelo, além de divulgar sua habilidade de tornar a descrição inteligível, faz questão de apresentar sua experiência como europeu, valorizando sua narrativa.

Durante a segunda metade do século XVIII, a administração colonial necessitava de súditos conhecedores e atentos à dinâmica comercial estabelecida entre Lisboa e o Vale Amazônico, como apresentamos no segundo capítulo desta dissertação, portanto, era importante Antonio Landi deixar claro em suas descrições que não era alheio aos produtos da Natureza que interessavam à metrópole. Ao longo do inventário, ele mostrou esse conhecimento por meio de descrições como do cacau e do tucano:

---

<sup>76</sup> Id., fl. 29.

<sup>77</sup> Ibid., fl. 44.

<sup>78</sup> Ibid., fl. 39.

<sup>79</sup> Ibid., fl. 57.

<sup>80</sup> Ibid., fl. 139.

<sup>81</sup> Ibid., fl. 33.

<sup>82</sup> Ibid., fl. 4.

<sup>83</sup> Ibid., fl. 10.

<sup>84</sup> Ibid., fl. 13.

O modo de trabalhar/ o cacau é o seguinte: o tira-se da planta quan-/do começa a ficar amarelo (...) Terminado esse/ tempo, vai-se metendo ao sol até que/ sequem, e assim podem chegar até nossas partes/ da Europa para fazer o chocolate<sup>85</sup>.

O corpo desta ave é tão grande quanto o de um/ papa-figo, mas é galante, as penas como negras. (...)Sob o pescoço tem um papo de penas finíssimas, com/ duas voltas de outras penas coloridas, que se tiram// para enviar a Lisboa, onde são procuradas/ para fazer ornatos para mulheres (...)<sup>86</sup>.

Além de assinalar os produtos da natureza que movimentavam o comércio entre a colônia e a metrópole, Antonio Landi também demonstrou, por meio das descrições, conhecer a dinâmica do comércio interno da colônia, os caminhos das canoas que negociavam as *drogas do sertão* utilizando o Rio Solimões<sup>87</sup>, a comercialização de peixes conservados no sal<sup>88</sup> e a compra e venda de ovos cozidos de tartaruga em vasos de cerâmica, que são vendidos “comumente a dez tostões e as tartarugas a/ seis, as quais por serem aqui estimadas se vendem logo”<sup>89</sup>.

As descrições elaboradas por Antonio Landi também nos permitem conhecer algumas cenas do cotidiano na colônia: o convívio com os animais domésticos, quando relata sobre a intenção dos gatos em roubarem a polpa do abacate<sup>90</sup>; o perigo do ataque dos animais da selva, quando foi surpreendido por uma surucucu<sup>91</sup>. Os relatos também nos revelam costumes que evidenciam o envolvimento e a integração do arquiteto italiano na colônia, como na descrição do cupuaçu, expondo sua rejeição ao fruto à noite devido o cheiro forte que tomava conta da casa<sup>92</sup>, e ao falar do guaraná ele confessa

<sup>85</sup> Ibid., fl. 32, fl. 33.

<sup>86</sup> Ibid., fl. 123.

<sup>87</sup> Ibid., fl. 141.

<sup>88</sup> Ibid., fl.168.

<sup>89</sup> Ibid., fl.183.

<sup>90</sup> Ibid., fl.17.

<sup>91</sup> Ibid., fl.161.

<sup>92</sup> Ibid., fl.14.

E eu agora me acostumei, e todo// dia o bebo, mas não se deve colo-/car no copo uma grande quantidade, porque tira/ o sono, e eu o sei por experiência, porque/ não sabendo isto, tomei uma boa porção, e fi-/quei um dia e meio sem dormir<sup>93</sup>.

Ao longo do Inventário, o texto científico, ou seja, a descrição da anatomia da espécie, é interrompido por esse tipo de relato que evidencia o cotidiano do autor, demonstrando sua adaptação à rotina local. Mesmo os imprevistos parecem ser contornados com a ajuda dos elementos próprios da colônia, como o relato do episódio em que Antonio Landi se deparou com uma onça, mas foi salvo graças a um índio que avançou assustando a fera com uma espingarda<sup>94</sup>.

Esses relatos do cotidiano também apresentaram o envolvimento de Antonio Landi com as atividades próprias da dinâmica local e que eram fundamentais para a economia colonial, como demonstramos no segundo capítulo desta dissertação. O arquiteto italiano participou de atividades como a recolha e o descimento de índios, como já apresentamos anteriormente, sendo a divulgação dessa informação, por meio das descrições, importante para caracterizá-lo como súdito esforçado, que estava inserido no mundo colonial contribuindo para a transformação dos produtos da natureza em riqueza para metrópole. Podemos conferir essa demonstração presente na descrição de certa planta que ele não recordava o nome, mas cujo fruto havia experimentado na selva porque viu os índios comendo<sup>95</sup>.

Esse ambiente de expedição nas trilhas das matas acompanhado por índios é recorrente em todos os relatos que procuram demonstrar seu envolvimento com as atividades locais. Ao descrever a anta, ele relata o episódio que vivenciou em um acampamento

Vi nadar uma que passava/ o Rio Negro, e era das maiores. Sua carne muitos// a comem, mas é dura, indigesta e de um odor desagradável,/e assim a achei, experimentando-a numa ocasião em que/ me sobreveio à noite onde fizera acampamento.

O relato desses episódios além de divulgar a adaptação e experiência do autor, também nos permitem perceber sua condição de colono, envolvido com

<sup>93</sup> Ibid., fl.45.

<sup>94</sup> Ibid., fl.156.

<sup>95</sup> Ibid., fl.58.

empreendimentos próprios da elite local. A descrição da cobra coral revela a condição de senhor de engenho

É cobra bela de ver-se, porque sua pele/ na maior parte é da mesma cor do/ dito coral. Não cresce muito em comprimento e/ largura, mas sua picada é mortal, e/ dizem que daquele maligno dente atingido, ninguém// escapa. Sei que feriu numa mão meu mestre/ de engenho e por mais que se fizesse não viveu senão/ meio dia, sem jamais proferir alguma palavra,/ e dentro de duas horas depois da mordida/ seu corpo tornou-se todo convulso, e assim morreu<sup>96</sup>.

A descrição do episódio da morte do mestre de engenho evidencia sua condição de homem empreendedor, assistido por funcionários, dono de terras e escravos, como apresentamos anteriormente, súdito que contribuía com a exploração econômica do Vale Amazônico, uma característica que merecia ser destacada no seu Inventário, pois, como esta dissertação argumenta, Antonio Landi pleiteava por figurar como sábio homem de ciência, a fim de potencializar seu projeto de ampliação das relações sociais com influentes figuras da política portuguesa, produzindo seu trabalho de História Natural como parte de sua estratégia.

Como já mencionamos, as orientações de Domingos Vandelli foram importantes para que os súditos portugueses reconhecessem o que a administração colonial esperava quanto aos trabalhos com a História Natural. Em seu *Dicionário dos Termos Técnicos de História Natural*, Domingos Vandelli orienta que os trabalhos com as plantas deveriam revelar as “propriedades, usos econômicos, e medicinais; saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais úteis, os terrenos mais convenientes para isso, e o modo de os fertilizar”<sup>97</sup>.

Reconhecendo a informação de que Domingos Vandelli foi um importante e influente funcionário da Coroa, envolvido com as ciências naturais, e se consideramos o argumento desta dissertação de que Antonio Landi elaborou seu trabalho de História Natural, tendo como principal motivação a divulgação de seu nome como sábio homem de ciência, no intuito de se aproximar da burocracia colonial, iremos perceber que era fundamental para o arquiteto bolonhês seguir, em sua obra, as orientações de Domingos Vandelli, relacionadas na transcrição em destaque.

<sup>96</sup> Ibid., fl.160 e fl. 161 (Grifo nosso).

<sup>97</sup> VANDELLI, Domenico, *Op. cit.*, 1788, p. 3.

A referência às utilidades das espécies é marcante em todo o trabalho de História Natural produzido por Antonio Landi. Ao descrever o abacate, por exemplo, ele registra seu poder de saciar a fome com uma simples porção, propondo que isso fosse “útil para as pessoas pobres”<sup>98</sup>, em seguida, falando sobre a saboeira (*Sapindus saponaria*), anota a utilidade dos frutos dessa árvore de pequeno porte, que “abertos e batidos em água, servem, como sabão” e da semente que “serve para fazer rosário sem torno”<sup>99</sup>. Também apresenta a utilidade da Sumaúma encarnada (*Bombax globosum*) no enchimento de colchões e travesseiros e da Sumaúma branca (*Ceiba pentandra*) no forro de cobertas e vestes de seda<sup>100</sup>.

A descrição do uso medicinal também está presente no relato científico produzido por Antonio Landi. O puxiri (*Licaria puchurymajo*), segundo a descrição, acompanhado de uma porção em vinho ou em aguardente combate “pontadas” e flatos<sup>101</sup>. A ação diurética do guaraná<sup>102</sup> (*Paulinia cupana*) é anotada, assim como o poder balsâmico da copaíba<sup>103</sup> (*Copaifera officinalis*), relatando que as informações sobre seus benefícios à saúde foram conhecidos por meio de outras pessoas, no Vale Amazônico, ou pela tradição européia. Antes de finalizar a extensa descrição sobre cacau, o autor faz questão de anotar a utilidade medicinal dessa espécie: “Não quero deixar de dizer desta plan-/ta, que do fruto se extrai uma gordura, que/ se chama manteiga [de cacau], que é boa por ser/ refrescante, e que é muito procurada para as hemorróidas”<sup>104</sup>.

Assim como a indicação dos usos curativos foi essencial nos trabalhos de História Natural no contexto português em questão, por suprir a escassez de recursos da natureza na metrópole e por representar produtos que poderiam ser comercializados com Lisboa e outras partes da Europa, também foi importante demonstrar “os terrenos mais convenientes para” o cultivo das espécies vegetais. Ao relatar suas tentativas de cultivo do trigo, Antonio Landi, além de evidenciar seu

<sup>98</sup> BPMP, Códice 542, fl.17 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...)

<sup>99</sup> Ibid., fl.18.

<sup>100</sup> Ibid., fl.27.

<sup>101</sup> Ibid., fl.24.

<sup>102</sup> Ibid., fl.44.

<sup>103</sup> Ibid., fl.100.

<sup>104</sup> Ibid., fl.34.

trabalho nos descimentos de índios, como já apresentamos, também procurou demonstrar sua habilidade em perceber as condições de plantio para cada espécie

Com/ o trigo fiz o mesmo, deu muita folhagem, mas não vi/ as espigas, e isto decorre talvez do clima sempre/ igual no calor. Mas quando fui mandado a uma certa/ descida de Índios doze dias acima de Mariuá cheguei/ a certo lugar assaz frio, e coberto de densa neblina,/ e onde nessas terras deveria dar, porque sabemos/que esta planta ama o frio a seu tempo<sup>105</sup>.

Esse tipo de indicação apresentada por Antonio Landi em seu Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará representou também como sugestões ao Reino, acompanhadas por demonstrações que lhe projetava como homem de ciência integrado à vida colonial, conhecedor da dinâmica dessa natureza por meio de sua trajetória no Vale Amazônico e da experiência nele adquirida, apresentados no segundo capítulo desta dissertação.

Ao descrever as árvores frutíferas assinalou a quantidade de tempo para que as espécies dessem fruto ou mesmo os meses do ano que frutificavam. Como na descrição do cacau: “Esta planta, quando chega aos/ cinquenta anos, é considerada velha, e mesmo que seja/ plantada, só dá frutos depois de seis anos.”<sup>106</sup> e do taperebá: “No mês/ de fevereiro deixam cair os frutos, que/ são tantos, que se lhes passa por cima chutando-os”<sup>107</sup>

O excerto da descrição do taperebá, acima transcrito, além de procurar demonstrar o conhecimento do autor sobre a dinâmica natural do Vale Amazônico, também revela, ao longo do texto, a indicação da abundância das espécies no Estado do Grão-Pará e Maranhão, destacando em que lugares foram possíveis encontrar grandes quantidades das plantas ou animais em questão. Assim como o taperebá, que passavam “por cima chutando-os”, outras espécies como os Ingás tinham em sua descrição a informação de serem abundantes: “Esta árvore é abundante nas selvas, e/ não a cultivam, é bela de ver-se por-/que assaz frondosa, porque estende muito/ seus ramos (...)”<sup>108</sup>.

<sup>105</sup> Ibid., fl.117.

<sup>106</sup> Ibid., fl.33.

<sup>107</sup> Ibid., fl.76.

<sup>108</sup> Ibid., fl.34.

O relato de que o Ingá, espécie apreciada, não é cultivado revela uma crítica presente em grande parte das descrições que compõem o Inventário de Antonio Landi: o não aproveitamento completo dos recursos da natureza no Vale Amazônico. Essa crítica parece muito oportuna diante da escassez de recursos naturais no reino português e diante da abundância das espécies nos domínios portugueses, especialmente no Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>109</sup>.

As sugestões feitas por Antonio Landi em seu Inventário tinham como objetivo demonstrar sua capacidade em contribuir com a exploração econômica na colônia, transformando os abundantes recursos da natureza, encontrados no Vale Amazônico, em riqueza, beneficiando a metrópole. Sua intenção foi projetar-se como súdito capaz e confiável na condução dos negócios da Coroa no Vale, assim, além de aproximar-se do poder local, Antonio Landi esperava gozar do prestígio e principalmente das vantagens financeiras que uma função mais próxima à burocracia colonial poderia lhe proporcionar.

Ao descrever o algodão, Antonio Landi apresenta essa preocupação com o melhor aproveitamento dos produtos da Natureza

Esta planta é aqui abundante, e muito/ mais seria, se da mesma se soubesse/ extrair maior vantagem, pois aqui/só se fabricam panos grosseiríssimos, que entre nós/para nada mais serviriam se não para fazer sacos e/ sacos para colchões de palha. É verdade que um pouco se tece me-/lhor, mas não equivale ao pano de linho mais ordinário<sup>110</sup>.

O autor do excerto em destaque também sugeriu a comercialização de algumas espécies, ou de seus produtos beneficiados, com outras partes da Europa, o que seria importante para a economia portuguesa, diante dos problemas já citados. “A fina lanugem, com a qual se enchem sacos/ ou cestos, e serve para encher colchões e tra-/vesseiros, tanto aqui como em Lisboa”, aquecia com tanta eficiência que poderia adquirir muito valor se comercializada “na Itália e em outros

<sup>109</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira elabora crítica semelhante a essa feita por Antonio Landi. Sobre esse aspecto ver: COELHO, Mauro Cezar. *A diligência do saber; uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVII*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>110</sup> BPMP, Códice 542, fl.21 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...) (Grifo nosso)

países frios”<sup>111</sup>. A descrição da lontra traz até mesmo a sugestão de substituição de produtos comprados de outras partes da Europa por produtos de origem colonial

A pele é mais escura que a dos ratos, mas de pêlo/ um tanto quanto curto, e brilhante, que, ao vê-lo, e ao manejá-/lo, parece veludo. Aqui porém não fazem caso dela. Nem tampouco/ têm a arte de pescá-la, ou caçá-la; se soubessem,/ retirariam algum lucro, porquanto seriam recebidas em/ nossas partes como se faz com tantas outras que vêm da Suécia,/ da Moscóvia e de outros lugares<sup>112</sup>.

Duas referências são feitas ao interesse dos ingleses em consumir produtos da natureza próprios do Vale Amazônico. A primeira cita o Puxiri, que o ralavam, e misturavam em certa bebida chamada ponche, “comum entre/eles”<sup>113</sup>, a segunda refere-se a seiva do Umiri que, apreciada por suas virtudes semelhantes “ao óleo de ouro”, era cobiçada pelos ingleses<sup>114</sup>.

Antonio Landi propôs em suas descrições o beneficiamento de algumas espécies, como da goiaba, que “pode-se fazer um doce excelentíssimo/ para usar como geléia, que seria/ estimadíssimo em qualquer parte da Europa”<sup>115</sup> e, descrevendo o cupuaçu, ele sugere: “Deste fruto faz-se uma be-/bida, que se aqui se pudesse gelar,/ como um sorvete, seria deliciosíssima, pois/ possui um azedo gostoso, que, corri-/gido com açúcar, torna-a ótima (...)”, todavia ele lamenta não possuir os recursos mecânicos necessários para transformar as espécies em produtos realmente rentáveis à Coroa.

Essas sugestões possibilitavam que seu texto científico pudesse ser reconhecido como elaborado por um colono atento à natureza e, sobretudo, empreendedor, adequado ao perfil de um súdito disposto a desenvolver a economia colonial, em benefício dos cofres metropolitanos. Além disso, era conhecedor do então gosto português por plantas e animais exóticos, como verificamos na descrição do Pau-d’arco

<sup>111</sup> Ibid., fl.28.

<sup>112</sup> Ibid., fl.167.

<sup>113</sup> Ibid., fl.24.

<sup>114</sup> Ibid., fl.83.

<sup>115</sup> Ibid., fl.12.



Fortíssima e pesadíssima é esta madeira,/ que é fina, mas cansa o braço dos mes-/ tres que a trabalham, e para qualquer obra, creio/ que seja eterna. (...) Desta madeira man-/dei trabalhar uma coluna dórica, com pe-/destal, friso, e arquitrave para o/ pelourinho desta cidade, (...) Quanto à beleza/ desta planta, seria preciso um Petrarca/ para descrevê-la. (...) e/ para dizer a verdade sem adulação, esta é uma plan-/ta que na Europa seria muito apreciada, e/ particularmente porque dura assim bela quase dois/ meses, e neste tempo não se vê nem/ uma folha.

Além de apresentar a sugestão paisagística de utilização do pau-d'arco, a transcrição do excerto em destaque evidencia a experiência de arquiteto do autor em construções na colônia. Consideramos o envolvimento com a atividade construtiva refletida na marcante importância dada nas descrições à qualidade das madeiras encontradas no Vale Amazônico.

A qualidade das madeiras é referida, pretendendo informar sua utilidade desde um simples trabalho, como a fabricação de um cabo de espingarda, até a indicação das madeiras próprias para canoas e navios, como na descrição do Piquiá: “Esta árvore entra no número das mais/ altas e grandes, e poucas a superam.(...) Seu lenho é de grande du/ração, e adaptado para qualquer obra de navios,/ canoas e tábuas”<sup>116</sup>.

Importantes estudiosos reconhecem as descrições da natureza realizadas por Antonio Landi como um desdobramento do projeto português de ocupação do Vale Amazônico, outros como um trabalho deficiente do ponto de vista científico, como demonstramos no primeiro capítulo. Parte dos estudos sobre o Inventário do arquiteto bolonhês o analisa como superficial e evidência do desconhecimento das modernas teorias de classificação e, no outro extremo, outros percebem como testemunho de um europeu altruísta e aventureiro, amante da natureza, precursor do Iluminismo e da civilização no Vale Amazônico<sup>117</sup>.

Ao contrário dessas interpretações, discutidas no primeiro capítulo desta dissertação, compreendemos que o principal objetivo do trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi foi produzir um texto científico que primeiro pudesse divulgar seus esforços e habilidades como súdito capaz de desenvolver os negócios do rei na colônia, projetando-se como sábio, no sentido da epígrafe que abre este segmento, preocupado em demonstrar-se conhecedor e integrado à sociedade local.

<sup>116</sup> Ibid., fl.42 e fl 43.

<sup>117</sup> Sobre os autores e suas interpretações a respeito do trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

Diferente do Padre João Daniel, Antonio Landi, ao se referir em suas descrições sobre a Natureza do Grão-Pará, apresenta a figura dos índios como “valentíssimos nadadores”<sup>118</sup>, ousados como os negros<sup>119</sup>, e, sobretudo, como profundos conhecedores da natureza, fundamentais como apoio no desenvolvimento do projeto de exploração do Vale Amazônico.

A preocupação em construir um texto científico com teor político, sugerindo a intensificação das atividades econômicas, indo de encontro aos anseios metropolitanos e que não desagradasse às elites locais, pode ser observada na forma como Antonio Landi critica a preguiça dos moradores locais. Ao compararmos com os relatos do Padre João Daniel e de Alexandre Rodrigues Ferreira podemos encontrar nas palavras do arquiteto italiano um tom menos agressivo

(...) E podendo eles ter muita quantidade desta aguardente de cana, e de outras muitas frutas, e palmeiras, que nos matos são inumeráveis, é tal a sua incúria, que gostando tanto dela se não aproveitam ainda com o lucro de não pouparem a sua farinha, e não destruírem as suas roças, efeitos da sua grande preguiça, em que têm nos mesmos europeus muitos exemplares, pois chegou um a dizer que (...) não aproveitava delas, nem comia, por preguiça de dizer a um fâmulos que as fosse apanhar: preguiça do Brasil!<sup>120</sup>

A quase geral preguiça dos habitantes do país; a má distribuição e aplicação que costumam fazer dos seus servos e escravos; a desordem com que fazem uso da mesma abundância de tantos e tão diferentes gêneros da produção do estado, (...) abandonando com a maior facilidade a sementeira ou plantação de qualquer gênero logo em que algum ano menos bem se reputa e exporta; e mudando com igual facilidade para a sementeira e a plantação daquele que acontece melhor reputar-se<sup>121</sup>.

Como se pode notar nos excertos acima transcritos, o padre João Daniel e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira relatam de maneira bem incisiva a preguiça “dos habitantes do país”, criticando de maneira contundente o não aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na colônia. Sobre o mesmo assunto, Antonio Landi se refere com um tom menos agressivo, lamentando o descuido dos colonos diante da Natureza.

<sup>118</sup> BPMP, Códice 542, fl.181 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...)

<sup>119</sup> Ibid., fl.161.

<sup>120</sup> DANIEL, João. *Op. cit.* p. 290.

<sup>121</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, 2007. p. 280.

[as sorvas] não se vê/ nestas partes, mas sim no Rio Negro, onde/ a experimentei bastante, e não sei se é porque aqui/ não dá, ou pelo pouco cuidado desta gente mole [...] Sei/ bem que, quando mandei trazer algumas plan-/tas, assim que chegaram, secaram de-/pois de poucos meses, mas foi porque não estando eu/ na minha quinta, e sendo pequeninas, e em vasos,/ deixaram-nas morrer por falta de água.<sup>122</sup>

O relato de Antonio Landi sobre as sorvas, acima transcrito, além de evidenciar reconhecer a preguiça dos moradores da colônia, também procura divulgar a preocupação do autor sobre a questão da aclimação das plantas. Segundo Warren Dean, os homens de ciência buscavam métodos para garantir eficiência na exploração das espécies nativas, todavia a colônia também se apresentou como lugar especial para a prática da aclimação de plantas vindas das colônias portuguesas situadas na Ásia e na África. Havia o interesse no intercâmbio de plantas entre as colônias portuguesas<sup>123</sup>.

A divulgação do trabalho de Antonio Landi em aclimatar espécies de outras localidades chamou atenção de Alexandre Rodrigues Ferreira, com quem teve contato em Belém do Pará nos anos de 1783 e 1784, e posteriormente em Barcelos nos anos de 1785 e 1786, registrando em seu Diário de Viagem ao Rio Negro

O capitão João Manoel Rodrigues mandou vir da Bahia as sementes de manga e de jaca; este e o outro capitão Antônio José Landi, as plantaram em vasos, onde nasceram e donde as transplantaram para as suas roças e quintais. Passados quatro anos, floresceu e frutificou a manga, porém o seu fruto não passou da grandeza de uma bala de espingarda e, deste tamanho caiu da árvore. [...]. De umas tâmaras que comprou na botica o sobredito capitão Landi, plantou cinco sementes, das quais nasceram três, que subiram à altura e uma mão travessa e logo morreram.<sup>124</sup>

As experiências de cultivo com a manga, a jaca e a tâmara, feitas por Antonio Landi, fazem parte de esforços para demonstrar que o clima e o solo da Capitania do Grão-Pará eram propícios para tal prática. Dessa forma, Alexandre Rodrigues Ferreira valorizava a atuação de Antonio Landi como morador da colônia, interessado na exploração econômica do Vale Amazônico, citado como “capitão”,

<sup>122</sup> BPMP, Códice 542, fl.73 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...)

<sup>123</sup> DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, p. 216-228, 1991. p. 216.

<sup>124</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 49, v. 72, p. 206, 1886.

percebido, portanto, como colono por Alexandre Rodrigues Ferreira, seu contemporâneo.

Consideramos que as sugestões de utilização das plantas e dos animais encontradas no trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi, evidenciam sua intenção de se projetar como homem de ciência sábio e sobretudo com perfil empreendedor, conforme necessitava a Coroa para transformar as espécies naturais em riqueza para metrópole. Assim, percebemos suas intenções de se aproximar e ampliar suas relações com influentes sujeitos da política portuguesa. Relatos presentes nas descrições da fauna e da flora do Grão-Pará dão a conhecer a intenção de divulgar seus préstimos e o bom relacionamento com a elite política local, em especial com o governador Mendonça Furtado, como mostra a narrativa do episódio da cura do Anacã depois de ter sido atacado por um candu:

(...) se esta se/ desvaneceu não sei, porque nessa época tive que// partir para o Rio Negro, com nosso aman-/ tísimo e louvadíssimo Plenipotenciário, que era o/ Exmo. Sr. Francisco Xavier Mendonça Furtado, / [irmão] daquele Mestre de Política e Ciência, o/ Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho./ E tudo o que disse desta ave é pura ver-/dade, e não sei se os srs. médicos prestarão fé/ naquilo que talvez lhes parecerá impossível<sup>125</sup>.

Ao longo dos relatos presentes nas descrições das espécies do Grão-Pará, encontramos referências a animais recebidos por Antonio Landi, como a lontra<sup>126</sup> presenteada pelo governador Francisco Xavier Mendonça Furtado. Essas referências demonstram, sobretudo, a intenção do autor em ser reconhecido como súdito merecedor da confiança do rei, pois já havia prestado serviços ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, destacando as atividades com a História Natural, como o tamanduá que havia recebido do governador para ser desenhado<sup>127</sup>.

Assim, a descrição das plantas e animais do Grão-Pará realizada por Antonio Landi tinha o objetivo de divulgar as habilidades de seu autor em relação à História Natural, esforçando-se por estabelecer e ampliar o relacionamento com sujeitos influentes da política portuguesa. Procuramos demonstrar como os relatos

<sup>125</sup> BPMP, Códice 542, fl.140 – Antonio José Landi, Descrizione di varie Piante (...)

<sup>126</sup> Ibid., fl.167.

<sup>127</sup> Id.

que compõem as descrições evidenciam o discurso político proposto pelo arquiteto italiano no texto científico.

O manuscrito de História Natural elaborado por Antonio Landi revela, em sua primeira página, o oferecimento da obra ao governador do Mato Grosso Luiz Pinto de Souza. No próximo segmento nos propomos analisar essa dedicatória como parte da estratégia do autor em se projetar como sábio homem de ciência. Nele, esperamos demonstrar que o oferecimento ao referido governador evidencia as intenções de Antonio Landi em estabelecer um vínculo que possibilitasse ser reconhecido e, principalmente, recompensado, ampliando suas relações com sujeitos politicamente influentes, o que faz desse trabalho científico não apenas um reflexo do projeto metropolitano de resgate da ciência, mas um discurso com motivações políticas nascidas a partir das demandas coloniais.

### 3.3 OS DENTES DO CAVALO DADO: SEGUNDAS INTEÇÕES NA DEDICATÓRIA DE ANTONIO LANDI

Senhor! Quando Vossa Majestade resolveu mandar uma expedição científica ao Brasil, dignou-se de confiar a realização de tal propósito aos dois humildes abaixo assinados./ O amor devido a Vossa Majestade e à ciência foi determinante que nos conduziu, através dos riscos e canseiras de tão longa viagem, a uma parte do mundo ainda mal conhecida, e que nos trouxe de lá, com felicidade, ao seio da pátria./ A Vossa Majestade, pois, remontam a origem e as vantagens dessa talvez não pequena empresa na história da nação bávara, e tudo que com isso podem lucrar as ciências, devem os contemporâneos e os pósteros atribuir à magnanimidade e benevolência de um monarca que, considerando a ciência a mais alta nobreza da humanidade, sobre ela estabeleceu os mais sábios fundamentos da felicidade de seu povo./ Cheios de gratidão, ousam humildemente os viajantes abaixo assinados aproximar-se do trono de Vossa Majestade, depondo respeitosos diante dele o primeiro fruto da sua expedição, dedicado ao melhor dos soberanos./ animados, pois real aprovação, de terem correspondido aos propósitos de Vossa Majestade na realização da viagem, agora aspiram ainda, com a exposição científica dos resultados dela, a contentar o muito amado monarca./ Concluindo, somos, com profundo respeito, de V. M. súditos obedientes.

---

DR. J.B.V. Spix e DR. C. F. P. V. Martius

O excerto em destaque apresenta a dedicatória do trabalho realizado por Von Martius e Spix<sup>128</sup>. Por meio de sua louvação, esses naturalistas esperavam conquistar a confiança do monarca bávaro. Esse discurso de valorização do próprio trabalho tinha como objetivo projetar a figura dos autores como de súditos confiáveis, ato político de aproximação do poder régio, em busca de proteção, privilégios e recompensas.

Friedrich von Martius e Johann Baptiste von Spix percorreram os domínios portugueses na América entre os anos de 1817 e 1820. Como resultado desse empreendimento, produziram a obra *Reise in Brasilien*. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, essa viagem científica iluminista, financiada pela Corte da Baviera, além de pertencer a um esforço político comum a outras nações européias

<sup>128</sup> SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*, 1817-1820, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. v.1. p. 15.

de inventariar terras de além-mar, pretendia, por meio de bases mais seguras, produzir um conhecimento mais positivo sobre outras civilizações, realizando assim o “sonho enciclopedista”<sup>129</sup>.

Aqueles que financiaram a expedição científica de Von Martius não esperavam como resultado uma reunião de impressões romanceadas. Segundo Serge Gruzinski, era necessário produzir um “relato circunstanciado” como base para o conhecimento das sociedades humanas de uma forma geral, utilizando um método de trabalho pré-definido, que pudesse tornar inteligível ao “código letrado europeu” a organização social do Novo Mundo<sup>130</sup>.

Os naturalistas, em fins do século XVIII e início do século XIX, apresentam suas narrativas com o propósito de tornar conhecido esse Novo Mundo. Segundo Pierre Berthiaume<sup>131</sup>, esses relatos combinavam o interesse acadêmico-científico de seus autores com as intenções políticas do Estado patrocinador, sem prejuízo ao trabalho de descrição da natureza. Nessa perspectiva, acrescentamos também a ocorrência de um propósito político dos naturalistas, evidenciado por meio da intenção de se aproximar do rei e de suas recompensas.

Manoel Luiz Salgado Guimarães considera que trabalhos como de Von Martius, fazem parte de um esforço científico e também político, simbólico e extremamente útil à política dos estados europeus nesse momento em que o Estado moderno necessita afirmar sua força política diante da geopolítica que vem alterando a configuração do mapa europeu. Para o referido autor, sua dedicatória ao monarca bávaro é a evidência dessa relação estreita entre a ciência e o poder<sup>132</sup>.

Von Martius e Spix creditam ao amor que sentiam pelo rei e pela ciência o sucesso da expedição. Valorizam seus esforços anotando “os riscos e canseiras de tão longa viagem”. Revestem seu trabalho de utilidade demonstrando “as vantagens” do empreendimento “e tudo que isso podem lucrar as ciências”. A dedicatória dos viajantes-naturalistas evidencia o caráter político desse texto científico, buscando “aproximar-se do trono de Vossa Majestade” apresentando-se como “súditos

<sup>129</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação, *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 7(2), p. 389-410, jul.-out. 2000.

<sup>130</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>131</sup> BERTHIAUME, Pierre. *L'aventure américaine au XVIIIe siècle*. Du voyage à l'écriture. Otawa/Paris/Londres: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1990.

<sup>132</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit.

obedientes”, prontos a receber, na verdade, as recompensas pelo trabalho com a Natureza do novo mundo<sup>133</sup>.

Patrícia Domingos Woolley Cardoso, em seu estudo sobre a obra de Luiz Antonio Vernei, chama esse interesse político implícito na dedicatória de “segundas intenções”. Ao oferecer o *Verdadeiro Método de Estudar* aos “Doutíssimos Mestres da Companhia de Jesus”, Vernei, sob o anonimato de Antonio Balle, por meio de uma crítica irônica, aberta e mordaz, procurava questionar as principais instituições do reino português, direcionando suas críticas aos jesuítas, julgando seus métodos de ensino como, além de obsoletos, sujeitos a uma autoridade proveniente da tradição e dos concílios<sup>134</sup>.

O *Verdadeiro Método de Estudar* foi alvo de sérias críticas, dentre elas a do padre José de Araújo que, em 1748, se preocupou em publicar obra intitulada *Reflexões apologéticas*, que repudiava terminantemente a obra de Luiz Antônio Vernei. Dentre as críticas desenvolvidas por José Araújo, importa-nos destacar aquela que tem como alvo o oferecimento de Vernei aos jesuítas. Em suas reflexões, o padre considerou a dedicatória uma ousadia e uma sátira que feria a imagem do clero jesuítico, haja vista o

mal que diz da Religião da Companhia de Jesus, em toda a sua obra, e muito em particular na dedicatória. E assim como nas cartas quis introduzir um novo método de estudar, na dedicatória aparece com um estranho modo de elogiar tirando da sua célebre retórica, [...], a figura da invenção tão galantemente adornada, como duma velha de cem anos com polvilhos na cabeça e sinais na cara<sup>135</sup>

O oferecimento do trabalho demonstra ser uma parte muito importante para o reconhecimento das intenções do autor, especialmente aquelas que não estão explícitas no texto. Patrícia Domingos Woolley Cardoso e o padre José Araújo encontram, cada um a sua maneira, na dedicatória de o *Verdadeiro Método de Estudar*, a “segunda intenção” de Luiz Antônio Vernei.

<sup>133</sup> SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>134</sup> CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *Os Jesuítas diante do “Verdadeiro Método de Estudar”*: conflitos político e ideias no Setecentos português (1740-1760). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

<sup>135</sup> ARAÚJO, José (Arsênio da Piedade). *Reflexões Apologéticas à obra intitulada Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Real gabinete Português de Leitura, 1748. p. 4-5.



Podemos conhecer uma tradição europeia de utilização da dedicatória como recurso político do discurso, aproximando sujeitos de estratos sociais diferentes, súditos e monarcas. Roger Chartier aponta a ocorrência desses oferecimentos ainda no século XV, quando havia verdadeiros ritos de entrega das obras às mãos do nobre que recebia a dedicatória. No século XVII, os autores esperavam “benefícios, cargos, postos, caso ele não pertença a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial”. As dedicatórias possibilitavam ao autor participar de “relações de patrocínio”, aguardando “remuneração não imediata de seu trabalho (...) sob a forma de pensão, de recompensa ou de emprego”<sup>136</sup>.

No decorrer do século XVIII, a utilização da dedicatória como recurso político de aproximação do poder prossegue. Assim, inicia-se ou dá-se continuidade às relações de clientela, fazendo questão de se tornar conhecida por todos. Outra característica anotada por Roger Chartier é que, pertencente ao “paratexto”, ou seja, às preliminares da obra propriamente dita, a dedicatória enumera todos os títulos do protetor a quem o trabalho é oferecido, demonstrando o reconhecimento da nobreza do protetor e sua capacidade de recompensar o autor<sup>137</sup>.

A própria nobreza reconhecia a capacidade que as dedicatórias possuíam ao estabelecerem vínculos entre os sujeitos envolvidos. Ao longo do século XVIII, esse oferecimento serviu para indicar os interesses políticos por meio de uma linguagem erudita. Em 1759, o ministro português Sebastião José de Carvalho, investido naquele ano do título de Conde de Oeiras, patrocinou a publicação de uma luxuosa edição da obra *Arte Poética* de Horácio Flacco<sup>138</sup>, traduzida pelo padre oratoriano Francisco José Freire, cuidando para que a dedicatória apontasse para o Ministro como tema mais urgente para a poesia do tempo. Ivan Teixeira considera a dedicatória de Freire “uma espécie de manifesto”, uma proposta a ser seguida pelos intelectuais da literatura em Portugal<sup>139</sup>.

Não é propósito desta dissertação analisar com profundidade as intenções de Sebastião José de Carvalho ou mesmo do padre Francisco José

<sup>136</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 39.

<sup>137</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, 1999. p. 41.

<sup>138</sup> FLACCO, Horacio. *Arte Poética*. Lisboa: Oficina Rolandiana, 1778.

<sup>139</sup> TEIXEIRA, Ivan Prado. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Editora da USP, 1999. p. 16, 69.

Freire, todavia é importante para o nosso argumento evidenciar a ocorrência de “segundas intenções” no oferecimento dos trabalhos Setecentistas. É importante para o nosso estudo demonstrar o conteúdo político das dedicatórias. Ainda sobre a dedicatória de Freire, Ivan Teixeira caracteriza como uma composição elaborada de acordo com os princípios do “panegírico clássico”, ou seja, um discurso encomiástico, laudatório, de elogio ao patrocinador<sup>140</sup>.

Longe do conceito atual de simples bajulação, esses oferecimentos divulgavam a figura do elogiado e estabeleciam ou reforçavam os vínculos entre sujeitos de diferentes camadas da sociedade. Ivan Teixeira considera a dedicatória de Freire o elemento textual que evidencia o interesse político implícito no ato do ministro de Estado português patrocinar a publicação da *Arte Poética* de Horácio. Para Teixeira, a dedicatória de Freire foi um dos principais pontos de partida para o mecenato pombalino<sup>141</sup>.

Nesse contexto, elogiar e oferecer, portanto, não deve ser entendido como um ato desinteressado de reconhecimento da autoridade ou dos títulos do elogiado. Além de reconhecer a hierarquia social, o autor da dedicatória tinha a possibilidade de tornar, de maneira elegante e sutil, conhecida suas “segundas intenções”, relacionando o elogiado ao gênero literário da obra ofertada. Daí considerarmos o oferecimento das obras literárias um recurso reconhecidamente importante no Setecentos, fundamental para as relações que objetivavam a mobilidade social, e as recompensas. A dedicatória se apresentou, nesse contexto, como um discurso político, fundamental para entendermos as motivações da obra em si.

Os homens de ciência setecentistas também atuaram em outras atividades que não a filosófica, seus trabalhos científicos também cumpriam funções locais de manutenção de laços sociais e estabelecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem, afinal, era possível que sua divulgação na Europa não tivesse êxito.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> TEIXEIRA, Ivan Prado. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>141</sup> Ivan Teixeira considera o mecenato pombalino como o esforço do Marquês de Pombal em divulgar sua figura de mecenas e de inscrever seu nome na história do reinado de D. José I, patrocinado a publicação de inúmeros livros. Ver: TEIXEIRA, Ivan Prado. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>142</sup> KURY, Lorelai. *Op. cit.*, 2004. p. 116.

A análise de Lorelai Kury, sobre a trajetória do grande proprietário Arruda da Câmara, aponta a utilização de trabalhos científicos como um recurso que buscou ativar suas redes de inserção política. Ela destaca um caderno produzido por Câmara com desenhos e descrições de vegetais, cujos nomes homenageiam personagens importantes da elite administrativa do Império luso<sup>143</sup>. Um algodoeiro bravo (*Azerezea Pernambucana*) aparece dedicado a Azeredo Coutinho<sup>144</sup>.

Como temos demonstrado, os oferecimentos aguardavam por recompensas. No caso de Arruda Câmara não foi diferente. Segundo José Antonio Gonsalves de Mello, importante biógrafo da vida de Câmara, o naturalista arrematou, em 1802, o contrato de fornecimento de carne para a cidade de Olinda e várias vilas, no período em que Azeredo Coutinho, o homenageado, foi membro da junta de governo da capitania de Pernambuco<sup>145</sup>.

O próprio Domenico Vandelli, em 1788, homenageou, com a criação do gênero *Lafoensia*, o português João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, o Duque de Lafões, sócio-fundador da Academia de Ciências de Lisboa, membro da Comissão da Indústria Nacional e conselheiro de Estado, o qual exerceu forte influência na consolidação da investigação científica em Portugal, protegendo diversos cientistas e exploradores. Essa dedicatória evidencia o uso do texto científico como recurso político utilizado até mesmo por sujeitos de prestígio na sociedade portuguesa, no intuito de estabelecer e ampliar os vínculos com importantes figuras políticas<sup>146</sup>.

A dedicatória que abre o trabalho de História Natural escrito por Antonio Landi apresenta a intenção do autor em produzir uma lista das plantas e animais encontrados no Grão-Pará por meio de uma linguagem mais descritiva e menos memorialista, semelhante à narrativa dos diários de viagem.

---

<sup>144</sup> A maior parte dos desenhos é do padre João Ribeiro Montenegro, discípulo do naturalista, e as descrições são provavelmente do próprio Arruda da Câmara. KURY, Lorelai. Op. cit., 2004. p. 116.

<sup>145</sup> O comércio foi vantajoso para Azeredo Coutinho, pois sobre ele incidia o subsídio literário com que pagavam-se os professores da capitania e os do Seminário de Olinda. Cf. MELLO, José Antonio. Estudo biográfico. In: Manuel Arruda da Câmara. *Obras reunidas Gonsalves de Recife*, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

<sup>146</sup> VANDELLI, Domenico; HAEN, Anton de; LINNÉ, Carl Von. *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen et epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Domicum Vandelli scriptae*. Coimbra : Typ. Acad.-Regia, 1788. Sobre o duque de Lafões ver: CARVALHO, Rómulo de. *D. João Carlos de Bragança*, Segundo Duque de Lafões: Fundador da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

Descrição de várias Plantas, Frutas, Animais, Aves, Peixes, Cobras, raízes, e outras coisas semelhantes que se acham nesta Capitania do Grão Pará, as quais todas Antonio Landi dedica a sua Excl<sup>Cia</sup> o Sr. Luiz Pinto de Souza, Cavaleiro de Malta, e Governador do Mato Grosso, o qual com muita fadiga e diligência investigou muitíssimas coisas pertencentes à História Natural e das quais se poderia formar um grosso volume com vantagem para a República Literária.<sup>147</sup>

A apresentação inicial, acima transcrita, nos permite perceber o autor reconhecendo uma grande variedade de plantas e animais que iria valorizar e justificar sua descrição. O resultado de diligente investigação e organização do meio natural, esforço cansativo, percalços que valorizariam seu trabalho e lhe garantiriam oferecê-lo em homenagem ao governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho.

Antonio Landi sabia do interesse que a Europa, em especial Portugal, tinha sobre a variedade de animais e plantas que pertenciam ao Vale Amazônico. Nesse período, grande parte dos cronistas que produziram trabalhos que descreviam essa Natureza justificava a importância de sua narrativa demonstrando a exuberância da floresta. Dentre os vários interesses que motivaram essas descrições, estava o de apresentar seu autor como um súdito cumpridor dos interesses do soberano, esforçado, capaz de propor ideias realmente importantes para a Coroa.

Nesse mesmo sentido, Antonio Landi, ao escrever seu Inventário da Natureza, se apresentava como um súdito capaz de observar e explorar as potencialidades do Vale Amazônico, estabelecendo relações que lhe permitissem uma aproximação com a burocracia colonial. O oferecimento do Inventário ao Governador do Mato Grosso evidencia que Antonio Landi estava divulgando sua habilidade com a nova ciência para chamar atenção dos agentes da Coroa.

O então governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, também chamado de Visconde de Balsemão, foi uma figura importante na vida política lusitana durante a segunda metade do Setecentos. Nascido em Leomil (freguesia de Almeida), a 27 de novembro de 1735, filho de Alexandre Pinto de Sousa Coutinho e D. Josefa Mariana Madalena Pereira Coutinho de Vilhena, não foi

<sup>147</sup> Inscrição da folha de rosto que abre o trabalho de História Natural realizado por Antonio José Landi - BPMP, Códice 542, fl. 1.

estranho ao ambiente nobre e próximo ao poder, seu pai ganhou o título de fidalgo-cavaleiro da Casa Real, o que evidencia a condição privilegiada da família<sup>148</sup>.

Na primeira etapa de sua vida, antes de exercer funções públicas, Luiz Pinto de Sousa Coutinho frequentou a Universidade de Coimbra onde cursou Matemática. Como Cavaleiro de Malta viajou pela Europa visitando a Alemanha, França e a Itália. Mais tarde, ele se alistou no Exército, sendo promovido a capitão para o regimento de Cavalaria de Almeida no ano de 1772. Ascendeu a tenente-coronel em 1765, mas antes passou pela armada de Artilharia como sargento-mor do regimento novo de Valença<sup>149</sup>.

As Ordens Militares, ao longo do século XVIII, desempenharam um papel fundamental na conformação dos comportamentos e da hierarquia social do Estado Moderno português. Pertencer a Ordem dos Cavaleiros de São João de Malta em Portugal, nesse período, significava participar de uma instituição que contava com súditos reconhecidos por suas contribuições com o Estado português; Estado centralizador e redistribuidor de rendas, distinções, benesses e favores, preocupado com a reorganização da camada nobre com a formação das elites, e com o sustento de uma aristocracia tão indispensável ao Estado Moderno quanto dele dependente. A Ordem de Malta possuía duas características que lhe diferenciava das demais: autonomia institucional e função militar-religiosa<sup>150</sup>.

O governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, participava de uma Ordem que, em relação aos bens da Coroa, servia de capital econômico e honorífico, fundamental para a captação de serviços nas várias periferias do Império. Segundo Fernanda Olival, a Ordem de Malta contribuiu para sustentar os exércitos, as armas e também as exigências de natureza administrativa e política no reino e em seus domínios no ultramar. Os serviços prestados ao centro político rendiam recompensas e benesses à elite titular e as suas clientelas.

<sup>148</sup> ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. vol. II, Lisboa: Editora Enciclopédia, 1960. p. 367-368.

<sup>149</sup> BORRALHO, Maria Luísa Malato da Rosa. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) – Libreto para uma autora quase esquecida*. 1999. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Porto, Porto, 1999: t. 1, p. 199-201.

<sup>150</sup> OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço. In: *Penélope*, Lisboa, v. 17, p. 97-108, 1997.

O século XVIII é denominado por Martim Albuquerque como “o século dos portugueses de Malta”, isso porque dois portugueses, Antonio Manuel de Vilhena e Manuel Pinto da Fonseca, ascenderam ao posto máximo da Ordem. Diante disso, o prestígio que os Cavaleiros de Malta alcançaram, especialmente em Portugal, foi expressivo, daí ser importante a referência sobre o pertencimento de um indivíduo à Ordem. Todavia, em 1798, sua estrutura internacional seria abalada com a invasão das tropas napoleônicas na ilha de Malta<sup>151</sup>.

Luiz Pinto de Sousa Coutinho prestava serviços ao rei, recebendo por isso recompensas, como o cargo de governador do Mato Grosso. Movimentou-se em “múltiplos espaços”, ou seja, exerceu funções em diferentes instituições, utilizando o prestígio da dignidade de cavaleiro de Malta como facilitador dessa mobilidade. Segundo Fernanda Olival, os cavaleiros da Ordem de Malta seriam provenientes de um grupo muito restrito dentro da nobreza – os fidalgos. Sendo assim, podemos reconhecer a importância e o prestígio que ele gozava, atraindo a atenção de Antonio Landi devido a sua capacidade e sua posição de prestígio no reino<sup>152</sup>.

A condição de cavaleiro de Malta significava, portanto, uma posição importante no “espaço social” do reino, um integrante da identidade nobiliárquica, ou seja, representava uma condição de prestígio e poder. Condição essa que nos ajuda a entender o motivo de Antonio Landi oferecer ao governador do Mato Grosso seu trabalho de História Natural: aproximar-se de um agente da Coroa reconhecidamente importante na política colonial.

Reconhecemos, portanto, ser interessante a Antonio Landi oferecer seu Inventário ao cavaleiro de Malta Luiz Pinto de Sousa Coutinho, potencializando seu projeto de alcançar cargos elevados na hierarquia social colonial. Nesse sentido, percebemos que essa dedicatória foi pensada com intenções sobretudo políticas, mais que simplesmente uma contribuição à “República Literária”.

Em 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho tomou posse como capitão general e governador de Cuiabá e Mato Grosso, iniciando, efetivamente, sua carreira política, logo enviando de Vila Bela uma longa lista de produções naturais à

<sup>151</sup> ALBUQUERQUE, Martin. *Portugal e a Ordem de Malta*. Aspectos da Europa, Lisboa, Inapa, 1992. p. 207.

<sup>152</sup> OLIVAL, Fernanda. Op. cit., 1997.

Ajuda<sup>153</sup>. Em 1772, sentindo-se mal com o clima quente e úmido, usando do prestígio e amizade que gozava junto a Domingos Vandelli, pediu sua intercessão junto ao Marquês de Angeja. Seu pedido foi aceito, regressando a Portugal acometido de uma doença e ameaçado de cegueira.

Ainda em 1772, casou-se com D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre (1749-1824). Foi nomeado Ministro Plenipotenciário para a Inglaterra o que lhe garantiu permanência em Londres entre 1774 e 1778. Acompanhou o desenvolvimento da conturbada Revolução Francesa como Secretário interino de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>154</sup>. Ainda ocupou esse cargo de 1800 até sua morte, ocorrida em Lisboa, a 14 de abril de 1804.

Luiz Pinto de Sousa Coutinho e sua esposa, D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, destacaram-se por meio de sua produção literária. Ela como poetisa e a ele se atribuiu uma tradução do poema de Frederico II da Prússia, *Arte da Guerra*<sup>155</sup>. Notamos, portanto, um envolvimento do casal com a produção intelectual no campo literário.

Luís Pinto Sousa Coutinho, 1º. visconde de Balsemão, foi Conselheiro de Estado durante o reinado de D. Maria I, realizando inúmeros serviços diplomáticos<sup>156</sup> à Coroa portuguesa. Alvo da dedicatória de Antonio Landi, ele também teve destaque no campo intelectual, assumiu a postura de protagonista de uma comunidade de naturalistas e ansiou que seus estudos, dirigidos pela sistemática lineana, fossem publicados. Foi sócio honorário da Academia das Ciências de Lisboa<sup>157</sup> e colaborou nas memórias econômicas da Academia Real das Ciências com uma “Memória sobre a descrição physica e econômica do logar da Marinha

<sup>153</sup> Luís Pinto de Balsemão [Carta a Domingos Vandelli, em 08/02/1769] – Apud BRIGOLA, João Carlos. Op. cit., 2004. p. 334.

<sup>154</sup> A atuação de Luís Pinto Sousa Coutinho não foi muito feliz, em 1801, não conseguiu evitar a guerra contra a Espanha.

<sup>155</sup> TOPA, Francisco. Poemas dispersos e inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º. Visconde de Balsemão. Porto: [S.n.], 2000. p.11-20.

<sup>156</sup> A entrega da Infanta D. Mariana Vitória, que contraiu matrimônio com o Infante D. Gabriel de Espanha, foi acompanhado por Luis Pinto Sousa, bem como a recepção da Infanta espanhola D. Carlota Joaquina, que se casou com o Príncipe D. João. Ainda podemos referi-lo como cavaleiro do Tostão de Ouro e grã-cruz da Ordem de Avis.

<sup>157</sup> A Academia das Ciências de Lisboa foi fundada no reinado de D. Maria I em 24 de dezembro de 1779, tendo como primeiro presidente o Duque de Lafões e secretário o Abade Correia da Serra, caracterizava a preocupação do Estado em desenvolver a ciência e o ensino, bem como o progresso e a prosperidade frente à concorrência de outras nações.

Grande<sup>158</sup> e outros trabalhos de caráter naturalista apresentados em assembléias acadêmicas<sup>159</sup>.

Em 1803, depois de retornar a Portugal, Luiz Pinto de Sousa Coutinho tornou conhecido ao público a existência de seu gabinete de História Natural, localizado em Lisboa, confirmando sua intenção de colecionador naturalista. Guardava ali frutos e espécies recolhidas nos anos em que passou nas possessões portuguesas na América e outros exemplares da natureza obtidos por compra ou permuta com outros colecionadores. Seu gabinete de História Natural, assim como de outros colecionadores, expressava erudição e caracterizava a figura de seu proprietário como uma figura atenta à Nova Ciência. Foi referido apenas no Almanaque de Lisboa<sup>160</sup> e avaliado com rigor pelo severo botânico alemão Heinrich Friedrich Link

Segundo o Almanaque Real, existe em Lisboa um grande número de coleções de História Natural, de laboratórios de química e de jardins botânicos, mas não devem ser levados em consideração. Muitos desses estabelecimentos não merecem a menor atenção (...) Certamente isso só pode ser uma piada que o filho do ministro da guerra, Don Luiz Pinto Máximo, deixou citar no Almanaque Real, suas coleções e seu laboratório<sup>161</sup>.

De acordo com a avaliação de Friedrich Link expressa no excerto em destaque, muitos desses estabelecimentos de História Natural em Lisboa não mereceriam qualquer atenção. Apesar disso o gabinete de Luiz Pinto de Sousa Coutinho foi utilizado para demonstrar erudição por meio de seu interesse para com a História Natural, facilitando a construção de relacionamentos com importantes e influentes sujeitos da vida política e comercial da Metrópole.

<sup>158</sup> Memória sobre a descrição physica e econômica do logar da Marinha Grande. In: *Memorias economicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. t. v, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1815. p. 258.

<sup>159</sup> A Gazeta de Lisboa, 11 de Julho de 1795, 2<sup>o</sup>. Suplemento.

<sup>160</sup> Almanach de Lisboa para o anno de 1803. p. 543.

<sup>161</sup> O texto abaixo é a versão original francesa do excerto utilizado no corpo da dissertação. Nossa tradução.

A entendre l'Almanach Royal, il existe à Lisbonne une grande quantité de collections d'histoire naturelle, des laboratoires chimiques et des jardins botaniques; mais il ne faut pas, trop s'y fier. Plusieurs de ces établissemens ne méritent pas la moindre attention. (...) Assurément ce ne peut être que par plaisanterie que le fils du ministre de la guerre, *Don Luiz Pinto Maxitno*, a laissé citer, dans l'Almanach Royal, ses collections et son laboratoire. H. F. Link, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Levrault, Schoell e Cr, Paris, 1803, tomo 1, p. 297-302.



Anteriormente às viagens filosóficas da década de 1780, Luiz Pinto de Sousa Coutinho recolheu produtos naturais exóticos nos sertões do Pará e Mato Grosso e os enviou aos naturalistas metropolitanos, recebendo de Domingos Vandelli<sup>162</sup> uma homenagem no Catálogo *Hortus Olisiponensis* (1771): uma planta com a tóxone de *Balsamona Pinto*. Estabelecendo, dessa forma, laços importantes com sujeitos influentes na política colonial envolvidos nos temas da filosofia natural. Além de contribuir com o universo coletor de Domingos Vandelli, ele também colaborou com as coleções naturais de José Roleen Van-Deck<sup>163</sup>, embaixador português em Marrocos, e Gérard de Visme<sup>164</sup>, abastado e influente comerciante inglês em Portugal<sup>165</sup>.

O interesse pela natureza exótica, mantido pela elite metropolitana, expressava erudição, fazendo questão de ser percebida, como na anotação do secretário da Academia de Ciências da França Alfred Lacroix sobre o gosto de

<sup>162</sup> O naturalista, químico, e médico italiano Domenico Vandelli, doutorado em Filosofia Natural e Medicina na Universidade de Pádua (1761), veio para Lisboa em 1764, contratado pelo Marquês de Pombal, juntamente com outros professores italianos para lecionar matérias científicas no Colégio dos Nobres. Em 1772, seguiu para Coimbra, onde obteve o grau de Doutor em Filosofia e Medicina, foi professor de Química e História Natural na Universidade, fundou os respectivos Laboratório e Gabinete e colaborou nos trabalhos para a criação do Jardim Botânico daquela cidade. Fundou ainda uma fábrica de faiança nos arredores de Coimbra. Em 1779 e anos anteriores participou na criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde desenvolveu ação relevante no domínio econômico. Jubilado em 1791, dedicou-se ao seu trabalho na Academia das Ciências, e foi nomeado diretor do Jardim Botânico da Ajuda, que havia fundado antes de ir para Coimbra, e deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Publicou diversas obras em português e latim sobre Química, Botânica e História Natural e deixou outras inéditas. Sobre a atuação de Domingos Vandelli ver: CARDOSO, José Luiz. A História Natural, o império luso-brasileiro e a economia política na obra de Domingos Vandelli. Caxambu: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas* (2003); VANDELLI, Domingos. (1990 [1789]), "Memória sobre a agricultura deste reino e de suas conquistas", in, *Memórias econômicas*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, v. I.

<sup>163</sup> José Roleen Van-Deck, capitão de mar e guerra, em 28 de setembro de 1773, foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal à corte de Marrocos, levando consigo uma carta do rei D. José para o imperador da corte visitada, e instruções para celebrar um tratado de paz, comércio e navegação. Chegando em 02 de Novembro do mesmo ano em Marraquexe para negociar um tratado de paz. 12 dias depois faleceu ainda em Marrocos. Ver: BRANDÃO. Fernando de Castro. *De D. João V a Dona Maria I, 1707-1799: uma Cronologia*, Lisboa: Europress, 1993. p. 180.

<sup>164</sup> O inglês Gerard de Visme (1726-1797) foi um grande homem de negócios, chegou a Portugal aos 20 anos e lá fez sua fortuna como comerciante de diversos produtos. Administrou as jóias da Coroa portuguesa e negociou a exploração de diamantes no Brasil. Possuía, junto com seu sócio David de Purry, a concessão da exploração do Pau Brasil e outras madeiras da colônia portuguesa na América. Ocupou um posto na embaixada britânica em Lisboa. Investiu parte de sua fortuna na construção de residências, contratando artistas estrangeiros, seu palácio Monserrate é a expressão de seu grande interesse pela arquitetura, o bosque que circundava a residência, mais tarde transformado em jardim paisagístico, revela seu envolvimento com o colecionismo de plantas. VITERBO, Francisco Marques Souza. *A Jardinagem em Portugal. Apontamentos para a sua história*, v. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906. p. 127-128.

<sup>165</sup> BRIGOLA, João Carlos. Op. cit., 2004. p. 331-339.

Visme por plantas exóticas: “O mesmo senhor De Visme possui um jardim na sua casa da cidade, a disposição feita por ele demonstra seu gosto. Ele também possui plantas estrangeiras e uma estufa”.<sup>166</sup>

O relato do embaixador francês em Portugal Marquês de Bombelles sobre o jardim de Gérard de Visme acrescenta e segue o mesmo pensamento

O maior, mais belo de todos, é o que vive o Sr. de Visme. Esse rico negociante tem enormes despesas. Digo o que vi esta manhã, ele me mostrou todos os detalhes de sua casa e seu jardim, tanto aqui como a quinta de Benfica, lamentando que tanta despesa não é dirigida com muita inteligência: mas a peso de ouro, o Sr. de Visme, no entanto, criou uma instituição digna de um verdadeiro sybarite, o quarto onde ele dorme, como o que ele come, estão no piso térreo e contam com árvores de todas as partes do mundo, onde há água em abundância para manter a vegetação bela e no verão proporcionar frescor<sup>167</sup>.

Os excertos em destaque evidenciam como a elite metropolitana se utilizava da coleção de plantas exóticas para ostentar riqueza e erudição. Daí serem bem-vindos os exemplares enviados das possessões portuguesas na América, especialmente do Vale Amazônico. Luiz Pinto de Sousa Coutinho, ao contribuir com o jardim de Gérard de Visme não estava colaborando sem esperar nada em troca, essa escolha de ofertar espécies ao abastado comerciante, demonstrava sua pretensão de se aproximar e estabelecer um vínculo com um homem influente na vida econômica e também política de Portugal.

<sup>166</sup>Nossa tradução. O texto abaixo é a versão original francesa do excerto utilizado no corpo da dissertação.

*Le même M. de Visme a un jardin dans sa maison de ville, dans l' arrangement duquel il a fait paraître le même goût que dans celui-ci. Il y a aussi une serre et des plantes étrangères*” LACROIX, Alfred. Mémoires. Notes de voyage de Dolomieu en Portugal et en Espagne (1778). Apud ARAÚJO, Agostinho Rui. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa. David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, v. 2, p. 109-137, 2003. p. 120.

<sup>167</sup> O texto abaixo é a versão original francesa do excerto utilizado no corpo da dissertação. Nossa tradução.

La plus vaste, la plus belle de toutes, est celle qu' habite M. de Vismes. Ce riche négociant y fait journallement des dépenses énormes. J' ai été Le voir ce matin; il m' a montré dans tous ses détails son hôtel et son jardin; ici comme à sa quinta de Benfica, on regrette que tant de dépense n' ait pas été dirigée avec plus d' intelligence: mais au poids de l' or, M. de Vismes s' est cependant créé un établissement digne d' un vrai sybarite; La chambre où il couche, celle où il mange, sont de plain-pied à un jardin ou sont des arbres de toutes les parties du monde, où de l' eau en abondance sert à maintenir la verdure dans sa beauté et à donner en été une fraîcheur. BOMBELLES, Marquis de. *Journal d' un Ambassadeur de France au Portugal 1786*. (excerto do diário referente a 21 de Novembro de 1786). Apud: ARAÚJO, Agostinho Rui. *Op. cit.*, p. 120.

Antonio Landi, ao oferecer seu trabalho de História Natural ao governador do Mato Grosso, também estava com intenções semelhantes: aproximar-se e estabelecer vínculos com um agente importante da Coroa portuguesa. O arquiteto italiano provavelmente sabia do envolvimento do governador com os temas de História Natural, daí ter escolhido esse assunto para se apresentar como útil e confiável ao projeto de desenvolvimento e exploração da colônia. Por meio desse vínculo estabelecido, o arquiteto bolonhês poderia ser recomendado aos círculos intelectuais e aos amigos que o governador do Mato Grosso possuía no centro econômico e político da metrópole.

A dedicatória da *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará* evidencia essa tentativa de apresentar seu autor como capaz de desenvolver os negócios do rei na colônia. Antonio Landi utiliza o texto científico para divulgar suas habilidades com a História Natural, oferece ao governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, esperando ser reconhecido e recompensado por seu esforço. Dessa forma, a dedicatória do Inventário evidencia o caráter político do discurso nele contido, faz parte do projeto de ampliação das relações com sujeitos politicamente influentes.

Luiz Pinto de Sousa Coutinho manteve uma forte ligação com a Academia das Ciências de Lisboa. Pertenceu ao seu restrito grupo de sócios honorários. Por meio dessa agremiação publicou um importante estudo intitulado *Memória sobre a descrição physica e económica do logar da Marinha Grande*, que veio a ganhar notoriedade entre os meios intelectuais que lidavam com os temas da filosofia natural. Seu prestígio garantiu importância as suas opiniões e influência na política de aceitação e indicação de novos sócios, como no caso da recomendação do botânico João de Loureiro, atestada em carta de Barbacena a Domingos Vandelli em 1782

Chegou a Lisboa hum ex-Jezuíta Portuguez da Conchichina chamado Fr. Loureiro, que a Academia tinha há muitos mezes eleito Correspondente (...) dizem-me que he grande Botânico e muito Observador, e por tal tinha sido lembrado, e recommendado pelo Balsemão, que foi quem nolo deu a conhecer<sup>168</sup>.

<sup>168</sup> Visconde de Barbacena [Carta a Domingos Vandelli, em 23/03/1782]. Apud BRIGOLA, Op. cit., 2004. p. 335.

Além de gozar da autoridade de governador, Luiz Pinto de Sousa Coutinho possuía prestígio junto à administração colonial, conquistou respeito em meio aos círculos literários portugueses e estabeleceu contatos relevantes no cenário político colonial. Dessa forma, o governador do Mato Grosso reunia características fundamentais para atrair a atenção de moradores da colônia, pretendentes a alcançar cargos mais elevados na hierarquia social. As palavras de apreço por parte de Antonio Landi ao governador Sousa Coutinho evidenciam a intenção do arquiteto bolonhês em estabelecer uma aproximação que lhe possibilitasse ser reconhecido e recomendado como súdito habilidoso, inclusive em relação à História Natural, sendo recompensado pelo seu esforço, contribuindo para seu projeto de ascender socialmente.

Como argumento de valorização, a dedicatória de Antonio Landi destacou a vantagem que sua descrição sobre a Natureza do Grão-Pará traria à literatura acadêmica, contribuindo com a República Literária. Essa investigação é qualificada por ele como diligente, coisa essa requerida pelo fazer da ciência em fins do século XVIII. Essa apresentação serviu explicitamente como uma valorização do trabalho empreendido, tanto esforço causaria muita fadiga, configurando um tom, de certo modo, heróico ou, pelo menos, altruísta, em favor do conhecimento científico.

A dedicatória ao governador do Mato Grosso deixou claro a intenção de contribuir com o esforço da administração portuguesa em desenvolver o pensamento científico, todavia quando observamos com mais cuidado percebemos que esse foi um recurso utilizado por Antonio Landi também para se apresentar como morador da colônia disposto a cooperar com os interesses do governo colonial, sendo reconhecido pelo seu trabalho com cargos mais elevados, ampliando assim seu poder na sociedade colonial.

O governador do Mato Grosso também usou de trabalhos com a História Natural, realizando estudos mineralógicos e investigando a flora e a fauna do Vale amazônico, tentando assim se apresentar como valoroso súdito capaz de desenvolver o projeto de exploração da colônia. Destacava, assim, as possibilidades do mundo natural encontrado no Vale Amazônico. Podemos encontrar intenções semelhantes na *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará*. Sua dedicatória que inicia o Inventário foi um recurso inteligente que tinha como propósito atrair o olhar de uma importante figura pública que poderia lhe trazer

proveitos políticos, como ser destacado para conduzir atividades rentáveis de confiança, vantajosas para o rei e para Antonio Landi também.

Assim, o Inventário sobre a Natureza do Grão-Pará escrito por Landi foi dedicado ao governador Luis Pinto de Sousa Coutinho devido à proximidade que existia entre esse e os assuntos relacionados com a História Natural; sua posição de administrador da colônia, próximo ao poder central, e sua condição de homem influente na seleção e recomendação de súditos para desenvolver os negócios do rei na colônia, certamente motivaram Landi a oferecer-lhe a *Descrição*.

Nesse sentido, essa intenção, sobretudo política, de dedicar a *Descrição das plantas e animais da capitania do Grão Pará* ao governador do Mato Grosso evidencia que o Inventário realizado por Antonio Landi não deve ser lido somente como um desdobramento do projeto metropolitano de resgate da tradição científica no reino português, ou reconhecido como um reflexo dos trabalhos de História Natural realizados na Europa nesse período. O propósito político da dedicatória demonstra que o Inventário de Landi foi formulado, sobretudo, a partir das questões coloniais experimentadas pelo arquiteto bolonhês, especialmente seu projeto de estabelecer vínculos que possibilitassem seu projeto de ascender socialmente.

Formulada a partir da dinâmica vivida na colônia, a *Descrição das plantas e animais da capitania Grão-Pará*, não foi um reflexo das teorias científicas em voga na Europa no século XVIII, tampouco foi um desdobramento do projeto metropolitano de resgate da ciência no ultramar. O trabalho de História Natural elaborado pelo arquiteto bolonhês foi, sobretudo parte de sua estratégia de alcançar uma melhor condição na sociedade colonial, projetando-se como súdito fiel e capaz, aguardando assim, recompensas, ou seja, trata-se de um texto político.

## CONCLUSÃO

O trabalho de História Natural elaborado por Antonio Landi tem sido percebido, tão somente, por sua relação com a administração metropolitana e com os sistemas de classificação natural utilizados na Europa em fins do século XVIII. Essa percepção, portanto, não tem encontrado os parâmetros, as influências, e as motivações que levaram o arquiteto italiano escrever suas observações sobre a Natureza do Grão Pará na experiência vivida no Vale Amazônico.

A produção historiográfica que analisou o Inventário da Natureza elaborado por Antonio Landi, utilizou-se dele na tentativa de construir uma memória histórica que valorizasse o passado amazônico, qualificando como genial a figura de seu autor, pelo fato de ter transitado por diversos campos do conhecimento, inclusive o da História Natural, no qual elaborou seu Inventário.

Dessa forma, o texto científico produzido por Antonio Landi tem sido reconhecido ora como parte da estratégia portuguesa de desenvolvimento científico do Vale Amazônico, ora como indício do desconhecimento das propostas de classificação do mundo natural em curso na Europa Setecentista. De forma quase absoluta, tem sido visto como um reflexo da política metropolitana, sendo caracterizado como um texto originado a partir da visão estrangeira de seu autor.

No trabalho que acabamos de apresentar, procuramos demonstrar outro significado do texto científico formulado pelo arquiteto italiano: em vez da visão estrangeira, o olhar do colono. Nossa proposta foi entender a elaboração da Descrição das plantas e animais do Grão Pará, realizado no Vale Amazônico durante a segunda metade do século XVIII por Antonio Landi. Assim, informados pelos documentos existentes nos arquivos consultados, e, analisando as intenções dos agentes sociais envolvidos, tentamos entendê-la como resultado das demandas próprias da condição de colono na qual o autor se encontrava.

Diante da pesquisa que realizamos e da perspectiva que adotamos, o Inventário da Natureza de Antonio Landi emerge, neste trabalho, como um discurso sobretudo político – resultante de seu interesse em projetar-se como súdito capaz no Vale Amazônico, interessado em ampliar suas relações sociais e de poder no mundo lusitano. Menos que uma estratégia metropolitana, em sua origem, portanto, ele é

percebido como consequência dos interesses do arquiteto italiano no Vale Amazônico, junto à burocracia colonial.

Essa compreensão do Inventário decorre de uma análise que reconhece a condição de colono de seu autor – especialmente, considerando que ele estava integrado à dinâmica da sociedade local. Essa perspectiva nos permitiu perceber a elaboração do trabalho de História Natural em questão relacionada ao contexto vivido por Antonio Landi no Vale Amazônico. Assim, a intenção do arquiteto italiano em projetar-se como súdito confiável a fim de ampliar suas relações com sujeitos influentes na política do reino foram entendidas como as motivações que o levaram a formulação da descrição das plantas e animais do Grão Pará.

Dessa forma, Antonio Landi, ainda que não tenha sido alheio aos interesses da política metropolitana, é visto, neste trabalho, como um morador da colônia, agente histórico, que ao produzir seu trabalho de História Natural pretendia sobretudo responder aos interesses originados a partir da dinâmica local. O conteúdo das descrições revela o caráter colonial e político do texto científico elaborado pelo italiano, no sentido de, ao propor formas de exploração dos produtos da Natureza do Vale, garantir sua projeção como súdito apto a desenvolver os negócios do rei na colônia.

Deixando de lado a ideia de que Inventário foi um desdobramento do projeto metropolitano de desenvolvimento da ciência no Império Ultramarino, podemos perceber, então, que sua formulação é originada a partir das demandas próprias da colônia. Antonio Landi, como sujeito histórico, elaborou seu trabalho de História Natural com intenções políticas.

Ao desenvolvermos a análise nessa perspectiva, encontramos na trajetória de Antonio Landi, ações por ele realizadas que nos permitem reconhecê-lo como agente histórico, nos referimos às escolhas de seus relacionamentos, suas intenções e seus esforços comerciais e políticos. A produção do Inventário, quando vista nesse contexto, permite-nos reconhecê-la como parte de uma estratégia originada na colônia, não como uma resposta aos anseios da política metropolitana, mas uma estratégia formulada a partir das demandas coloniais.

Diante desse texto científico que é objeto desta dissertação, buscamos, no entanto, atentar para a análise de Robert Lenoble, sobre o homem de ciência no

século XVIII e sua produção de História Natural: “ao lado do seu ‘laboratório’ tem sempre o seu ‘oratório’”<sup>169</sup>. Procuramos, portanto, deixar de lado a ideia de que as descrições das plantas e animais elaboradas por Antonio Landi seriam uma resposta atendendo as determinações da política metropolitana e que evidenciam o caráter aventureiro, altruísta e despretensioso de seu autor. Pudemos perceber, então, o “oratório” ao lado do “laboratório” de Antonio Landi, seu discurso político revelado no seu texto científico.

Concluído o trabalho, é importante destacarmos que a perspectiva que orientou nossa análise não pretendeu valorizar ou dimensionar a figura de Antonio Landi e seu trabalho de História Natural, além daquilo que a documentação consultada permitiu. Também tivemos a intenção de demonstrar que não há, diante da natureza, qualquer visão inocente. Percebemos, portanto, que ação de sujeitos, como a do arquiteto italiano, diante do mundo natural, apesar de aparentemente despretensiosa, possui intenções sobretudo políticas, que explicam tal atuação, tanto na segunda metade XVIII, como em nossos dias.

---

<sup>169</sup> LENOBLE. Robert. *Op cit.*, 29.



## **REFERÊNCIAS**

## FONTES

### I. FONTES MANUSCRITAS:

#### **Arquivo Histórico Ultramarino**

Projeto Resgate:

- Brasil, Limites, Caixa 1, documento: 5;
- Brasil, Limites, Caixa 1, documentos: 5, 8;
- Brasil, Pará, Caixa 87, documento: 7076;
- Brasil, Pará, Caixa 55, documento: 4988;
- Brasil, Pará, Caixa 32, documento: 3007;
- Brasil, Pará, Caixa 49, documento: 4478;
- Brasil, Pará, Caixa 94, documento: 7509;
- Brasil, Pará, Caixa 31, documento: 2968;

Brasil, Pará,

- Caixa 14 A - Relação dos instrumentos e livros destinados à expedição das demarcações (21/05/1750);
  - Caixa 15 - Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Bispo do Pará, referindo os acontecimentos durante a viagem até Mariuá (08/01/1755);
- Caixa 20 -
- Carta de Manuel Bernardo de Mello e Castro a Francisco Xavier de Mendonça Furtado descrevendo os objetos produzidos na Olaria de São José (04/11/1760);
  - Relação de carregamento do navio Nossa Senhora da Madre de Deus (07/08/1760).

#### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Códice 103, Correspondência da Metrópole com os Governadores – 1760-1763

- Documento 17;

## **Biblioteca Nacional de Lisboa**

(Secção de Reservados)

Coleção Pombalina:

*Códice 629*, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo (15/07/1755).

## **II. FONTES IMPRESSAS**

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. II, doc. 66; vol III, doc. 101, 117, 121,

Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vol. III, p. 211, 1968.

BAENA, Antonio Ladislau. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas 1722-1776* [Publicada, pela primeira vez, em 1976]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v.

DESCRIZIONE di varie Piante, Frutti, Animalì, Passeri, Pesci, Biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Parà. In: MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 757-799.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, ao rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – Iconografia (1783-1792)*, vol. I, Rio de Janeiro, 1972.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 49, vol. 72, p. 123-288, 1886.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro; com a Informação do Estado presente dos Estabelecimentos Portugueses na sobredita Capitania, desde a Vila Capital de Barcelos, até a Fortaleza da Barra, do dito Rio. Ordenado em ofício de 15 de Abril de 1786, pelo Ilmo. E Exmo. Sr. João Pereira Caldas & Cumprido em sete Participações de diferentes datas, pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista Empregado na Expedição Filosófica do Estado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 48, p. 1-233, 1885. p. 165-175.

\_\_\_\_\_. *Viagem Filosófica ao Rio Negro (1756-1815)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Discurso Historico, Politico e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brazil*. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1786.

MARCGRAVE, Georg; PISO, Willem. *Historia Naturalis Brasiliae*: in qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur. Amsterdam: Elzevier. 1648. Editado e anotado por Johannes de Laet.

MEMÓRIA sobre a descrição physica e econômica do logar da Marinha Grande. In: *Memórias economicas da Academia real das sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas*. t. v, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1815. p. 256-258

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3v.

QUEIRÓS, João de São José. *Memórias de D. frei João de São Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará*, Porto: Tip. Da Livraria Nacional, 1868.

RAIOL, Domingos Antonio. *Obras de Domingos Antonio Raiol, Barão de Guajará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friederich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. 2 v.

VANDELLI, Domenico, *Diccionario dos termos technicos de História Natural*, Coimbra, Officina da Universidade, 1788.

VANDELLI, Domenico; HAEN, Anton de; LINNÉ, Carl Von. *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen et epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Domicum Vandelli scriptae*. Coimbra : Typ. Acad.-Regia, 1788.

VANDELLI, Domingos. "Memória sobre a agricultura deste reino e de suas conquistas", in, *Memórias economicas*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, v. I. 1990 [1789].

**BIBLIOGRAFIA**  
**CITADA E CONSULTADA**

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ADONIAS, Isa. Pesquisa histórica. Historical research, in Anôn., Ed. Fauna e flora brasileira do século XVIII. São Paulo: Fundação Emílio Odebrecht, 1986.

AIRES, Cristóvão. *Historia Organica e Politica do Exercito Português – Provas*, vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

ALBUQUERQUE, Martin. *Portugal e a Ordem de Malta*. Aspectos da Europa, Lisboa, Inapa, 1992. p. 207.

ALDEN, Dauril. *O Significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: UFPA; NAEA, 1974.

\_\_\_\_\_. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *Royal Government in Colonial Brazil. With a Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540–1750*. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O tratado dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*, São Paulo, EdUSP, 1999.

ARAÚJO, Agostinho Rui. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa. David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, vol. 2, p. 109-137, 2003.

ALVES, Moema; KETTLE, Wesley. *Em Busca da paternidade: Landi e a invenção da cidade histórica*. Revista Estudos de Amazônicos. 2009 (no prelo).

ARAÚJO, José (Arsênio da Piedade). *Reflexões Apologéticas à obra intitulada Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Real gabinete Português de Leitura, 1748.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização: bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno; séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAENA, Antonio Ladislau. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. "*Germes de Grandeza*": Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850). 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *Le miroir de la production. Ou l'illusion critique du matérialisme historique*. Paris: Galilée, 1985.

BAXANDALL, Michael. O interesse visual intencional: o Retrato de Kahnweiler, de Picasso". In: *Padrões de intenção: a explicação histórica de Quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 80-119.

BERTHIAUME, Pierre. *L'aventure américaine au XVIIIe siècle. Du voyage à l'écriture*. Ottawa/Paris/Londres: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1990.

BEZERRA NETO, José Maia. Os males de nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 39-66.

BÍBLIA sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida, Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. 319 p.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: *Penélope*, n. 23. Lisboa, p. 67-88, 2000.

BORRALHO, Maria Luísa Malato da Rosa. *D. Catarina de Lencastre (1749-1824) – Libreto para uma autora quase esquecida*. 1999. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Porto, Porto, t.I,1999.

BRANDÃO. Fernando de Castro. *De D. João V a Dona Maria I, 1707-1799: uma Cronologia*, Lisboa: Europress, 1993.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII*. Portugal: Universidade de Évora, 2000.

\_\_\_\_\_. Viagem, ciência e administração no Brasil colonial – gabinetes setecentistas de História Natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres. Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumentos de conhecimento e controlo do território. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Orgs). *Coletânea de estudos: universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

CALAFATE, Pedro. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda,1994.

CALÓGERAS, João Pandiá. A política exterior do Império. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

\_\_\_\_\_. A História Natural, o império luso-brasileiro e a economia política na obra de Domingos Vandelli. Caxambu: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, 2003.

CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *Os Jesuítas diante do “Verdadeiro Método de Estudar”*: conflitos político e ideias no Setecentos português (1740-1760). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CARVALHO, Rómulo de. *A física experimental em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: ICALP, 1982.

\_\_\_\_\_. *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1987.

\_\_\_\_\_. As Ciências Exatas no Tempo de Pombal. In: Como Interpretar Pombal no Bicentenário de sua Morte. Lisboa: Brotéria e Porto: Livraria A. I., 1983.

\_\_\_\_\_. *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões: Fundador da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

\_\_\_\_\_. *A astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa: ICALP, 1985.

CHAMBOLEYRON, Rafael. Conquista y colonización de La Amazônia Portuguesa (siglo XVII). In: PEREZ, Jose Manuel Santos & PETIT, Pere. *La Amazônia Brasileña em perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Les origines culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 1990.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belem: Ed. da UFPA, 1981.



\_\_\_\_\_. Linguagem e utopia: figuras do discurso civilizacional pombalino na Amazônia. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia, 2003, Belém. *Anais eletrônicos*. Belém: 2003. Disponível em: <[www.forumlandi.com.br/biblioteca/Arq/transmissao.pdf](http://www.forumlandi.com.br/biblioteca/Arq/transmissao.pdf)>. Acesso em: 16/05/2008.

COELHO, Mauro Cezar. *A diligência do saber; uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVII*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. “Do sertão para o Mar”. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)”. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

\_\_\_\_\_. Diários sobre o Cabo Norte: interesses de Estado e relatos de viajantes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia, modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA; Macapá: UNIFAP, 2001.

COLLINGWOOD, Robin George. (s/d), *A Ideia da Natureza*, Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CORSI, Pietro. *Décrire ou classer? Taxonomie au XVIII<sup>e</sup>. Siècle*. In: SCHAER, Roland (dir.). *Tous les savoirs du monde, Encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XX<sup>e</sup>. siècle*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1996.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Lisboa: Livros Horizonte. 2 v, 1984.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil nos velhos mapas*, vol 1. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965.

CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956, v. 1.

\_\_\_\_\_. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Portugália, 1966. v.1.

COSTA, Kelerson Semenero. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p. 95-112, dez. 2007.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; INPA, 1958.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, p. 216-228, 1991.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, p. 105-170, 1968.

DIEGUES, Antonio Carlos. *The myth of untamed nature in the brazilian rainforest*. São Paulo: EDUSP, 1998.

DOMIGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 8 (suplemento), p. 823-838, 2001.

\_\_\_\_\_. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2000.

\_\_\_\_\_. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, v.28, n.55, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos do Atlântico, 1991. cap 2.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.

FARAGE, Nadia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARIA, Miguel de Figueira. *Imagem útil*, Lisboa: Ed. UAL, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. As memórias do Tempo de Landi. In: *Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia*, 2003, Belém: Anais do Seminário. Belém: 2003. Disponível em: <[www.forumlandi.com.br/biblioteca\\_Arq/transmissao.pdf](http://www.forumlandi.com.br/biblioteca_Arq/transmissao.pdf)>. Acesso em 16/05/2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLACCO, Horacio. *Arte Poética*. Lisboa: Oficina Rolandiana, 1778.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugália, 1968.

FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. *As missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial. Séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCIA, Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GAUER, Ruth. Maria Chittó. Falar em Tempo, Viver o Tempo! In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Tempo/História*. Organização de Mozart Linhares da Silva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

GOLIN, Tao. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: EDIUFGRS, 1998.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GROVE, Richard. *Green imperialism: Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1995.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação, *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.7(2), p. 389-410, jul.-out. 2000.

HAZARD, Paul. *O pensamento europeu do século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. História Natural na América Portuguesa - 2ª metade do século XVIII, *Varia História*, Belo Horizonte, n. 20, p. 97-117, 1999.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial*, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

JARDINE, Nick. *Books and the sciences in history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KETTLE, Wesley Oliveira. *Capela Viva do senhor morto: usos do oratório público no Grão-Pará do século XVIII*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008;

KURY, Lorelai. *Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio*. In: SOARES, Luís Carlos (Org.). *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff. 2001.

\_\_\_\_\_. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 11 (suplemento 1), p. 109-129, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LEACH, Edmund Ronald. *Natureza/Cultura*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.5.

LEITE, Serafim. João Daniel, autor do “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 41, v.63, p. 79-87, 1942.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições70, 1990.

LINNAEUS Carolus. *Systema Naturae*. 2. ed. Stockholm: Kiesewetter, 1740.

MAXWELL, Kennet. *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRA Filho, Augusto. *Contribuição à história da pintura na província do Gram-Pará no segundo reinado: esboço biográfico de um artista esquecido*. Belém: Sagrada Família, 1975.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à história de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973-1974.

\_\_\_\_\_. *Evolução histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história*. Belém: [s.n.], 1976.

\_\_\_\_\_. *Landi, esse desconhecido*. Rio de Janeiro: Conselho. Federal de cultura. 1976.

\_\_\_\_\_. *Nova contribuição ao estudo de Landi*. Belém: Ed. Grafisa, 1974.

\_\_\_\_\_. *O Bi-secular Palácio de Landi*. Belém: Grafisa, 1976.

MELLO Júnior, Donato. *Antonio José Landi. Arquiteto de Belém, percussor da arquitetura neoclássica no Brasil*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

\_\_\_\_\_. *Iconografia de Belém do Grão Pará: plantas do século XVIII*, Belém, Sociedade dos Amigos de Belém, 1970.

\_\_\_\_\_. *O arquiteto José Landi e a relíquia de Santa Ana na Exposição "Santos de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará"*. Belém: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1966.

MELLO, José Antonio. Estudo biográfico. In: Manuel Arruda da Câmara. *Obras reunidas Gonsalves de Recife*, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, "Dados biográficos – Portugal e Brasil (1750-1791)", In: Vários. *Amazônia Felsínea: António José Landi*, Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

\_\_\_\_\_. *Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. Século XVIII, Século Pombalino no Brasil. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989.

MÉTRAUX, Alfred. "Migrations Historiques des Tupi-Guarani", *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, 19. p. 1-45, 1927.

NOVAIS, Fernando. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 115-118, mar. 1984.

\_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, Benedito; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço. In: *Penélope*, Lisboa, vol 17, p. 97-108, 1997.

OLIVEIRA, Domingos Sávio de Castro. *Capela Pombo*, Belém/Pa: Interpretação e Perspectivas, 2008, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PAPAVERO, Nelson et al. A História Natural no Tempo de Landi. In: Seminário Landi e o Século XVIII na Amazônia. 2003, Belém: Anais eletrônicos, 2003. Disponível em: <www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/texto2.zip>. Acesso em: 28/01/2010.

\_\_\_\_\_. *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

\_\_\_\_\_; DANTE, Martins Teixeira; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge. *História da Biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Editora Plêiade & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_; PUJOL-LUZ, J. R., *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia*. V. O Século das Luzes (Parte I). Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1999.

\_\_\_\_\_; PUJOL-LUZ, J. R.; LLORENTE-BOUSQUETS, J., *Historia de la biología comparada desde el Génesis hasta el Siglo de las Luces*. Volumen V. El Siglo de las Luces (Parte I). Universidad Nacional Autónoma de México, México, D. F. 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Editora da UNISC, 1999.

RAMINELLI, Ronald, Ciência e Colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 157-182, 1998.

\_\_\_\_\_. *Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. VIII (suplemento), p. 969-992, 2001.

\_\_\_\_\_. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. "Paulistas na Amazônia", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 175, p. 233-248, 1940.

\_\_\_\_\_. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Vol II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

RICCI, Magda. O Império lê a colônia: um barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 29-37.

ROGER, Jacques. *Les Sciences de la vie dans la pensée française du XVIIIe. siècle*. Paris: Albin Michel, 1993.

ROSÁRIO, José Ubiratan da Silva. *Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1986.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1972.

\_\_\_\_\_. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Cia das Letras, 1985 [1962].

ROVERSI, Giarcarlo. Dados biográficos – Os anos bolonheses: a casa e a família (1713-1750). In: Vários. *Amazônia Felsínea - António José Landi: Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, Lisboa: CNCDP, 1999. p.19-40.

RUDNICK, M. J. S. The emergence of a visual language for geological science. *History of Science*, v.14, p. 149-195, 1976.

RUSSELL-WOOD, A. J. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808, In: *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, p. 187-250, 1998.

\_\_\_\_\_. Holy and unholy alliances: clerical participation in the flow of bullion from Brazil to Portugal during the reign of Dom João V (1706-1750), in: *Hispanic American Historical Review*, v.80, n.4, p. 815-837, 2000.



SAFIER, Neil. Como era artiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 91-114, June, 2009.

SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda Moutinho. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. In: *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, 2005. Porto: Universidade do Porto. p.431-437, 2007.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec. 1994.

SARGES, Maria de Nazaré. Do traçado de Landi ao Plasmador da cidade: a obra historiográfica de Augusto Meira Filho. In: BEZEERA, Neto, José Maia; FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Diálogos entre História, literatura & memória*. Belém: Pakatatu, 2007. p. 329-344.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SÉRGIO, Antônio. O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas. Ensaios. Tomo II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1977. p. 25-61.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Editorial Verbo, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. O Front Brasileiro na Guerra Verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura. *Revista da USP*, São Paulo, v. 30, p. 114, p. 108-119, jun.- ago. 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

\_\_\_\_\_(coord). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo. 1994.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1500/1820): curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina*. 2009. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Luzia de. Contribuição para o conhecimento do arquitecto Landi como naturalista. In: Vários. *Amazônia felsínea. António José Landi*. Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1999. p. 259-72.

STAFFORD, Barbara Maria. *Voyage into substance: art, science, nature, and the illustrated travel account, 1760-1840*, Cambridge: The Massachusetts Institut of Technology Presse, 1984.

TEIXEIRA, Ivan Prado. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

TERRAL, Mary. *Natural philosophy for fashionable readers*. In: FRASCA-SPADA, Marina e JARDINE, Nick. *Books and the sciences in history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TOPA, Francisco. Poemas dispersos e inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º. Visconde de Balsemão. Porto: [S.n.], 2000.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Filhos de são Francisco no país das amazonas: catequese e colonização na Amazônia do século XVII. *Amazônia em Cadernos – Revista do Museu Amazônico da Universidade do Amazonas*, Manaus, n. 6, p. 200-227, jan/dez 2000.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) – *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de Dois Mundos*. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VÁRIOS. Amazônia Felsínea: António José Landi, Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Belém: EDUFPA, 1970.

VITERBO, Francisco Marques Souza. *Diccionario historico e documental dos architectos e engenheiros constructores portugueses ou a serviço de Portugal*,. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. 3 v.

\_\_\_\_\_. *A Jardinagem em Portugal. Apontamentos para a sua história*, vol. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.

\_\_\_\_\_. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*. Lisboa: Panorama, 1962-1964. 2v.

WILLIAMS. Raymond. Ideas of nature. In: *Selected essays*. London: Verso, 1989. p. 67-85.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Editora Enciclopédia, 1960.